



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DIEGO CORREIA DA SILVA

**ENTRE IDAS E VINDAS, ENTRE GANHOS E PERDAS:
As trajetórias de camponeses brasileiros em vivências na fronteira boliviana com o Acre**

**SÃO CARLOS – SP
2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DIEGO CORREIA DA SILVA

**ENTRE IDAS E VINDAS, ENTRE GANHOS E PERDAS:
As trajetórias de camponeses em vivências na fronteira boliviana com o Acre.**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de mestre
em Sociologia.**

Orientação: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

**SÃO CARLOS – SP
2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586iv

Silva, Diego Correia da.

Entre idas e vindas, entre ganhos e perdas : as trajetórias de camponeses brasileiros em vivências na fronteira boliviana com o Acre / Diego Correia da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2013.

143 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Sociologia rural. 2. Territorialidade. 3. Campesinato. 4. Conflitos ambientais. 5. Identidade. I. Título.

CDD: 307.72 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Diego Correia da Silva

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 29 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Orientadora e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof^a. Dra. Maria de Jesus Moraes
Universidade Federal do Acre

Prof^a. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 35ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 09/12/12

Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

Dedico esse trabalho

*à minha mãe Quitéria e à memória de minha avó Valdeci,
e suas trajetórias de camponesas, migrantes alagoanas, mães
em adversidades tão extremas, mulheres que não se deixaram
abater.*

AGRADECIMENTOS

Estar ao final de uma pesquisa sobre trajetórias implica em repensar a sua própria história. Eu, sul-mato-grossense, filho de migrante alagoana, estudante em São Paulo, durante minha investigação sobre idas e vindas, ganhos e perdas na fronteira acreana, obtive muitos ganhos. Bem mais do que conhecimento, tive a sorte de estar próximo a pessoas que me ajudaram na realização do sonho de mestrado, a quem eu quero agradecer mencionando-os aqui.

Antes de tudo, lembro que meu trajeto de pesquisador surge antes da aprovação no mestrado em Sociologia da UFSCar (PPGS/UFSCar). Teve início pelo incentivo de pessoas que eram, ao mesmo tempo, minhas amigas, minhas professoras, e minhas referências como pesquisadoras, entre elas cito Angela Zanon, Áurea Garcia, Icléia Vargas e Suzete Wiziack, além do professor Paulo Robson de Souza.

Na chegada a um ambiente tão estranho, ao menos num primeiro momento, recebi a acolhida de Felipe Souza, Leandro Paganotti, Ralf Flores (café!!!), que me deram o carinho suficiente para sentir São Carlos como a minha cidade também.

Também lembro, ao pisar no Departamento de Sociologia, de sentir de cara o sorriso e o adoto da Ana Bertolo, secretária do PPGS. Ainda não tenho conta do que não teria sido sem você.

O Programa de Sociologia na UFSCar proporcionou um contato com professores de excelência, entre eles cito o professor Jacob Lima, professora Maria Inês Mancuso, professora Maria da Glória Bonelli e professor Rodrigo Martins. Também não posso eximir as valiosas contribuições durante a banca de qualificação, permeadas de ideias, críticas e bibliografia, com as professoras Maria de Moraes e Rosimeire Scopinho.

Meus colegas no Programa de Sociologia, a quem pude chamar de amigos, que sempre estiveram próximos nos momentos de felicidade ou de dúvida, e foram essenciais para seguir com força diante de todas as dificuldades que vieram. Um carinho especial a Audria Ozório, Beatriz Medeiros, Benedita Mendes, Dora Vargas (meu docinho mineiro) e Karina Sousa (“esposa”). Nesse mesmo contexto, valeram muito os bons debates, e os valiosos aportes de todos os integrantes do NEPED, entre eles, Mariana Siena e Vitor Marchezinni.

Como teria sido possível uma pesquisa sem as redes de contato? Vêm à lembrança os colaboradores que viraram amigos no Acre, como os membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais em Plácido de Castro, então presidido pelo Passamani. E claro, todo o

aprendizado que tive no contato com os camponeses. Tenho como sonho um dia visitá-los novamente.

Devo uma menção especial à Mariette de Souza Espíndola, minha parceira de campo durante a segunda visita ao Acre. Sua dedicação, seu carisma, sua generosidade, entre muitíssimas outras qualidades a fez conquistar o carinho e a admiração de várias pessoas que conheci na fronteira, facilitando a nossa imersão no lugar, e enriquecendo nosso trabalho. Tenho certeza que sua família, sobretudo seus filhos, tem muito orgulho de você. Você tem espaço cativo em minha trajetória, e nossos amigos sentem o mesmo.

Também é imprescindível fazer referência aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC, como o professor Lucas Carvalho e Elder de Paula, e a professora Maria de Jesus, que além de todas as contribuições feitas por meio de conversas quando estive em Rio Branco, cedeu ainda sua biblioteca para consulta, e abriu as portas de sua casa de forma comovente. De volta a São Paulo, obtive valiosa ajuda do geógrafo e amigo Emerson Arruda, que me auxiliou na confecção dos mapas.

Faço aqui minhas reverências à minha professora e orientadora Norma Valencio, que além de compartilhar de toda sabedoria e conhecimento, me acolheu e me motivou nos momentos em que considerei que não era possível seguir em frente. Gostaria que soubesse que minha admiração por você vai além da excelente profissional que é. Minhas boas impressões são também pela sua sensibilidade e comprometimento com aquilo que acredita que deve ser corrigido no mundo. São marcas que levarei no intuito do homem que quero ser.

Como não falar de Douglas Alem, meu cúmplice dos bons e maus momentos desse percurso. Uma pessoa que nunca deixou de acreditar em mim, e nas coisas que eu defendia. Boa parte de tudo que está aqui, e o que está dentro de mim, está você.

Por fim, reconheço a valiosa contribuição da CAPES, que permitiu a minha permanência em São Carlos por meio da bolsa de mestrado, bem como pelo financiamento das atividades de integração da UFSCar com a UFAC e UFAM, através do projeto PROCAD, que permitiu a minha inserção no contexto fronteiro estudado, e a consolidação da presente dissertação.

Enfim, a todos os citados, e a outros que contribuíram de alguma forma, e não estão aqui por lapso de memória, eu os agradeço.

RESUMO

A migração induzida é parte constitutiva e persistente das estratégias do Estado brasileiro no processo de ocupação da Amazônia e, particularmente, do Acre. Contudo, a concentração paulatina dos meios de produção - sobretudo da terra e à parte, os movimentos locais de resistência - engendrou o deslocamento de alguns grupos para além da fronteira brasileira. Estes passaram a ocupar o lado boliviano da fronteira como forma alternativa, porém precária, de manter a sobrevivência econômica sem perder os laços sociais que os vinculam, ainda, ao lado acreano. Contudo, atravessar a fronteira do Acre com a Bolívia não foi a mais dolorosa vivência de tais grupos, em termos de sua afirmação identitária no modo de vida extrativista, uma vez que os mesmos estão confrontados com um desafio ainda maior, que é a sua expulsão da fronteira como política de segurança nacional e afirmação de soberania da parte da Bolívia. Com prazo para deixarem o local, isto é, desterritorializarem-se compulsoriamente, tais grupos veem sua nacionalidade como fator restritivo à produção do lugar no território boliviano, sem que seja um fator favorável à sua reinserção no lado brasileiro e, mais especificamente, no interior acreano. Diante de tal contexto, o objetivo desse trabalho foi uma investigação sociológica sobre as trajetórias, e os subsequentes processos de vulnerabilização sócio-espacial, vivenciados pelos camponeses brasileiros que atualmente ocupam áreas na faixa de fronteira boliviana, limítrofe com o Estado do Acre. Com esse intento, foi realizada uma pesquisa sociológica, de base qualitativa, tendo como procedimentos a revisão bibliográfica sobre as políticas de ocupação da Amazônia, estudos em torno dos registros oficiais de órgãos multilaterais e instituições brasileiras envolvidas com a temática, entrevistas semiestruturadas e foto-documentação. Dos resultados obtidos, foram realizados recortes temporais tendo como base três subsequentes movimentos migratórios: do Nordeste brasileiro à Amazônia (Trajetória 1), do Acre para a Bolívia (Trajetória 2), e do retorno dos camponeses ao Brasil (Trajetória 3). Entre as conclusões mais importantes estão a identificação de regimes regulares que incidiram nos processos de desterritorialização do grupo, como a falta de legitimidade do direito à posse da terra pelos camponeses, e outros traços particulares, como a degradação identitária decorrente das tensões vividas no contexto boliviano, do qual estão sendo expulsos.

Palavras chave: Trajetórias. Campesinato. Fronteira. Conflitos identitários.

ABSTRACT

The induced migration is a constitutive and persistent part of the Brazilian state strategies in the Amazon occupation process and, particularly, in the Acre occupation process as well. However, the incessant concentration of the means of production – especially land and the local resistance movements apart – has generated the expulsion of some groups to beyond the Brazilian border. These groups occupied the Bolivian side of the border as an alternative, even though precarious to keep their economical survival, without losing their social bond that links them to the acrian side. But to cross the border between Acre and Bolívia was not the most painful experience of these groups, in terms of their identity state as extractives, since these groups are confronted with a greater challenge that is their expulsion of the border as a means of national security and Bolivian sovereignty. With deadline to leave their homes, i.e., desterritorialize in a compulsory manner, these groups comprehend their nationality as a restrictive factor to production place in the Bolivian territory, and at the same time, they do not have any favorable factor to their reinsertion in the Brazilian territory, mainly in the Acre countryside. In this context, the objective of this dissertation is a sociological investigation about the trajectories and the subsequent socio-spatial vulnerabilization processes lived by the Brazilian peasants that nowadays occupy areas in the border between Bolívia and Acre. For this purpose, we present a sociological and qualitative research, whose procedures are the bibliography review about the politics of Amazon occupation, studies about the official data from multilateral organizations and Brazilian institutes involved with the topic, semi-structured interviews and photo-documentation. The analysis of the results was divided in three parts, each one relative to one migratory movement: from Brazilian Northwest to Amazon (Trajectory 1); from Acre to Bolívia (Trajectory 2); and the return of the peasants to Brazil (Trajectory 3). Among the most important findings are the identification of regular regimes that affected the deterritorialization processes of the group, such as the lack of legitimacy of the right to ownership of land by peasants, and other unique traits, such as degradation resulting from identity tensions experienced in the bolivian context, which are being expelled.

Keywords: Trajectory. Peasantry. Border. Identity Conflicts.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Cartazes governamentais para a “colonização” da Amazônia.	25
FIGURA 2. Marcha para a vitória	26
FIGURA 3. Dimensionamento político territorial na Bolívia	57
FIGURA 4. Símbolos da Revolução Acreana.....	60
FIGURA 5. Bandeiras na fronteira.	61
FIGURA 6. O heroísmo boliviano	63
FIGURA 7. Zoneamento proposto pela Organização Internacional de Migrações	78
FIGURA 8. A família de Ivanildo e Rosemira	98
FIGURA 9. Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos	105
FIGURA 10. Características ambientais do PDS Porto Carlos.....	105
FIGURA 11. Casa do Assentamento Porto Carlos	106
FIGURA 12. Plano de Assentamento do Triunfo	106
FIGURA 13. Plantas para a edificação das moradias	107
FIGURA 14. Casa não terminada	107
FIGURA 15. Comparativo da incidência das queimadas nos municípios da fronteira	112
FIGURA 16. A Colocação e a Colônia	117
FIGURA 17 Espiral dupla	119

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Resumo dos dados quantitativos	79
TABELA 2. População total segundo relação de parentesco e gênero	80
TABELA 3. Plano de assentamento do INCRA- AC	102
TABELA 4. Número de famílias assentadas até setembro de 2010	104
TABELA 5 Agentes de Atração e repulsão	120
TABELA 6 Dificuldades do sair e no chegar	122

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Divisão por idade, gênero e origem	80
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
OS PASSOS DO PESQUISADOR E DA PESQUISA	07
TRAJETÓRIA I – DAS “VIDAS SECAS” AO DESEMBARQUE NO MUNDO DAS ÁGUAS E DOS SERINGAIS	13
1.1 Das Vidas Secas à ‘conquista’ do mundo das águas e dos seringais	15
1.2 Para além dos confins: seguindo os rios Purus e Acre	21
1.3 A crise do Primeiro Ciclo e a territorialidade de posseiros dos seringueiros no Acre	23
1.4 A migração induzida e a “batalha da borracha”	24
1.5 Das incorporações das matas: a identidade territorializada	28
1.6 As novas políticas de desenvolvimento e os confrontos pela posse da terra	37
1.7 Considerações adicionais sobre a questão agrária no Acre	40
TRAJETÓRIA 2 - DO BRASIL À BOLÍVIA: NOVAS QUESTÕES INSTITUCIONAIS DO ACESSO À TERRA E AS IMPLICAÇÕES NA DISCÓRDIA COM O <i>OUTRO</i>	45
2.1 A nova territorialidade: a fronteira como terra de encontro e do desencontro	47
2.2 Os embates étnicos e políticos pelos direitos sobre a terra na Bolívia de Evo Morales	55
2.3 O nacional no contexto de fronteira	58
2.4 Os significados da nova política fronteiriça para os agentes exógenos	67
2.5 O programa de reassentamento de cidadãos brasileiros para o interior da Bolívia	72
2.5.1 Plano de reassentamento dos brasileiros da fronteira de Pando	73
2.5.2 O censo sobre as famílias brasileiras na fronteira de Pando	76
2.5.3 Considerações sobre os dados recolhidos - o universo das (im)possibilidades	82
2.6 A fronteira da resistência, ou o que é viver do lado de lá	84

TRAJETÓRIA 3 – DA COLOCAÇÃO À COLÔNIA: O MOVIMENTO DE RETORNO DOS CAMPONESES AO ACRE	95
3.1 Os camponeses, e o não pertencimento à cidade	96
3.2 Plano de ação para o reassentamento no Brasil	101
3.2.1 A configuração do lugar	104
3.2.2 Considerações sobre a precariedade das soluções de assentamento no Brasil	108
3.3 A descamponesização e o não pertencimento à colônia	109
DA ESPIRAL DAS TRAJETÓRIAS: QUANDO O TEMPO, O ESPAÇO, E O COTIDIANO SE ENCONTRAM	119
4.1 O que está em jogo na memória social	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133
Anexo 1 – Roteiro de Entrevista	143

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada propõe a investigação sociológica das trajetórias e dos processos históricos de vulnerabilização sócio-espacial vivenciados por camponeses brasileiros que atualmente ocupam áreas na faixa de fronteira boliviana, limítrofe com o estado do Acre. Tal grupo social é composto, majoritariamente, por extrativistas com fortes características sociais e culturais camponesas, com um curso de múltiplas destituições territoriais, e que cruzaram os limites com a Bolívia após 1960.

Para Bourdieu, o conceito de trajetória pode ser apreendido como uma série de posicionamentos ocupados por um mesmo agente “[...] num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações [...]”, não apenas no campo que se manifesta, mas, também “[...] nos estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e no conjunto das relações que atrelou o agente [...] ao conjunto dos outros agentes no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 1996a, p. 292).

Dessa forma, diferentemente das biografias comuns, a trajetória permite identificar “[...] uma pluralidade de itinerários possíveis, de propensões múltiplas e mutantes em cada campo social” (CARVALHO, 2006, p. 11).

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representam a história de uma vida (BOURDIEU, 1996b).

No que tange a história oficial, os sujeitos de estudo apresentados são descendentes de parte dos nordestinos que migraram para a Amazônia, atraídos pelas histórias e pelas promessas de melhores condições de vida e de renda propagadas durante os dois ciclos da borracha (no final do século XIX e na década de 1940, respectivamente).

Porém, ao desembarcar na Amazônia, o camponês nordestino já chegava preso economicamente ao patrão, pois estava previamente endividado devido às despesas com a viagem e, posteriormente, com a compra antecipada das ferramentas de extração do látex, do alimento, e de outros produtos adquiridos no barracão. Tal condição foi forjo de uma metodologia em que o seringalista¹ definia os valores da produção pagos ao trabalhador, ao

¹Proprietário da fazenda da borracha, o seringal. Também conhecido como “patrão”.

mesmo tempo em que tarifava os produtos de subsistência e as ferramentas de trabalho adquiridas, viabilizando débitos muitas vezes permanentes no barracão. Além das situações de aviltamento da mão de obra, o migrante também precisou enfrentar os perigos e os infortúnios da adaptação ao novo ambiente, os violentos processos de socialização e as doenças da floresta. Com a decadência da atividade gomífera, e o abandono dos seringais, territorializaram-se enquanto posseiros nas matas, amparando sua subsistência através da extração da seringa, da castanha, do açaí, da produção agrícola em pequenas áreas, da caça e da pesca.

Mais a frente, a implantação dos planos de integração nacional e dos projetos de modernização agrícola promovidos pelo governo militar (1964 – 1985), provocaram o avanço da atividade agropecuária sobre as áreas ocupadas pelos seringueiros. Como consequência, violentos embates pelos direitos de propriedade das terras foram travados. Diante de uma luta desigual, algumas famílias camponesas se viram obrigadas a seguir em rota de fuga do Brasil em direção às matas bolivianas, somando-se a outros brasileiros que ali já residiam, na esperança de manter o seu modo de vida e conquistar um abrigo frente aos barracões tradicionais, à desapropriação, aos conflitos agrários, às ameaças a si, e a sua família.

Contudo, ao cruzar o limite geopolítico para à Bolívia, não se fixou ali apenas como um grupo estrangeiro, mas como um grupo “sem direitos”. Nos últimos anos, uma contestação ao direito de ocupar a terra estrangeira deflagrou-se a partir da eleição de Evo Morales à Presidência da República em 2006, e a aprovação da atual Constituição Boliviana em 2007, que reforça a proibição à aquisição ou posse de terras e a fixação de estrangeiros na faixa de fronteira, correspondente à área de 50 km a partir dos limites nacionais. Dessa forma, os ocupantes ilegais dessa área foram intimados a se retirar.

Desde a emissão de aviso para a retirada dos brasileiros das terras bolivianas, o território em questão tornou-se um campo de confrontos de diferentes ordens, como: casos sobre pressão para a venda de benfeitorias a preço vil, cobrança indevida de taxas e impostos, tomada compulsória da produção agrícola, ameaças sucessivas de expulsão e até mesmo do uso de violência física. Tal ordem de conflito vem alterando a sociabilidade entre brasileiros e bolivianos ao longo da fronteira e as rotinas de convivência, até então amistosas, têm se tornado cada vez mais inseguras e conflituosas. Nesse contexto, uma porção dos camponeses se dispôs a ir em direção às periferias dos municípios brasileiros da borda da fronteira no estado do Acre.

A questão toma maior relevância devido à inabilidade do governo brasileiro garantir a repatriação desses cidadãos, pois é apresentado um duplo impasse: ao mesmo tempo em que são “convidados” a se retirar do lugar onde vivem há décadas, não são apresentadas condições imediatas para a reinserção no Brasil, tais como a garantia de terras para o exercício das atividades extrativistas, e/ou subsídios materiais e técnicos para a adaptação a outras atividades agrícolas.

Por camponês, Henri Mendras (1976, *apud* Wanderley, 1996, p. 3) esquematiza cinco traços característicos a serem percebidos: “[...] uma relativa autonomia face à sociedade global, a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”. Adicionalmente, José de Souza Martins, a partir da análise dos processos de mobilidades e de expropriações no meio rural brasileiro, preconiza que o conceito de campesinato não se restringe aos termos a respeito do modo de vida, mas que deve também se integrar à “[...] concepção de lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais [...]”, onde a luta dos camponeses pela terra se caracteriza pela busca da garantia de seu lugar no processo social (MARTINS, 1995, p. 22).

Da mesma forma, nota-se que as lutas do campesinato brasileiro seguiram no empenho de “[...] um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família, e reproduzi-la para gerações posteriores”. Nesse intuito, verifica-se “[...] a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais” (WANDERLEY, 1996, p. 12). Autores como Santos (1993, p. 244), entendem a questão da mobilidade camponesa como geradora dos atuais contextos de exclusão social no meio camponês: “É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização”.

Na biografia do grupo em estudo, é possível perceber inúmeros deslocamentos dispostos em diferentes processos, com variadas motivações e forte teor conflitivo. Essa conformação expõe um histórico na dificuldade em se fixar, que data de um período superior a um século, quadro que não se afasta da biografia de outros agrupamentos camponeses.

Em outra obra, Silva (2008) apresenta o conceito de migração “permanentemente temporária” para tratar sobre o fenômeno de idas, vindas, ganhos e perdas no trajeto de migrantes maranhenses em direção aos canaviais paulistas, e o posterior retorno para casa. No contexto apresentada pela autora, o espaço do trânsito é um componente das

identidades desses trabalhadores, e a ele procuram se adaptar. Nessa esteira de análise, encontramos aqui um grupo que segue um roteiro de idas e perdas sucessivas a direções opostas do lugar onde esteve, sem final ou rotina estabelecida de fato. Como o espaço geográfico se ampara como uma das estruturas da construção da identidade, o camponês em uma “migração permanente” é obrigado, de tempos em tempos, a um ajuste de sua identidade e de seus requerimentos, de acordo com o novo espaço que encontra.

Nesse sentido, ponderou Martins (1989) que, ao contrário do trabalhador assalariado, ao camponês o trabalho não aparece como *trabalho abstrato*, um exercício equivalente ao dinheiro, pois a esse grupo social o trabalho existe como *trabalho concreto*, no usufruto da sua colheita, no laboro e na coesão da sua família, condição direta de sua existência. A expropriação, mesmo que dissimulada por mecanismos legais, aparece-lhe “como ato iníquo, visto que é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Porque o priva do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa (MARTINS, 1989, p. 90).

Devido a essa sinergia, avaliam o território como garantia de sua sobrevivência cotidiana, combinando duas forças iguais: a funcionalidade (recurso) e a identidade (símbolo) (HAESBAERT, 2004). Por esse entendimento, o processo de desterritorialização acaba por transtornar importantes aspectos do *habitus* (BOURDIEU, 2003), como a família, as motivações e expectativas que servem como estruturantes para os projetos de futuro, reforçando uma hierarquia que os desfavorecem nos campos sociais, culturais, econômicos, entre outros.

O *habitus*, como aparelho de acomodações duráveis, imprime à prática tradicional uma ação organizadora da vida, repassada entre gerações através das relações sociais constituídas e constituintes. Igualmente, faz com que o camponês e seus familiares, todos envoltos num mesmo ambiente social, desenvolvam um estado de ser, uma maneira de agir no cotidiano – revelado de modo bastante evidente no corpo do sujeito quando age – e, em particular, engendra uma (pré)disposição para viver uma relação entre meios e fins imbricados por uma singular visão de mundo (WITKOSKI, 2010). Já o conceito de segurança ontológica “tem a ver com ser ou, nos termos da fenomenologia, ser no mundo”. Vincula-se a um quadro “emocional ao invés de cognitivo, e está enraizado no inconsciente” (GIDDENS, 1991, p. 84). Tais conceitos também podem incidir sobre os mecanismos de adaptação e/ou resistência dentro do processo de territorialização precária que será analisado nos passos apresentados a seguir.

OS PASSOS DO PESQUISADOR E DA PESQUISA

Durante os passos da pesquisa, um dos questionamentos mais recorrentes foi: o que motivou um sul-mato-grossense, estudante de Sociologia em São Carlos-SP, a realizar uma pesquisa em um lugar tão distante, na fronteira do Acre com a Bolívia? A resposta nunca foi a mesma, e variava de acordo com as etapas superadas e com estado de espírito. Porém, de forma geral, a decisão advém de um misto da trajetória acadêmica e do surgimento de oportunidades.

Durante a graduação, e depois dela, fui convidado a trabalhar em alguns projetos de educação e gestão socioambiental, sobretudo para a discussão e a promoção de políticas públicas no contexto transfronteiriço de Mato Grosso do Sul, mais precisamente para a Bacia do Apa, compartilhada com o Paraguai. Nessa porção da fronteira, pude observar que os seus habitantes compartilhavam características culturais e sociais bastante particulares. A proximidade geográfica entre Brasil e Paraguai faz com que a população partilhe não apenas um território, mas também uma cultura miscigenada, simbolizada pelas rodas de tereré, comidas típicas, casamentos, músicas e danças, ou seja, todo um modo de vida que acabou se disseminando em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

A opção pela UFSCar ocorreu primeiramente pelas propostas e repercussão científica da linha de pesquisa “Urbanização, ruralidades, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar), mais ajustadas à minha experiência acadêmica e profissional. O passo decisivo nessa preferência foi a conferência proferida pela doutora Norma Valencio, professora do PPGS/UFSCar, na VI Semana de Ciências Sociais da UFMS, quando tratou sobre “sustentabilidade e sociedades tradicionais: a terra para além da exploração predatória”.

Em 2009, após a confirmação da minha seleção no mestrado do referido programa, solicitei orientação à professora Norma para um trabalho nos mesmos termos da palestra apresentada por ela, no contexto da fronteira paraguaia. Contudo, a docente relatou que estava coordenando um recém-iniciado projeto de intercâmbio entre a UFSCar, a Universidade Federal do Acre e a Universidade Federal do Amazonas². Nesse evento, uma

² Refiro-me ao projeto: “Processos de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos político-econômicos e socioambientais distintos”, entre os Programas de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar), em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS/UFAM) e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (MDR/UFAC), o qual está sob a coordenação geral da UFSCar, sendo financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD).

vaga de bolsa sanduíche para pós-graduandos ficou em aberto pela impossibilidade de um colega do programa, o doutorando Vinicius Ortiz Carmargo, fazer a viagem de campo. Como um dos objetivos do referido projeto destacava o estudo de territorialidades na fronteira, fui convidado a participar do mesmo, e auxiliar a coleta de dados para a tese de Vinicius, cuja problemática envolvia questões sobre as comunidades tradicionais, as forças armadas e as ONGs, em ambiente fronteiriço no Acre. Na visita, poderia observar um tema de interesse nesse ambiente desconhecido.

A minha primeira visita ao Acre foi realizada no período entre 20 de julho a 20 de agosto de 2009. Ao ser recebido pelo professor Lucas Araújo Carvalho, coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC, fui apresentado à primeira bibliografia que norteou os meus estudos sobre a ocupação da fronteira. Posteriormente, fiz entrevistas com outros docentes da UFAC³ sobre os principais traços de sociabilidades na fronteira acriana e, a partir de suas indicações, formei uma rede de contatos na fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru. Posteriormente, visitei os municípios de Assis Brasil, Epitaciolândia, Brasiléia e Plácido de Castro. Foi possível também me inserir em campo nos municípios boliviano e peruano de Cobija e Iñapari, respectivamente.

Nesse período, realizei aproximadamente 30 entrevistas com professores universitários, sindicalistas, representantes da sociedade civil organizada, gestores públicos, técnicos das secretarias de Estado, representantes das Forças Armadas, pescadores e agricultores/extrativistas. Para tal, em conjunto com Vinicius Ortiz, foi formulado um questionário de perguntas sobre as dinâmicas sociais da fronteira e as possibilidades democráticas nas interações entre ‘comunidades tradicionais’, especificamente da fronteira acriana, ONGs e as Forças Armadas. Nesses passos, pude observar a existência de não apenas uma fronteira, mas várias fronteiras, que se diferenciavam de acordo com a localização geográfica e os sujeitos inseridos, contextos diversos daquela fronteira que eu conhecia na bacia do Apa, mais caracterizadas pela diferença e pela discórdia do que pela junção cultural ou de interesses. A partir do contato com os entrevistados, sobretudo com sindicalistas ligados ao meio rural acriano, foi possível observar o processo de expropriação territorial de brasileiros do lado boliviano da fronteira, e construir meu próprio objeto de pesquisa.

Ao retornar a São Carlos, pude participar da minha primeira reunião no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar)⁴, coordenado pela professora

³ Professores Silvio Simeone, Elder Paula e Maria de Jesus Morais.

⁴ Informações e produções do NEPED podem ser visualizadas na página: <<http://www.ufscar.br/neped>>.

Norma Valencio. Ficou entendido que, dentro dos objetivos do núcleo, a proposta de estudo sobre a fronteira acriana se encaixaria na linha de pesquisa sobre “processos de desterritorialização e deterioração identitária nos meios rural e urbano”. O debate coletivo sobre as pesquisas individuais dos integrantes do núcleo foi fundamental para o amadurecimento da proposta, sobretudo pela discussão coletiva a respeito dos encadeamentos históricos e sociais que envolvem “a natureza dos desastres”.

A segunda pesquisa de campo foi realizada em setembro de 2010. No primeiro momento, a professora Maria Jesus Morais, docente do MDR/UFAC, disponibilizou seu acervo bibliográfico pessoal com dissertações e teses de docentes e discentes do programa do MDR/UFAC, além de obras de autores locais de difícil acesso em outras partes do Brasil. Além disso, discutimos as estratégias da visita ao campo através da elaboração de um plano de ação.

Esse material, somada a horas de conversa com a professora Maria de Jesus, auferiu à pesquisa um aprofundamento sobre os embates locais, e uma relativa “geografização” no entendimento do tema, visto à variedade de materiais com essa perspectiva.

Posteriormente, viajei para o interior acriano. Os municípios visitados são caracterizados por estarem junto à fronteira onde ocorre a maior incidência de brasileiros em território boliviano e, ao mesmo tempo, possuem projetos para o reassentamento no Brasil. São os municípios de Capixaba, Plácido de Castro e Brasiléia. Também foi possível a inserção em campo no município Cobija, no departamento de Pando/BO, para entrevistas no vice-consulado brasileiro e na filial da Organização Internacional de Migrações (OIM), instituições responsáveis pela contagem e encaminhamento daqueles em situação de ilegalidade. Devido às dificuldades de deslocamento físico entre as colocações, e os obstáculos legais para a inserção de um pesquisador estrangeiro, foi evitada a inserção no interior da zona de fronteira boliviana.

Para a realização das entrevistas com os camponeses brasileiros, foi imprescindível o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais dos referidos municípios, sobretudo em Plácido de Castro, cujo alojamento foi oferecido para repouso durante os dias em que lá fiquei. Os membros dos sindicatos fizeram a mediação com os primeiros grupos de camponeses pesquisados. Ao final de cada entrevista, solicitei a cada depoente a indicação de amigo ou parente que compartilhava a mesma situação de vulnerabilidade sócio-espacial.

Essa abordagem quebrou possíveis barreiras e resistências quanto ao pesquisador externo, visto que a indicação era feita por um conhecido, facilitando o contato.

Foi dada prioridade às entrevistas com camponeses que foram notificados a se retirarem do território boliviano desde o ano de 2007. A maioria dos entrevistados já saiu do país vizinho e mora na periferia das cidades acrianas, e estão ora desempregados, ora fazendo pequenos ‘bicos’. Outros, ainda resistentes em abandonar a Bolívia, estavam de passagem pelas cidades brasileiras, com o intuito de vender a sua produção, ou buscar maiores informações sobre o processo de reassentamento no Brasil. Ainda foi possível entrevistar três pessoas reassentadas em colônias do INCRA⁵. Ao mesmo tempo, em virtude do período eleitoral, não foi possível entrevistas que possibilitariam um aprofundamento das ações e articulações políticas acerca do processo deflagrado.

Para Minayo “(...) o emprego dessa abordagem metodológica permite ao investigador lidar com dados de natureza subjetiva, como os que se referem às atitudes, valores, aspirações, crenças e motivações” (MINAYO, 1999, p. 22). O primeiro subsídio teórico-metodológico para a construção do roteiro de investigação, formalizado em um roteiro de entrevista, foi amparado no conceito de *habitus* de Bourdieu (2003), e na discussão empreendida por Giddens sobre as conexões entre confiança e segurança ontológica. Nesse sentido, foi possível reconstruir detalhes da rotina na Bolívia, do ponto de vista econômico, social e cultural, ao atentar-se para os detalhes de um cotidiano que, embora fruto de adaptação de uma história de migrante, está plenamente incorporado.

Tendo como base a leitura da Sociologia de Lefebvre (1986) e Martins (2009), senti a necessidade de instrumentos que permitissem a apreensão de referenciais históricos para a identificação de contraditórios. Dessa forma, inseri no questionário perguntas que objetivavam o resgate da trajetória de vida dos depoentes e de seus parentes (avós, pais, parentes mais idosos, vivos ou não), as motivações que levaram a ocupar o lugar na fronteira boliviana e reflexões sobre as relações com o território e com os seus vizinhos, entre outros.

Os processos caminhatórios estão ligados ao estar ausente de um lugar e à procura de um próprio. A trajetória do migrante está ligada a lugares sonhados e lugares abandonados. O caminhar abre novos rumos, direções encontram atalhos e defronta-se com encruzilhadas e fronteiras, tornam assim os novos espaços em espaços ocupáveis. A caminhada é orientada por passos em busca de melhoria de qualidade de vida. A mudança deixa resquícios e rastros de memória. [...] Retomar o passado em função do presente via fluxo das memórias significa controlar os símbolos em que a memória se expressa. A memória de migrante é algo que “atravessa”, que emerge, que transita, os sentimentos e sensações associadas a estes percursos apresentam ambiguidades. Ao relembrar suas histórias de vida contam aquilo que

⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

acreditam que fizeram, outras vezes aquilo que gostariam de ter feito, ou aquilo que sonharam. A revitalização da memória repousa sobre a relação pessoal do sujeito com seu próprio passado. A memória partilhada pelos membros da família revela as lembranças individuais. “Ela obriga cada um a se lembrar e reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Este pertencimento em troca, o engaja inteiramente” (LUCENA, 2006, P. 88).

Para a coleta das informações dadas em entrevista, foi feito uso de gravador de áudio, permitindo ao entrevistado “concentrar-se na entrevista sem se distrair com as atitudes do entrevistador”. Esse método garante a apreensão de toda a fala do entrevistado com certa fidelidade (SCHWARTZ & JACOBS, p. 68, 1994). Tal método foi utilizado satisfatoriamente, pois os entrevistados consentiram à entrevista, como também não pareceram intimidados no uso de tal recurso tecnológico.

Os dados coletados em entrevistas foram sistematizados em um banco de dados. O modelo, adaptado da obra de Simone Assis (1999), contou com uma tabela pautada pelas opiniões dos entrevistados sobre os seguintes temas: origem, sociabilidades, conflitos, territorialidade, rotina, colônias, colocação, identidade e/ou representação e estranhamento. Esse mecanismo uniu e catalogou uma grande quantidade de material heterogêneo, sem a necessidade de revisar todas as entrevistas quando do tratamento de determinado assunto.

Dessa forma, uma análise qualitativa, pela coincidência de conteúdo das falas, indicou saturações de opiniões (consenso) e as especificidades no discurso de determinados atores numa contraposição de visões. Também auxiliou na compreensão do contexto vivido e suscitou novas questões.

Durante a inserção em campo, participei de algumas atividades cotidianas do grupo *in loco* no contexto brasileiro, inserindo o pesquisador numa proximidade crítica no mesmo sistema de referência deles, visando contrapor as informações dadas em entrevista, e identificar os objetivos que norteiam o comportamento dos indivíduos sobre os quais não manifestam consciência.

Com esse procedimento, obtiveram-se dados secundários e primários, referentes a fatos, idéias, crenças, maneiras de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, conduta, comportamento presente ou futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, ou comportamentos.

Na presença de dados obtidos a partir do uso conjunto da descrição e da datação, e com o intuito de extrair as contradições históricas na seara de formação social e econômica do campesinato, foi feito uso do método regressivo-progressivo, proposto por Henri Lefebvre. Nesse passo, duas complexidades foram trabalhadas simultaneamente: a

complexidade horizontal, que atua no “conjunto das condições”, ou seja, em questões como “a técnica e a relação com o agrupamento humano e social, a produtividade do trabalho agrícola e os descolamentos das populações”, e a **complexidade vertical**, onde se interessa a coexistência de períodos históricos distintos (XAVIER, 2010, p. 12).

Para Lefebvre, tais complexidades se cruzam, se entrecortam, e atuam uma sobre a outra. Para desfazer laços, e desvelar os componentes encadeados, propõe o método regressivo-progressivo, que segue como principais etapas:

- a) Descriptivo. Observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas).
- b) Analítico-regressivo. Análisis de la realidad escrita. Intento de fecharla exactamente (para no contentarse con una relación de arcaísmos sin fecha, sin comparación unos con otros).
- c) Histórico-genético. Estudio de las modificaciones aportadas a la estructura en cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por su subordinación a estructuras de conjunto. Intento de una clasificación genética de las formaciones y estructuras, en el marco del proceso de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: explicado. (LEFEBVRE 1975, p. 71)

Nesse formato, a proposta de Lefebvre é um convite a uma abordagem multidisciplinar, visto que emenda técnicas entendidas como de um etnógrafo (descrição), de um historiador (analítico-regressivo) e de um sociólogo (histórico-genético). Além disso, não dispensa o uso de métodos e conceitos de outras áreas do conhecimento, como a Geografia. É de se notar que a união desses recursos possibilita uma análise mais ampla, e conjugar, de uma só vez, o tempo, o espaço e o cotidiano.

Diante do exposto até aqui, e firmado o interesse em delinear sobre as trajetórias dos camponeses brasileiros atualmente num deslocamento compulsório da Bolívia, consideramos importante analisar: i) sua formação social e econômica e os embates (tempo histórico); ii) as espacialidades vivenciadas (território/lugar); e iii) as práticas e acomodações sociais e de identificação (*habitus*).

Para efeito de análise, foram realizados três recortes temporais, cada um significando uma trajetória territorial distinta, são elas:

- a) Trajetória 1 – Os processos migratórios do Nordeste para a Amazônia,
- b) Trajetória 2 – O processo migratório do Acre para a Bolívia,
- c) Trajetória 3 – O movimento de retorno dos camponeses ao Acre.

É importante ressaltar o nosso entendimento de que as trajetórias são processos continuados e interdependentes, e não partes isoladas. A escolha metodológica desse recorte temporal foi no intuito de identificar particularidades de cada momento histórico-espacial, além de persistências sociais ou estruturais que “acompanham” nossos sujeitos de estudo desde os primeiros movimentos de deslocamento.

Dessa forma, o capítulo da “Trajetória 1” envereda pelas motivações políticas-econômicas do processo de ocupação da Amazônia. Nesse sentido, discorre sobre os estímulos privados e institucionais para a migração de dos camponeses para o interior da Amazônia, o aviltamento da mão de obra nordestina na produção da borracha, os confrontos pelo controle do território acriano e os conflitos advindos após os planos de integração nacional.

A “Trajetória 2” trata da migração dos camponeses brasileiros para a fronteira boliviana, das novas conformações políticas na Bolívia após ascensão à presidência de Evo Morales, dos artifícios empregados para institucionalização da fronteira, as repercussões e fragilidades nas ações governamentais. Também traz em seu bojo a discussão sobre a construção social da fronteira, da identidade cultural nesse contexto territorial, os dramas que envolvem o território em disputa, e os conflitos vivenciados.

Já a “Trajetória 3” dispõe sobre a natureza do retorno ao Acre, e resalta os processos de perdas e ganhos materiais e simbólicos advindos. Também aborda as fontes da persistência em se permanecer enquanto “da terra” com fins de viabilizar a reprodução social. No decorrer do capítulo, são apresentados os relatos e as considerações sobre os transtornos funcionais e simbólicos diante do quadro de desterritorialização infligido.

No quarto e último capítulo, denominado “As Espirais das trajetórias”, é apresentada uma análise comparativa dos três quadros de trajetória. Para essa finalidade, são observadas as regularidades e especificidades nos processos de desterritorialização identificados, os papéis dos principais agentes no campo, as alterações de práticas dos sujeitos, ambivalências encontradas, perdas e ganhos dos sujeitos do processo, entre outros.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais do trabalho e as referências que serviram de apoio para o presente estudo.

TEMPO 01 - DAS “VIDAS SECAS”⁶ AO DESEMBARQUE NO MUNDO DAS ÁGUAS E DOS SERINGAIS

No Brasil, da era colonial até o período monárquico, toda terra considerada “devoluta” era passível de usufruto privado, mediante a comprovação de seu uso econômico, que renderia ao interessado a cessão de documentos consignatórios, como a “Carta de Sesmaria”. Porém, a Lei de Terras (Lei nº 601, de setembro de 1850) estabeleceu embargos que eliminou esse artifício. O estudo do processo da implantação do novo regulamento agrário, como em Secreto (2008) e Martins (1990), permite observar controvérsias ainda não concluídas sobre a transição da escravidão para o trabalho livre no meio rural.

A principal alteração promovida pela legislação de 1850 foi a de impedir a propriedade da terra que não pelo pagamento desta. Promulgada no mesmo mês da Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro no país⁷. A mudança objetivou impedir uma reforma agrária cujos principais beneficiários fossem os escravos libertos e garantiu a permanência da cartografia fundiária de até então.

Para Martins (1995), no sistema de sesmaria, o trabalho se caracterizava por ser escravo e a terra por ser livre. Posteriormente, com a instituição das referidas leis, o regime português foi substituído pelo o que o autor denominou de “o cativo da terra”, um sistema que se distinguia do modelo colonial pela instituição de um homem livre, porém, de uma terra escrava, possível para poucos.

Ao mesmo passo, a Lei de Terras contribuiu para solucionar a inexistência de fontes de trabalhadores escravos. Os imigrantes carentes da Europa e da Ásia, que foram atraídos pela propaganda governamental brasileira, ficaram obrigados a trabalhar nas fazendas, tanto para saldar as dívidas adquiridas durante a viagem para o Brasil, como para acumular recursos financeiros e, com isso, realizar o sonho de se tornarem proprietários.

A partir dos mecanismos citados, o Estado brasileiro e a aristocracia rural conseguiram impedir a transição direta do modelo escravocrata para o de trabalho livre assalariado por um período aproximado de cem anos. Para os camponeses, de quaisquer origens ou espécie, seja na cultura da cana de açúcar no Nordeste, na cultura do café no

⁶ Obra de Graciliano Ramos, publicada originalmente em 1938. O romance retrata uma família de retirantes do sertão nordestino condicionada a privações sociais de variados tipos, revelando sentimentos e emoções derivadas dessa condição, e os precários subterfúgios para a garantia de sobrevivência. Algumas das vulnerabilidades materiais e simbólicas dessa literatura se assemelham com as trajetórias do grupo aqui estudado.

⁷ Lei Euzébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850.

Sudeste, ou mesmo na economia da borracha no Norte, foram forjadas diferentes modalidades de servidão e de sujeição nas relações de trabalho, com o intento de garantir a produção nos mesmos níveis de acumulação de capital do período de escravidão, mesmo após a abolição (MARTINS, 1990).

Coincidente a essa fase, ocorreu a abertura do país para uma economia de mercado, e o imediato aumento da demanda por terras para a monocultura. Em consequência, os “deserdados da terra” (MOURA, 1988), camponeses espoliados do direito de “ocupar”, viram incrementar a sua vulnerabilidade em virtude do avanço dos latifúndios sobre as áreas que até então viviam. Além disso, as volubilidades econômicas no cenário mundial resultavam em insegurança no mundo do trabalho.

Nesse trânsito, os camponeses destituídos de um “lugar” e de representação política, vivenciaram conflitos agrários, êxodo rural, desestruturações ambientais, concentração fundiária e de riqueza, deslocamentos compulsórios, e outras implicações de ordem subjetivas, como estigmatizações, disrupções culturais e deterioração identitária, consolidando a situação de vulnerabilidade.

No juízo de Martins (2009), os fenômenos acima mencionados simbolizam passagens históricas que manifestam o mesmo processo. Para o referido autor, a expansão territorial do capital foi seguida por duas frentes com passagens históricas distintas e ao mesmo tempo combinadas: a *frente pioneira*, envergada economicamente pela presença do capital na produção e na exploração capitalista das terras; e a *frente de expansão*, composta por grupos que partiram em procura de terras para garantir a sobrevivência sem, necessariamente, vincular a ocupação do espaço com o capital (MARTINS, 2009).

A “indústria da borracha” se destaca como atividade capitalista forjada nesses moldes. Enquanto frente econômica, caracterizou-se pela exploração de grandes porções de terras, pela produção semiartesanal em meio a fortes condicionantes ambientais e, ao mesmo tempo, pelo vínculo com a maior inovação tecnológica da época, o automóvel. Já o afluxo de camponeses nordestinos em direção à Amazônia para o trabalho nos seringais, formatou-se pelas diversas articulações políticas-econômicas entre o Estado e as elites agrárias, pelas crises econômicas, pelos desastres ambientais vivenciados, e pelos demais reflexos da política agrária pós-1850.

Dessa forma, para o presente estudo, parece imprescindível fazer uso da lição de Lefebvre⁸ (citado por XAVIER, 2010, p. 12), e privilegiar a história e a formação social e

⁸ LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

econômica de grupos campesinos no estudo sociológico, com a finalidade de romper persistentes dicotomias das leituras do rural, como a da “oposição entre o velho e o arcaico”, e assim, também, desvelar o histórico que persiste em atuar.

De fato, as manifestações contraditórias reveladas nesse recontar devem subsidiar a análise das trajetórias dos sujeitos de estudo propostos: camponeses de origem nordestina, estabelecidos na fronteira boliviana com o Acre, e atualmente em processo de expulsão da área onde habitam. Para efeito de análise, nessa dissertação serão apresentados três recortes temporais, cada um significando um deslocamento territorial do referido grupo social. Assim, o presente capítulo é dedicado à “Trajetória 1”, que retrata a marcha de camponeses do Nordeste para o Norte do Brasil, até a fixação dos mesmos no Estado do Acre.

1.1 O Primeiro Ciclo da Borracha e a formação da “Frente da Borracha”

*Lá no sertão quem tem
Coragem pra suportar
Tem que viver pra ter
Coragem pra suportar
Ou então
Vai embora
Vai pra longe
E deixa tudo
Tudo que é nada
Nada pra viver
Nada pra dá
Coragem pra suportar*
(Gilberto Gil, “Coragem pra suportar”).

A extensão quase continental do território brasileiro é fruto dos movimentos de expansão iniciados no século XVI, os quais partiram do litoral do Atlântico em direção ao interior do continente sul-americano. As negociações orquestradas pelo Barão do Rio Branco, no início do século XX, estabilizaram, relativamente, as fronteiras; porém, o principal argumento empregado por nossa diplomacia - o princípio jurídico *uti possidetis*, ou seja, o direito à posse com base na ocupação, assegurado pelas ‘fronteiras em movimento’ - remete ao fato que a história dos povos e seus desdobramentos territoriais são um processo sempre inacabado. Particularmente no que tange à formação do Brasil, as frentes pioneiras, consequentes dos sucessivos ciclos econômicos, foram uma constante (VELHO, 1972).

Ao longo do século XVI, não há indícios que demonstre um interesse do colonizador português pelo norte amazônico. As primeiras iniciativas de controle e policiamento da Metrópole na região aconteceram no século seguinte, por conta das incursões

de estrangeiros (holandeses, ingleses e franceses) no Maranhão e na foz do rio Amazonas. Os procedimentos de segurança foram motivados, principalmente, pelos riscos de invasão da primeira região amazônica e da proximidade desta com o nordeste açucareiro (idem).

A expansão do ciclo da borracha, iniciada no século XIX, é o principal marco na história da ocupação não indígena da Amazônia. Durante o período colonial, o produto incluía-se entre as inúmeras drogas do sertão, cuja exploração era controlada por padres jesuítas e carmelitas com o uso da mão de obra nativa. Após, o produto foi difundido pelo mundo a partir da abertura dos portos às nações amigas, em 1808. Na Inglaterra, a mercadoria foi nominada como *índia-rubber* e popularizada entre intelectuais como produto inovador para os usos na grafia (GONÇALVES, 1991).

O aumento da demanda, sobretudo, da Inglaterra e dos Estados Unidos, sobreveio aos novos empregos industriais que se ia descobrindo para o produto, alcançando o ápice ao final do referido século, quando, como assinala Furtado (2008, p. 156), “[...] a indústria de veículos terrestre a motor de combustão torna-se por muito tempo, o principal fator dinâmico das economias industrializadas”.

A Amazônia era até então o único lugar no mundo onde se reproduzia a *Hevea brasilienses*⁹. Assim, os investidores privados, apoiados pelos governos provinciais do Amazonas e do Grão-Pará, constituíram fazendas de seringueiras na região conhecidas como seringais e, um rudimentar sistema de exploração caracterizado pela rotina itinerante na floresta para coleta do látex. Num primeiro momento, a indústria extrativa da borracha constituiu-se a partir do recrutamento de trabalhadores locais. A matéria-prima retirada das árvores era transportada através da malha fluvial até chegar aos portos de Manaus e Belém, e seguia pelo mar para os Estados Unidos e Europa.

Porém, apesar de todo esforço humano envolvido, tal estratégia não conseguiu acompanhar a crescente demanda internacional. Para o aumento da produção, e para a inserção da Amazônia dentro da economia-mundo¹⁰ que emergia com a Revolução Industrial, foi exigido o acréscimo da mão de obra e a ocupação de novas áreas (BECKER, 2009). Dessa

⁹ Nome científico da seringueira, árvore da qual se extrai o látex, matéria prima da borracha.

¹⁰ Termo cunhado por Wallerstein (1979, citado por BECKER, 2009). Consiste em uma grande e exclusiva estrutura do mercado mundial capitalista, definida sobre uma única divisão social do trabalho em que se localizam múltiplos Estados, na busca pela acumulação de capital.

forma, as casas aviadoras¹¹ de Manaus e Belém patrocinaram o arregimento de mão de obra em outras partes do país, consolidando o que ficou conhecido como ‘a frente da borracha’ (GONÇALVES, 1991).

A empreitada foi possível graças ao trabalho de aliciamento pelos denominados ‘gatos’, intermediadores que cooptavam os trabalhadores, especialmente os nordestinos, por meio de propagandas, notadamente a respeito dos elevados salários pagos nos seringais da Amazônia brasileira. Em meio século ocorre à região cerca de meio milhão de nordestinos, razão para que tenha se dado a primeira grande quebra de mão de obra no Nordeste (VELHO, 1992).

Roberto Santos (1980)¹², citado por Paula (1991, p. 18), elenca seis fatores que motivaram o deslocamento da mão de obra nordestina para a Amazônia:

O preconceito do trabalhador nordestino em relação ao trabalho nos cafezais no sul do país (considerado como escravo) e o desejo de torna-se, na Amazônia, “empreiteiro de si mesmo, seringueiro autônomo, não sujeito sequer a regime salarial, pois o látex que vendesse lhe pertencia”; as ilusões de enriquecimento rápido que a extração da borracha oferecia; o forte esquema de propaganda realizado pelos prepostos dos seringueiros em Fortaleza, Recife e Natal; os subsídios oferecidos pelos Governos do Pará e Amazonas ao transporte de imigrantes para as áreas de colonização agrícola, mas que acabariam revertendo-se em seringais; existência de maiores facilidades de transporte até o porto de Belém; a quebra da resistência dos senhores de terra nordestinos à saída de homens, num período de crises de seca na região.

Apesar de ilustrar verdadeiras expectativas por parte do potencial migrante, os fatores destacados acima não explicitam todos os dramas que motivaram a nova jornada. Durante a década de 1870, dois fatores principais desencadearam a migração massiva de nordestinos, sobretudo de cearenses, para o interior amazônico: o fim da guerra civil norte-americana, que propiciou o fim de um breve período de prosperidade ao algodão cearense; e a prolongada seca no interior nordestino, de 1877 a 1879, que desencadeou a morte de centenas de milhares de pessoas (FURTADO, 2008).

Durante o período próspero, a atividade algodoeira estabeleceu uma espécie de desarranjo entre as práticas vinculadas à economia de subsistência e aos latifúndios no Nordeste, haja vista que tais culturas concorriam pela posse e pelo uso da terra, expropriando

¹¹ Segundo Itamar de Souza (1980, p. 55-56), estas casas eram verdadeiros “barracões” centralizados em Manaus e Belém que desempenhavam o papel de intermediários entre exportadores e os seringalistas, além de serem financiadores dos diversos empreendimentos da borracha.

¹² SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1880 a 1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

os camponeses em favor de sua “proletarização” nas grandes fazendas. Quando se rompe a crise do algodão, tais trabalhadores, além de perderem os seus empregos, acabaram precarizados em sua territorialidade, tornando-se assim, extremamente vulneráveis aos intempestivos da seca no final da década de 1880 (idem).

Os flagelados concentraram-se nas cidades litorâneas como pouso em sua trajetória de fuga da assolção. Maltrapilhos e doentes¹³, a presença destes foi malvista pelo restante da população em vista do potencial explosivo da crise social. Operavam-se, assim, operações de estigmatização (cf. GOFFMAN, 1988) por parte dos cidadãos, reduzindo ainda mais as chances, os ânimos e os empenhos sobre aqueles que chegaram, impondo-lhes a perda da identidade social e determinando uma imagem deteriorada. A fragilidade e a esperança de uma vida melhor em outro contexto facilitou o aliciamento das populações oriundas do Nordeste e o posterior embarque para a Amazônia, conforme ilustrado por registros jornalísticos da época, resgatados por Cardoso (2010):

Os jornais de Fortaleza nos anos três anos de estiagem publicizavam, quase sempre com grande pesar, o grande aumento do número de embarques rumo a Amazônia, pois havia a preocupação com a “fuga de braço” da província. Como pode ser analisado a partir de vários trechos do jornal *Retirante*: “**Emigração**: No dia 25 do corrente seguiram para o norte, a bordo do vapor inglês *Bernard*, 169 emigrantes, que vão em busca de trabalho para manter sua subsistência.” (Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Fortaleza/CE, setor de microfilmagem, Domingo, 29 de Julho de 1877 – rolo 036A) **Emigração**: “No vapor *Pará* seguiram no dia 19 para o norte 203 emigrados e ontem no vapor inglês *Cearense* 126, ao todo 329, entre homens, mulheres e crianças!!! Infelizes escravos! Lamentamos vossa sorte!” (idem, Domingo, 26 de agosto de 1877 – rolo 036A) **Emigração**: “A bordo do vapor *Pernambuco* seguiram em busca de trabalho 121 migrantes! Já se eleva à 1,139 o número desses infelizes!”(idem, Domingo, 16 de setembro de 1877 – rolo 036A) (CARDOSO, 2010, p. 08).

O presente quadro promoveu também um intercâmbio anual de quadros humanos entre a burguesia seringalista e os latifundiários do Nordeste (COSTA, 1998). De tempos em tempos, a burguesia da borracha atraía os trabalhadores de que carecia para dar prosseguimento à extração do látex, e patrocinava todos os custos de deslocamentos dos migrantes para posterior trato com as *Hevea*, minimizando as tensões sociais no lugar de origem.

¹³ Hebert Smith (citado por SOUZA, 1980, p. 50), testemunha ocular desta catástrofe, desta maneira sintetizou a situação do Ceará: “Em Fortaleza, amontoaram-se aproximadamente 150 mil pessoas; em Aracati, cerca de 80 mil, em Granja Baturité, aglomerações menores; todos, com a eloquência da miséria, gritavam, mostrando seus corpos definhados, chorando e blasfemando perante as portas das autoridades”. O autor citado ainda afirma que “durante 1877 e 1878, a mortalidade no Ceará foi provavelmente perto de 500 mil, ou mais do que a metade da população”.

Foi o trabalho desses camponeses que proporcionou a elevação da produção da borracha ao ponto de representar, em 1910, cerca de 40% do total da exportação brasileira (SOUZA, 1980). De fato, não faltaram vagas a quem se dispôs a tal empreitada. Segundo Itamar de Souza (1980), bastava o desembarque nos portos de Belém ou Manaus para ser recrutado pela burguesia seringalista, que já fornecia, de antemão, armas, instrumentos de trabalho e mantimentos para se adequarem ao trabalho nos seringais.

Tal movimento foi visto como positivo pelas autoridades políticas, visto que retiraria das cidades litorâneas uma pressão demográfica causada pelos flagelados que ali se instalavam. No entanto, ao se fixar na Amazônia, esse trabalhador permaneceu fadado a condições de vida adversas, pois ficou atrelado a condições de extrema precariedade, inibido de encontrar outros meios de sobrevivência que não aquela vinculada à borracha (FURTADO, 2008).

Muitas das fantasias acerca do enriquecimento com a lida em torno da borracha se desfaziam nas primeiras interações ambientais e de trabalho no contexto local. Tocantins (1979) expõe as similaridades entre a produção escravista açucareira e a produção extrativista no Acre, como “dois ciclos econômicos primos entre si” (p. 156), monoculturas calcadas no patriarcalismo. O patrão era a figura central e absoluta da terra, senhor cujo poder construiu-se de forma a decidir amplamente sobre o destino de todos aqueles fixados em seus domínios. Em outro momento, Tocantins (1984) afirma que o sonho de glórias pela borracha acendeu uma obstinação pela riqueza, e, dessa forma, acabou por derramar e internar inúmeras pessoas no interior da mata, afastando os migrantes do gosto pelas culturas agrícolas. Como consequência, “aristocratizou a figura do patrão e aviltou a figura do seringueiro, uma vítima do holocausto do leite, por vezes, fatal” (TOCANTINS¹⁴ citado por GONÇALVES, 1991, p. 21-22).

As relações mercantis foram arquitetadas de molde a promover um duplo aviltamento dos seringueiros: na demarcação do preço do látex extraído e no aviamento, cujo adiantamento prévio de insumos e os meios de subsistência constituíram-se num dos principais mecanismos de imobilização da força de trabalho (PAULA, 2005).

Versando sobre as condições as quais os migrantes seringueiros eram submetidos, Caio Prado Júnior (1973) afirmou que:

¹⁴ TOCANTINS, Leandro. **Estudo do Acre, Geografia, História e Sociedade**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

Nesta região semideserta de escassa mão de obra, a estabilidade do trabalho tem maior garantia no endividamento do empregado. As dívidas começaram logo ao ser contratado: ele adquire o crédito, os instrumentos que utilizará, e que embora muito rudimentares (o machado, a faca, as tigelas onde recolhe a goma) estão acima de suas posses em regra nulas. Frequentemente estará ainda devendo as despesas de passagem desde sua terra nativa até o seringal. Estas dívidas iniciais nunca se saldarão porque sempre haverá meio de fazer as despesas do trabalhador ultrapassarem seus magros salários (...) E quando isto não basta, um hábil jogo de contas que a ignorância do seringueiro analfabeto não pode perceber, completará a manobra (...). E quando tudo isto não basta para reter empregado endividado, existe o recurso da força. Embora à margem da lei, ninguém contesta ao proprietário o direito a empregá-la (PRADO JR, 1973, p. 244).

A falta de fiscalização, ou mesmo de personalidade jurídica, para o encaminhamento das queixas dos trabalhadores, foi bem utilizada pelo seringalista. E, nesse contexto, ficaram tais trabalhadores “[...] vítimas de extorsões, recebendo todos os dias imposições humilhantes, por intermédio de decretos” que “[...] se sucederam um após outros [...]” e de “[...] ordens de autoridades que têm grande soma de poder discricionário” (TOCANTINS, 1979, p. 159). Sujeitados a processos sumários, o poder de vida e de morte encontrava-se na mão do patrão.

José de Souza Martins lembra-nos que esse primeiro processo de ocupação da Amazônia está também relacionado à abolição da escravatura e às estratégias do capital para se desenvolver no Brasil. No ingresso do trabalho livre, a figura de aliciadores vinha promover e reforçar formas arcaicas de trabalho dentro de uma dinâmica moderna de expansão do capital. Conforme o autor, “O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra” (MARTINS, 2009).

Nesse sentido, a apropriação da terra acabou por se constituir numa forma de privilégio exclusivo relacionada com a obrigação de implantação do trabalho livre, num determinado momento histórico, em que o valor gerado pelo trabalho na produção da borracha realizava-se nos centros hegemônicos da economia (MARTINS, 1973, p. 15).

Segue Martins (2009) a denunciar que as análises da expansão, sob o viés da ocupação, do povoamento e da apropriação territorial, sobretudo àquelas influenciadas pelos estudos da Marcha ao Oeste estadunidense, programaram um olhar otimista de uma concepção moderna da colonização, escondendo que tal lógica, das operações civilizatórias na Amazônia, engendrou inúmeras violências na afirmação do mito do pioneiro (MARTINS, 2009), que continuaram seguindo.

1.2 Para além dos confins: seguindo os rios Purus e Acre

A princípio, a frente pioneira ajuizava que a maior região produtora de borracha estava na baixa Bacia do Rio Amazonas (atual estado do Pará). Posteriormente, em 1887, a região do médio rio (atual estado do Amazonas) tomava o primeiro lugar de produção. Conforme o avanço gradativo dos grupos de extração, na busca pelo ‘precioso leite’, há uma expansão das fronteiras até o alto dos rios Purus e Acre, regiões então ignoradas pela cartografia sul-americana (GONÇALVES, 1991; PRADO JR, 1973). Apesar das incertezas cartográficas, legalmente, o território explorado era apontado como boliviano devido ao Tratado de Ayacucho, de 1867, que estabelecia o limite entre os dois países “[...] em uma paralela traçada desde a confluência do Rio Beni com o Madeira, a 10° 20’, até as nascentes do rio Javari” (SILVA, 2006, p. 07).

Ao penetrar no interior da floresta amazônica, o movimento dos exploradores brasileiros encontrou uma região opulenta em seringueiras, habitada somente por índios. Ao se fixar nesse território, acabou por iniciar o conflito com os grupos autóctones que, devido à mortalidade decorrente de conflitos com fogo e às epidemias trazidas pelo invasor, morreram ou embrenharam mata adentro, numa tentativa de fuga (GONÇALVES, 1991).

Depois de dizimar e/ou subjugar grande parte das populações indígenas, o confronto seguinte dos homens que comandavam a empresa extrativista foi com os bolivianos e peruanos na disputa pelo domínio político-administrativo do território (PAULA, 2005, p. 42), convocando litígio sobre a propriedade da região mais rica que, em 1899, correspondia a 60% de toda borracha amazonense com uma produção de mais de 12.000 toneladas (COSTA, 1998, p. 40).

A possibilidade de perda dessa porção territorial para o Brasil precipita os problemas de fronteira. Os principais países envolvidos com o litígio pela “fatia mais ‘emborrachada’ do território” são o Brasil e a Bolívia (GONÇALVES, 1991, p. 25). Segundo Gonçalves (1991), o posicionamento dos dois países parece reavivar os litígios da época colonial, quando eram possessões de Portugal e Espanha. Nesse passo, Craveiro Costa (1998) recupera alguns artigos de periódicos bolivianos que bradavam contra o ‘imperialismo brasileiro’ diante dos países vizinhos:

(...) o Brasil teima em impor o seu sistema de não aceitar senão o *utis possidetis*: de fato, assim tem conseguido aumentar seu território, com menoscabo dos países que herdaram da mãe-pátria os direitos reconhecidos em Santo Ildefonso. Em geral, todos os países americanos têm procedido de outro modo; só o Brasil é cúvido e

absorvente e tem usurpado territórios de todos os seus vizinhos (COSTA, 1998, p. 114).

O mesmo discurso de protesto era proferido nos periódicos no Peru, para quem o Brasil desenvolvia “[...] uma política de anexação [...] sem respeito pela moralidade internacional, prosseguindo no fito de usurpar sempre” (idem).

Para reverter a situação de conflito, em 1895, o governo brasileiro concordou em reconhecer as áreas em litígio como pertencentes à Bolívia, de forma a reiterar o Tratado de Ayacucho, de 1867. A partir de então, o governo boliviano iniciou a cobrança de impostos dos seringalistas brasileiros sobre a borracha explorada, que passou a ser exportada para o Brasil. Sob as leis do país andino impostas à região, iniciaram-se as revoltas que, contrariamente aos termos do tratado, alcunharam os bolivianos como usurpadores de terras brasileiras. Cresceu, daí, uma onda de patriotismo na Amazônia contra “[...] a invasão boliviana no Acre”, consolidando o movimento que ficou conhecido como “a Revolução Acreana” (SILVA, 2006, p. 07).

Os vários focos de insurreição contavam com a ajuda financeira do governo do Estado do Amazonas, e fracassaram, principalmente, pela falta de apoio do poder central do Brasil. Porém, em 1901, a constituição de um consórcio de capitalistas ingleses e estadunidenses, denominado *Bolivian Syndicate*, que passou a controlar as atividades econômicas, fiscais, bem como de segurança das áreas dos seringais, causou um mal estar quanto à soberania sobre os rios da região, tema sensível às áreas diplomática e militar, demandando a intervenção federal brasileiro no conflito (BANDEIRA, 2000).

Para dar fim à série de conflitos na região, que poderiam derivar potencialmente para uma guerra entre os dois países, a diplomacia brasileira propôs a discussão do caso, culminando, em 1903, no Tratado de Petrópolis, que estabelecia a anexação e posse de uma área aproximada de 181 Km² ao Brasil, mediante indenização de dois milhões de libras esterlinas e o compromisso brasileiro da construção da ferrovia Madeira-Mamoré no intuito de facilitar o escoamento de produtos bolivianos (SILVA, 2006).

Porém, ainda existia o imbróglio quanto às fronteiras com o Peru, na parte norte, na região de Juruá, que foi igualmente turbulenta. Entre outras questões confrontadas, havia a cobrança de impostos por parte das autoridades peruanas. O clímax acontece com a prisão de um tenente peruano, Severo Ramirez, e no combate de uma expedição brasileira com soldados peruanos comandados pelo Coronel José Suarez, o que fez a diplomacia dos dois países entrar em ação, viabilizando a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 1909, e de protocolos demarcatórios na década seguinte (idem).

Para Paula (1991, p. 22), tal contexto forjou um falso sentimento de união entre seringueiros e seringalistas brasileiros no confronto contra o *outro*, seja a Bolívia ou o Peru, dissimulando as contradições e os conflitos dos interesses presentes no contexto social brasileiro. Ainda para o autor, esse artifício foi “[...] instrumentalizado pelos ‘patrões’ e, conjugado a um forte esquema coercitivo, constituindo-se no principal sustentáculo do regime de dominação engendrado no território acriano, na primeira fase de ocupação econômica”.

Nessa esteira, segundo Ronald Polanco Ribeiro¹⁵, neto de Manoel Ferreira Lima, pioneiro cearense da frente da borracha e filho de escravos, a incorporação das novas terras não alterou a vida dos seringueiros, só restando-lhes uma medalha com menção honrosa à Revolução Acreana e ao seu líder, Plácido de Castro, ou seja, “o mérito, mais nada”.

1.3 A crise do Primeiro Ciclo e a territorialidade de posseiros dos seringueiros no Acre

A área que hoje corresponde ao Estado do Acre foi a última porção de terras a se integrar ao território brasileiro. Segundo Caio Prado Júnior (1973), como território federativo brasileiro, o Acre começara a participar com um volume exportado de mais de 2.000 toneladas de borracha. Já no ano seguinte alcança 8.000t e, em 1907, com mais de 11.000t, posiciona-se como a principal região produtora do Brasil. Tanto o Pará, como o Amazonas, ficou ligeiramente abaixo deste, com 11.000t; os demais Estados (Mato Grosso e outros de produção diminuta) contribuíram com poucos mais de 3.000t.

O desenvolvimento da atividade tornou-se próspera por décadas, em parte, estimulado pela expansão do consumo e aos valores significativos do produto no mercado internacional, como também, pelo inabalável afluxo de trabalhadores nordestinos em fuga das secas do Sertão e das precárias condições de trabalho (PRADO JR., 1973).

O monopólio brasileiro na exploração da borracha chegou ao fim na segunda década do século XX, com a introdução da produção racional da *hevea* pelos ingleses nas florestas de países como Malásia, Ceilão e Birmânia. Como consequência, a produção nacional foi superada ao mesmo tempo em que o valor da borracha desvalorizou-se.

Com a tendência declinante do ciclo da borracha pós-1920, a situação dos seringueiros pareceu se agravar pela “gradativa liberação da força de trabalho excedente”, que procurava manter imobilizados os trabalhadores de então. Dessa forma, foi feito uso de uma série de artifícios, como a cobrança das dívidas contraídas nos barracões, a doação de

¹⁵ Entrevista concedida em setembro de 2010, em Rio Branco, AC.

pequenos lotes de terra, o uso de intimidação e da violência física, entre outros (VELHO, 1967, p. 119).

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia, seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de ver, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia e de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. Excluídas as consequências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, e grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra (FURTADO, 2008, p. 196 - 197).

Devido à nova configuração econômica no Acre, boa parte dos seringais foi abandonada pelos seus proprietários, e uma parte da mão de obra retornou ao nordeste com passagens pagas pelo governo federal. Outros, com ou sem o apoio institucional, ficaram e buscaram formas próprias de garantir a sobrevivência na floresta, ainda com as más lembranças a respeito da seca, da miséria e da fome no Nordeste. Com esse intuito, dedicaram-se à extração de borracha, de castanhas, da lenha, do pescado, e aos pequenos roçados.

A fixação das famílias em área ribeirinha foi característica desse processo, uma vez que os mananciais superficiais se apresentavam como único meio de interligação das comunidades (GONÇALVES, 1991; SILVA, 2006) e, também, como meio de provimento de alimento e água. Para este grupo, a “libertação do cativo” surgia como esperança de um melhor assentamento e certa autonomia que lhe “assegurava o poder de optar pelas formas de exploração e produção nas suas ‘colocações’, por seus parceiros comerciais e pelo tipo de sociabilidade que melhor lhe conviesse” (PAULA, 1991, p.33).

1.4 A Migração Induzida e a Batalha da Borracha

Em meados de 1940, surge um novo fenômeno migratório do Nordeste para a Amazônia, como consequência do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ao lado dos Aliados, o governo brasileiro enviou contingentes militares para as frentes de batalha no exterior e permitiu a construção de bases militares em pontos estratégicos no Norte e Nordeste. Entre outros pontos acordados, o governo brasileiro garantiu o fornecimento de matérias primas para suprir a indústria bélica dos Aliados.

Para atender a demanda bélica de borracha, por ora dificultada pela ocupação japonesa de importantes produtores, como a Malásia e o Ceilão, foi firmado um convênio entre Brasil e Estados Unidos com o objetivo de reativar os seringais do norte amazônico, inclusive no Acre. A ajuda financeira estadunidense propiciou a criação do Banco de Crédito da Borracha e do Batalhão da Borracha, e encontrou no Nordeste a fonte de mão de obra necessária, agora denominados como “os soldados da borracha” (VALIM, p. 11).

Se a primeira corrente migratória para a Amazônia contou, em sua maior parte, com o investimento privado, o segundo movimento contou com uma forte intervenção estatal. Neste sentido, foi elaborado um plano migratório de quinhentos mil trabalhadores que acabou por coincidir com a seca que afetou todos os estados nordestinos em 1942. Entre outros incentivos, o governo federal de Getúlio Vargas assegurou ao trabalhador o transporte de regresso depois de dois anos de trabalho. Como apoio à empreitada, foram instaladas hospedarias em João Pessoa, Natal, Fortaleza, Belém, Porto Velho e Boca do Acre (SOUZA, 1980).

Ao mesmo tempo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) empreendeu uma ostensiva promoção à população sobre os benefícios da ocupação amazônica, tanto pelos meios radiofônicos, como por meio de cartazes (Figura 1). Enquanto o cartaz à esquerda lista garantias de qualidade de vida, e de bom trabalho aos interessados, o anúncio à direita explora o contraste ambiental entre as duas regiões, especulando na estrada entre os dois mundos, à ascensão de um mundo “seco, de formações vegetais tortuosas e espinhos” e pobre, para um lugar verde, úmido, como representação da riqueza e da fartura e, sobretudo, a esperança (SECRETO, 2007c, p. 129).

Figura 1 - Cartazes governamentais para a “colonização” da Amazônia



Legenda: Reproduções dos cartazes de propaganda governamental para o povoamento da região amazônica durante a década de 1940, expostas no Museu da Borracha. Rio Branco/AC, setembro de 2010. Fonte: o autor.

Segundo Capelato¹⁶ (1998, citado por SECRETO, 2007b), a figura central dos cartazes para o recrutamento de nordestinos para a Amazônia era o camponês simples, de traços sertanejos, transfigurado como um bandeirante dos novos tempos: um desbravador do Norte, disposto ao sacrifício num aceite patriótico. Ressaltava também a seca como situação extrema e desumanizante. Como contraponto, a Amazônia ficou representada como o lugar de boas possibilidades para os que não tinham alternativa nenhuma.

A propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil. Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nelas, era o Norte [...]. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo (SECRETO, 2007a, p. 125).

Não obstante, dentro do contexto de guerra, a figura do trabalhador como um “soldado” em missão pelo bem da pátria foi avidamente explorada para vislumbrar o efeito de “glorificação” do trabalhador e, dessa forma, mitigar a resistência daqueles que não viam com bons olhos a campanha, o lugar e o trabalho a ser feito (Figura 2).

Figura 2 – Marcha para a vitória



Legenda: Reprodução de um cartaz que explora a importância dos seringueiros num contexto de guerra, exposta no Museu da Borracha. Rio Branco/AC, setembro de 2010. Fonte: o autor.

Apesar de não ser possível aferir individualmente o resultado de cada peça de propaganda, é presumível refletir sobre o efeito que determinados *slogans* provocaram ao observar as reclamações feitas pelas mulheres dos soldados da borracha após o corte da assistência às famílias em junho de 1944, como delineia Secreto (2005b, p. 174).

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papius, 1998.

Os milhares de trabalhadores nordestinos recrutados desde inícios de 1943 para trabalhar na região amazônica na extração da borracha assinaram um contrato de “encaminhamento”, no qual podiam optar – e a grande maioria optou – pela assistência que o SEMTA oferecia para suas famílias que ficavam no Nordeste. Muitas mulheres (e filhos) desses trabalhadores permaneceram em seus lugares de origem ou nas hospedarias improvisadas, esperando o momento para empreender, também elas, a viagem que as levariam ao encontro de seus maridos, entre pessoas estranhas e tendo que seguir normas e ordens antes desconhecidas, essas mulheres escreveram cartas angustiadas a seus esposos. Cartas pedindo desculpas pela fraqueza de se queixar, contando das injustiças contra elas cometidas/ do desejo de ir ao encontro deles; das saudades sentidas por elas e pelos filhos. Cartas nas quais uma mulher podia assim se definir: “Tua triste e sem sorte esposa”.

A princípio, para consignação do crédito estatal, o proprietário da fazenda foi obrigado a assumir uma série de compromissos com o intuito de regular as relações de trabalho consolidados num ‘contrato padrão’¹⁷. Porém, a busca pela maximização do lucro incitou boa parte dos seringueiros a restaurar os termos coercitivos do primeiro ciclo da borracha, contrariando os acordos assinados. Com isso, foi perpetrado um modelo ainda calcado na exploração extrativista tradicional com características próximas ao “nomadismo”, exclusivamente com o interesse de garantir mão de obra de baixo custo para a elite agrária amazônica. As medidas levaram os novos migrantes a buscarem subterfúgios para reverter a vigilância e o monopólio do patrão, como a venda direta de sua produção aos regatões¹⁸ e a organização dos primeiros grupos para reivindicações de seus direitos (PAULA, 1991, p. 37-39).

No entanto, grande parte dos camponeses desesperançados de se libertar das dívidas fugiu a família para as periferias urbanas do interior amazonense, para tentar angariar o dinheiro da passagem para Manaus ou Belém. Nesse curso, muitos morreram vitimados pelas doenças tropicais ou pela fome. Como o governo não concedia passagem de retorno à terra natal aos fugitivos, alguns tentaram a trajetória a pé. Outros, foragidos, permaneciam na periferia de Manaus e de Belém, vivendo em favelas e tentando arranjar dinheiro suficiente para comprar as passagens de volta ao Nordeste. Há os que tenham conseguido, clandestinamente ou com autorização dos comandantes dos navios, regressarem ao Nordeste se sujeitando aos serviços domésticos nos vapores do Lloyd Brasileiro (SOUZA, 1980, p. 58).

¹⁷ “Em linhas gerais, as cláusulas do contrato padrão asseguravam ao seringueiro determinados direitos e obrigações. Quanto aos direitos, era considerado um arrendatário e receberia 60% da sua produção de borracha a um preço correspondente àqueles praticados nas praças de Belém e Manaus. Garantia-se ainda, um hectare de terra para plantio, além da pesca caça e venda de peles de animais. Quanto às obrigações, ficava estabelecida a exclusividade da venda da borracha para o seringueiro contratante. O não cumprimento dessa cláusula implicava em fraude, sujeita à ação pena (MATINELLO, 1988, *apud* PAULA, 1991, p. 36-37)

¹⁸ Mercador que percorre os rios, ao encontro das povoações, para negociar.

Com o fim da Segunda Guerra e o advento da produção da borracha a partir do petróleo, inicia-se um novo período de abandono e empobrecimento na região. Junto com os seringueiros do primeiro ciclo, os ‘soldados da borracha’ se estabeleceram no interior da mata, ao longo dos rios, passando a complementar seu orçamento e sua subsistência com gêneros da caça e da pesca (GONÇALVES, 1991).

1.5 Das incorporações das matas: a identidade territorializada

A memória é um traço social e cultural dos indivíduos, onde estão guardados sentimentos e valores que os vinculam ao espaço, que os direcionam na tomada de decisão. O acesso à memória e ao olhar espacial dos sujeitos, permite a “leitura de um território marcado pela história de vida das pessoas que ali vivem sem, se limitar às descrições do aparente e, assim, reconhecer os interesses envolvidos, as motivações, as lutas sociais, e a capacidade de articulação das pessoas no lugar” (CALLAI, 2004, p. 5). Nessa perspectiva, são apresentados abaixo os testemunhos de três personagens que se envolveram com a frente migratória até aqui tratada: o do Sr. Raimundo, do “Seu Pereira” e do “Seu Zeca”.

O Sr. Raimundo de Oliveira de Lima, cearense, hoje com 84 anos, é uma pessoa orgulhosa de ter sido um soldado da borracha. Com a morte do seu pai, resolveu emigrar para o Amazonas em 1943. Relata que, quando era reservista, foi chamado pelo quartel para uma escolha: lutar ao lado dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, ou ir para a Amazônia “pelejar como soldado da borracha”. Por conta da influência e companhia do cunhado amazonense, do receio da guerra e do incentivo governamental recebido, resolveu enfrentar a mata. Logo ao desembarcar em Manaus, foi convidado para realizar o seu primeiro corte de seringa no Seringal Equador, no município de Xapuri, localizado no Acre.

Os primeiros momentos foram muito difíceis. Estranhava a terra com as matas e o clima tão diferente do lugar de origem:

Eu falava assim: Eu queria ver essa tal de seringa. Eu era brabo naquele tempo, novinho. Mas quando eu cheguei na mata disse: Vixe! Tinha onça, mapinguari¹⁹, cobra, a friagem, a beribéri. Rapaz, um monte de frio. Em 1954, eu peguei uma friagem tão horrível, aí eu disse: rapaz a gente não vai aguentar essa friagem todo dia. Frio bem diferente que o Ceará.

¹⁹ O Mapinguari (ou Mapinguary), uma lenda derivada de contos indígenas, seria uma criatura coberta de um longo pelo vermelho que vive na Floresta Amazônica.

Por conta da dificuldade de adaptação ao ambiente árido e das saudades da terra natal, tinha sonhos recorrentes com o retorno. Enquanto trabalhava, pensava “[...] muito (sobre) onde nasceu e se criou [...] andando por aquelas matas sozinho e Deus, [...] numa colocação onde a outra mais próxima dava uma hora de viagem. Quando o meu cunhado voltou, eu fiquei só”.

Nessas condições, resolveu regressar para o Ceará também. Mas, em janeiro de 1961, decidiu emigrar novamente para o Acre, mais precisamente para Plácido de Castro. Sua decisão estava amparada no alarme provocado pelos resultados das secas, pois “[...] era muito nordestino obrigado a vir embora para não passar fome [...]”. O Sr. Raimundo descreve a seca de 1942 como muito forte, e a de 1958 como ainda mais devastadora, o que ocasionou, segundo ele: “[...] uma fome triste no Nordeste. Eu pelo menos, quando vim embora pela primeira vez, perdi um roçado [...] eu perdi tudinho pela falta de chuva”.

Com o tempo, acostumou-se e pegou gosto pela “florestona”. O Sr. Raimundo preferia cortar as seringas por volta das duas horas da madrugada, pois era o momento onde recolhia mais látex. As mercadorias necessárias eram trazidas pelo comboeiro, conforme o saldo no barracão. Para complementar e variar sua subsistência caçava mutum, nambu, jacu, catitu, com predileção na carne de veado campeiro, para quem lhe é “[...] a melhor carne, é lindo, tudo é bom”. Ele explica a sua adaptação versando sobre transição de brabo para manso:

O nordestino que chega é o brabo. Vai amansar. Amansar é o que não está acostumado com a lida, pois não conhece nada (...) quando ele entra na mata. Lá na mata que é a diferença, porque ele vai para aquela estrada de seringa, lá para aquela colocação de seringa, ele é o brabo. Quando chega não conhece nada. [...]. O que é o trabalho, o que é tirar aquele leite, aquela seringa, né? Para conseguir fazer aquela borracha [...]. Sofre, sofre, sofre, até gostar, amansar, porque aprende o trabalho que tem que fazer (...). Eu tinha iniciativa, fui logo, peguei a prática, eu formava com aqueles mansos que já tinha brasileiro. E o medo, falavam de mapinguari, ouvia falar na onça. De fato, a onça quando ela esturra no mês de agosto, setembro, [...] é muito assustado. Aonde tem onça, ela esturra. Todas elas nesse mês esturram danada. E o cabra de noite sai pela estrada de seringa pela mata, ele fica todo nervoso com o esturro daquele animal. Eu cheguei ver uma delas, mas graças a Deus ela nunca chegou não. Eu matei onça, não vou dizer que não matei onça [...]. Eu nunca comi onça não, mas tem gente que come das vermelhas, é um fedor. Eu nunca comi onça.

As doenças da mata eram outro problema a ser enfrentado pelo seringueiro. Muitos trabalhadores morreram de malária e de beribéri, enfermidade que acomete o sistema nervoso pela deficiência na alimentação. A situação dos doentes era ainda mais prejudicada diante à exposição ao forno de defumação do látex, durante o preparo da borracha.

A área de responsabilidade do seringueiro dentro do seringal era chamada de colocação de seringa. Era o patrão que “condicionava” o trabalhador sobre a área onde ele iria explorar, “[...] e lá, o seringueiro entra(va) na mata, faz(ia) o seu barraco, corta(va) seringa. Tinha as mercadorias, ele me vendia crédito, pagava com a borracha. Ele pegava e descontava”. A escolha pelo seringal era fruto das conversas e histórias contadas entre os próprios seringueiros, sobre o bom e o mau patrão, a boa e a má colocação.

O senhor Francisco Pereira Sobrinho mora na faixa de fronteira boliviana há cinquenta anos. Conhecido pela alcunha de “Seu Pereira”, tem 57 anos e é pai de quatro filhos, sendo um falecido. Nasceu num seringal nos arredores do município de Plácido de Castro, no estado do Acre. No momento da entrevista, estava de passagem por Plácido de Castro para fazer um tratamento médico, pois havia quebrado sua clavícula na Bolívia. Sua mulher, Maria das Graças, começou a morar na cidade há dois anos para cuidar de sua mãe doente.

Os pais e avós de Pereira eram agricultores originários do Ceará. Em 1931, o pai do seu Pereira foi pela primeira vez ao estado do Amazonas, acompanhando seus familiares quanto tinha seis anos de idade, porém, a família logo voltou ao Ceará. Aos dezenove anos, semianalfabeto e desempregado, foi atraído pelas histórias de enriquecimento através do *ouro negro* e resolveu emigrar para o Acre em 1944.

Segundo Pereira, seu pai veio “[...] na influência da borracha que, naquele tempo, pagava bem pago”, em virtude da alta demanda dos países que combatiam na Segunda Guerra Mundial. Ainda relata que naquela época, durante a apresentação ao exército, era feito a contagem para saber quem “[...] queria ir com os Estados Unidos lutar contra a Alemanha, ou quem queria enfrentar o beribéri, o paludismo, o índio, a onça” na Amazônia. Nesse quadro, seu pai escolheu ser *soldado da borracha* e percorreu cidades como Manaus, Porto Velho, Rio Branco e, por fim, Plácido de Castro.

Porém, com saudades de sua terra natal, o novo seringueiro resolveu retornar para o Ceará junto com a família quando seu Pereira estava em seu primeiro ano de idade. Só retornaram ao estado acriano no ano de 1959, quando o entrevistado era “ainda muito novinho”, com sete anos de idade.

Seu Pereira esclarece que antigamente não era possível trabalhar sem ter compromisso com um seringalista, o dono do seringal. Assim que o migrante nordestino chegava ao Porto de Manaus, ou ao Porto Velho, já era captado pelo futuro *patrão*, “[...] que o botava num hotel, pagava suas despesas, colocava tudo num barco ou num carro, caminhão

e o levava”. O primeiro estranhamento do seu pai foi com o clima, mais úmido e frio que sua terra natal. Para sobreviver no novo lugar, era necessário enfrentar outros desafios, como descreve:

[...], e naqueles tempos dava uns tempos frios, [...] dava friagem, [...] borbulhas que davam perto da fonalha, que era para defumar a borracha, o leite, chegava a friagem na perna quente do cara, ele ficava paralisado [...] outra era o paludismo, que é a malária, que naquele tempo era mais forte, não tinha tratamento, era através de um barracão, era através de pílulas, não tinha exame, era no cálculo: está com paludismo, vai tomar tantas pílulas [...]. Tomava seis pílulas, quatro numa paulada, depois duas e duas. Depois retornava de novo. Também tinha os remédios do mato [...] depois do paludismo, tinha a onça (risos), andava tudo armado de 44, aquele riflezão, daqueles que brigaram com os bolivianos [...] brigava com ela, com uma onça, uma cobra, e aí vai. E aquele que escapou, era felicidade dele, porque muitos morrem por conta da onça, por conta do paludismo, da beribéri. Daquilo não voltava mais.

Explica que “acompanhou” a vida do pai e com ele aprendeu todos os ofícios da seringa, dos quais faz questão de esmiuçar: “a seringa está colocada no mato, sem caminho, então é necessário alguém fazer o caminho de uma para a outra. O mateiro vai à frente”, para identificar as seringueiras e traçar o caminho. O toqueiro segue atrás, “pra limpar o caminho e fazer a estrada”. O gerente ou capataz era o administrador do seringal, cujo dono era conhecido “antigamente como patrão”. O comboeiro passava em todas as colocações, de [...] quinze em quinze dias, pra (re)tirar o látex recolhido e, deixar tudo o que precisava: arroz, feijão, óleo, tabaco [...]”, conforme pedido feito ao gerente e o saldo que o trabalhador tinha no barracão.

Contudo, essas funções foram desaparecendo quando o seringueiro começou a ser autônomo, vendendo sua produção diretamente ao comprador, geralmente a Associação dos Seringueiros, controlador de subsídios governamentais. Para Seu Pereira, “aquele pessoal era do passado, [atualmente], não temos mais o patrão, o loteiro, o gerente, o comboeiro, só temos agora o seringueiro”.

O seringueiro “é aquele que corta, que tira o látex, ou seja, o leite, que faz a borracha”. É o que acorda todos os dias, durante a madrugada, faz o desjejum e segue sua rotina itinerante pelas estradas aplicar os cortes na seringueira. “Por volta das dez, onze horas ele [retorna], come, volta ao meio dia [...]” para recolher o leite, e retorna para casa às três ou quatro horas para trabalhar no roçado. O seringueiro ainda conta que antigamente tinha que defumar o leite para fabricar a borracha, porém, agora basta “botar o látex (n)a gameleira, pra coalhar”.

O senhor Getúlio Rodrigues Araújo, 57 anos, paraense, conhecido também como “Seu Zeca”, chegou ainda criança em Plácido de Castro, acompanhando a sua família. Quando tinha cinco anos de idade, seu pai resolveu ir ao Acre e lá aprendeu os ofícios de seringueiro.

O meu pai era acriano. A mãe do meu pai era paraense. Meu avô cearense, a mãe do meu pai, cearense. E o meu pai era acriano porque nasceu numa colocação com o nome de Alegria, ali pelos bandos do Órion. Ele passou, quando era rapaz, foi embora para o Pará. Lá ele morou nove anos, onde casou com a minha mãe. Minha mãe é paraense. Eu nasci no Pará. Eu, uma irmã que é falecida e outra irmã minha que mora por aqui. Outra irmã minha nasceu na Bolívia. [...]

Depois de alguns anos trabalhando com agricultura, a família retornou ao Pará onde ficou durante nove anos. Seu Zeca diz que todos lá sonhavam com o retorno na lida com a seringa, até a decisão de um novo egresso ao estado acriano. Entre passagens em outros seringais, resolveram se fixar definitivamente na Bolívia. Ainda descreve que naquela época “[...] era só mata mesmo [...] não tinha estrada, escola [...] a gente fazia a borracha e vendia para os patrões [...] fazia o saldo, e comprava as coisas no depósito”.

Naquele tempo tudo era difícil, porque o seringueiro não tinha motor, não tinha ramal (...) e tinha que varar a mata fazendo os negócios. Depois de um tempo, chegou a conclusão que tinha que acabar o trabalho condicionado, e todo mundo começou a trabalhar por conta. Daí melhorou um pouco (...).

Segundo Esteves (2008), as diferenças de trajetórias podem ser relativizadas pelo desejo comum entre os migrantes: a aquisição de ofício mais digno, estável e menos precário daquelas apresentadas no trabalho sazonal na agricultura de *plantation*. O discurso do ouro negro, propagado no interior do Nordeste apresentou-se como uma possibilidade de concretizações futuras, “[...] em contraposição à sobrevivência, cuja desvalorização era mediada pelas secas, pelas consequentes dificuldades de reprodução social, pelas pequenas crises locais de comercialização de açúcar ou algodão” (ESTEVES, 2008, p. 99 – 100).

O desastre das secas adquire importância por incutir ao imaginário social a suspeição sobre as condições de sobrevivência no lugar, o que favoreceu as práticas de recrutamento da mão de obra. Para os migrantes,

o deslocamento para a Amazônia assumia o sentido da realização pessoal moralizada pela dedicação ao trabalho. Por tal imaginário, o trabalho emergia com a força do desejo coletivo, constituindo uma referência qualificadora para a construção de um projeto de vida. A referência também era evidenciada no discurso dos agentes dominantes sobre o “enriquecimento fácil”, confrontado com as precárias condições de trabalho e de projeção de vida no Nordeste. Outras eram as condições de

possibilidade: ganhando dinheiro com a exploração do látex, o migrante voltaria, convertido a outra posição, para a terra natal [...] os agentes intermediários formavam a rede de relações entre o Nordeste e o seringal, facilitando o recrutamento. Para tanto, difundiram a crença na fertilidade, na exuberância, na riqueza que representa a Amazônia, conformando uma visão da região como fonte inesgotável de recursos naturais e grande potência para o futuro. (ESTEVEES, 2008, p. 100).

A caminhada rumo à Amazônia se configurou como um projeto para manter o vínculo com a terra. Todas as experiências se deram num sentido contrário à cidade, um lugar avesso ao repertório de vida e de concepção de futuro. Nenhum dos depoimentos dos “migrantes originais” indicou adaptação fácil ao novo ambiente e aos novos métodos de trabalho, porém, o anseio e a esperança por um novo projeto de vida imputou um legado marcado pela obstinação.

O desnudamento e a incerteza fizeram os migrantes se tornar silenciosos. Silêncio também sábio diante da ignorância dos efeitos da reação, dada a certeza do acirramento das condições indesejáveis à adaptação. O pânico foi outra forma de causar impacto, mediante histórias de terror narradas pelo capataz: sobre os conflitos com os índios; os animais ferozes que devoravam as pessoas; as mortes ocorridas durante a viagem; a malária e a febre amarela, enfim, as tentativas de fuga fracassadas. O mundo aparente, longe de ser atrativo, também assustava: a imensidão das águas, as distâncias infinitas, as árvores exuberantes, a escuridão da noite. Essas condições exerciam um efeito de encantamento que os tornavam prisioneiros da incerteza. As facilidades oferecidas pelo “ouro negro” se atenuavam e o desejo de voltar ou de se libertar passava a fazer parte de sua bagagem (ESTEVEES, 2008, p. 103).

Ao mesmo tempo, a política de indução da migração teve efeito legitimador da empreitada, uma vez que os agricultores nordestinos se associaram ao projeto de nação, como atuantes na proposta de incorporação de territórios produtivos, configurado na figura do soldado da borracha. Esse é o motivo do orgulho apresentado pelos seringueiros da época, e pelos seus filhos.

Para Esteves (2008, p. 95), o patrão centrava em sua personalidade medidas jurídicas e administrativas no interior do seringal, legitimando-se como o único intermediário “legal” entre o seringal e os centros urbanos “[...] locais privilegiados para as transações econômicas da borracha e satisfações pessoais dos agentes detentores desses interesses”. Desse modo, o seringalista reservava a si todas as regras do funcionamento do sistema, com um regimento que previa “atividades, obrigações, os deveres e os direitos de cada agente envolvido”. Para manter tais condições, era operado um ostensivo trabalho de fiscalização, tanto para manter o ritmo intensivo de trabalho, quanto para inviabilizar estratégias de prevaricação do sistema de aviamento. Mais que um apanhado de códigos, o estatuto

conferido designava um modo de apreender e interagir com o lugar, de forma que ficasse submetido permanentemente ao controle do patrão.

A administração do seringal era enganosa, se observada de um ângulo fotográfico. A imagem retrataria a sede, local administrativo onde estavam situados o *barracão*, armazém destinado a guardar mercadorias, e poucas construções simples, para acomodar os empregados do *barracão*, distribuídas umas próximas das outras, um campo com criações e em seguida a floresta com os varadouros – caminhos estreitos interligando a sede às colocações, local de morada e trabalho do seringueiro. [...] só penetrando na floresta, caminhando pelos varadouros e dormindo nas *colocações* que se percebe o espaço hierarquizado, a intensa jornada de trabalho à qual o seringueiro estava submetido e o silêncio rompido em diferentes momentos de confrontos, como na atividade de corte e no embarque da borracha (ESTEVES, 2008, p. 96).

Durante o processo de territorialização na Amazônia, o camponês nordestino teve que moldar um novo arcabouço de leitura e da feitura do lugar, a partir da apreensão dos saberes indígenas e caboclos, das conveniências de reestruturação impostas pelo ambiente e pelo conteúdo disposto durante a “domesticação” da mão de obra no comenos da transição do brabo para o manso. Segundo Milton Santos (2004, p. 40), esse tipo de passagem se converte dentro da interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ação, “[...] de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes [...]”. Cria-se assim, uma nova dinâmica na elaboração e transformação do “espaço”, conceito interpretado por Santos (2004) como uma estrutura subordinada e subordinante, resultado da ação humana, e reflexo e condição da sociedade.

A adoção dessas complexas técnicas de sobrevivência, de trabalho e de tratos com animais, edificou um saber que apostolou o camponês em um trabalhador-extrator. Dessa forma, a mesma floresta que o aprisionou, começou a proporcionar alimentos para a complementação de sua subsistência pela caça e pesca, um circuito que serve como contraposição aos infortúnios relativos à sua vulnerabilidade social enquanto camponês no Nordeste, numa conjuntura marcada pela desigualdade extrapolada durante as secas. O usufruto dessa estrutura induziu a constituição de uma nova forma de existência social e a elaboração de uma nova identidade, com atributos diferentes daqueles destinados ao nordestino (brabo) e ao nativo indígena.

Trata-se de uma identidade ainda reificada nos concernes do campesinato, caracterizada pela produção material agrícola, na reprodução social familiar e na convivência coletiva em vizinhança. Mas que “incorpora outras atividades produtivas não só ligadas à

agricultura ou à criação de animais, como também à pesca dita artesanal e a tantas formas de extrativismo” (MOREIRA & HÉBETTE, 2008, p. 187), uma forma de agir e atuar interpretada como um “modo de vida tradicional”. Nesse plano, entendem-se como povos tradicionais, incluídos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e também os seringueiros, aqueles que compartilham uma percepção espacial-temporal pautada por ciclos hidrológicos, de seca e cheias, consubstanciada por práticas culturais que resultam em saberes e observações particulares, dinamizadas e associados aos sistemas naturais da região onde vivem (DIEGUES, 2001).

A apreensão das referidas práticas socioambientais acaba por torná-las estruturantes do *habitus*, da mesma forma como são a origem, a família, o trabalho, a escolaridade, as necessidades, as motivações e as expectativas. O *habitus* é recorrentemente acionado com o intuito de estruturar o repertório cultural e a noção de pertencimento que movem a vida das comunidades “tradicionais” em um território: é o SER dali.

[...] o *habitus* deve ser encarado como ‘um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados.’ Com efeito, o *habitus* constitui um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. [...] a mediação operada pelo *habitus* entre, de um lado, as estruturas e suas condições objetivas, e de outro, as situações conjunturais com as práticas por elas exigidas, acabam por conferir à práxis social um espaço de liberdade que, embora restrito e mensurável porque obedece aos limites impostos pelas condições objetivas a partir das quais se constitui e se expressa, encerra as potencialidades objetivas de inovação e transformações sociais. O *habitus* vem a ser, portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O *habitus* completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (MICELI apud BOURDIEU, 2004, p.XL-XLI).

Nesse sentido, é possível observar duas atribuições distintas dadas ao território: enquanto os atores hegemônicos, vinculados ao capital, privilegiam o seu uso funcional e mercantil, os povos tradicionais avaliam o território como garantia de sua sobrevivência cotidiana, combinando duas forças de iguais: a funcionalidade (recurso) e a identidade (símbolo) (HAESBAERT, 2004).

O território, nesse caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que

aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais. (HAESBAERT, 2004, p.04).

Conforme afirma Palolielo (2008, p 230): “[...] se o campesinato brasileiro se diversifica, sua contingência histórica generalizada é a do acesso jurídico precário a terra”. Neste diapasão, os seringueiros originários procuraram assegurar o exercício de sua identidade aprimorando as estratégias de fronteira, se estabelecendo nas matas bolivianas com sua família e lá foram produzindo. Para garantir segurança frente aos perigos do isolamento em outro país, buscaram cultivar uma ligação com a pátria brasileira.

Na confirmação desses fatos, a maior parte dos entrevistados assegura que seus ancestrais já se configuravam como seringueiros antes de se mudarem para a Bolívia e sustenta como causas as restrições ambientais, de emprego e de propriedade no Brasil. É o caso do Sr. José Nogueira da Silva, seringueiro oriundo do Amazonas. Quando ele chegou ao Acre, não encontrou seringais para se estabelecer, conseguiu um emprego na prefeitura e não se adaptou. Foi indicado para trabalhar com um seringalista cearense hospedado na Bolívia e para lá foi.

A colocação, antes uma subunidade produtiva do seringal e, posteriormente, o espaço onde se fundamentou a autonomia do seringueiro, convertendo-se em seu “lugar”, era determinado pela quantidade de *heveas* existentes no território, numa proporção lógica “entre o número de árvores de seringa que, com x horas de trabalho, sob ritmo de trabalho y, [que] definia a quantidade de borracha produzida” (ESTEVEES, 2008, p. 92).

O lugar é o espaço construído como resultado das vidas das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. É portanto cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado. Considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando o espaço, e dando feição ao lugar. Um lugar que é um espaço vivido, de experiências sempre renovadas o que permite que se considere o passado e se vislumbre o futuro. A compreensão disto necessariamente resgata o sentimento de identidade e pertencimento (CALLAI, 2004, p. 05).

Como percebido, é nesse movimento que se principia a produção autônoma dos camponeses, marcando um segmento social conhecido posteriormente como ‘posseiros’. É da contestação dos direitos sobre o uso da terra desse novo agente que advêm os primeiros conflitos sobre os direitos de posse e de propriedade, com o avanço da agropecuária no Acre na década de 1970.

1.6 As novas políticas de desenvolvimento e os confrontos pela posse da terra

O terceiro processo de ocupação da Amazônia está ligado à eclosão do golpe de 1964 e aos Programas de Integração Nacional – PIN, instaurado pelo regime militar. O Estatuto da Terra, aprovado no mesmo ano do golpe, contemplava duas questões principais: a agricultura e a reforma agrária. A primeira diz respeito às tecnologias e aos mecanismos utilizados no campo para o incremento da produção agrícola com base nas grandes propriedades rurais, na monocultura e no desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura (MARTINS, 1997; PAULA e SILVA, 2006).

Segundo Elder Paula (2005), a política de modernização agrícola implantada nesse período acabou por agravar ainda mais a debilitada estrutura extrativista acriana. Primeiramente, foram reduzidos gradativamente os subsídios e incentivos a esse setor. Depois, foram redistribuídas as terras até então destinadas aos sistemas produtivos considerados atrasados, como o de produção de borracha natural na Amazônia. Ainda, seguiram diretrizes que buscaram transformar a “base produtiva, na estrutura de mercados e a sua configuração demográfica como forma de abrir novos mercados consumidores para produtos industrializados do Centro-Sul” (p. 66). Nesse prosseguimento, novamente foi induzida a migração dos excedentes populacionais de outras regiões do país para a Amazônia.

O segundo mote do Estatuto aborda a questão agrária, no que se refere às questões sociais no campo, buscando abrandar o clima de insatisfação no meio rural brasileiro e se antecipar aos conflitos nos moldes de outros países latino-americanos, como o México, a Bolívia e Cuba. O governo militar se fazia valer pela promessa de uma ampla reforma agrária, numa estratégia de apaziguar os camponeses e, ao mesmo tempo, tranquilizar os grandes proprietários de terra. Dessa forma, o governo desapropriava por “interesse social” terras no ‘vazio’ amazônico para distribuir entre excedentes, sobretudo nordestinos, por conta do déficit habitacional naquela região. Distribuir terras para não redistribuí-las era uma prática oficial do governo federal, por trás de uma ideologia que era necessário ocupar a região Amazônica para garantir a soberania sobre esse território e, ao mesmo tempo, integrá-lo ao espaço econômico nacional (IANNI, 1979; PAULA & SILVA, 2006).

No caso do Acre, a substituição do extrativismo da borracha pela pecuária extensiva de corte, baseada na grande propriedade fundiária, consistiu no eixo central da “modernização”. Essa estratégia do governo federal apoiava-se fortemente na oferta de incentivos fiscais, complementada por outros incentivos oferecidos pelo governo estadual. Esses atrativos, somados às possibilidades de especulação com o mercado de terras, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no início dos

anos de 1970. O seu impacto na estrutura agrária acriana foi imediato. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no INCRA encontrava-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria oriundos do estado de São Paulo (PAULA & SILVA, 2006, p. 109).

Os projetos de reforma agrária fundados na região amazônica seguiram os moldes do assentamento de outras áreas do país, desrespeitando o modo de vida e de produção daqueles já fixados no local. Tal prática tentou impor aos agroextrativistas, adaptados ao trabalho de extração da seringa, da castanha e de frutos, a se fixarem e produzirem em pequenos lotes para assegurar propriedades de terra, transtornando os significados funcionais e simbólicos dados ao território, numa difícil adaptação em outra atividade de trabalho.

Também, ambicioso de figurar-se entre as potências mundiais, o Estado brasileiro formulou os Planos de Desenvolvimento Nacional – PND, que objetivaram o crescimento econômico e a integração nacional por meio da modernização do setor industrial e da abertura de novas fronteiras agrícolas pelo país por meio de incentivos e da construção de grandes obras de infraestrutura, buscando maior interlocução entre as regiões, além de, segundo os seus idealizadores, assegurar a segurança nacional, interna e externa²⁰.

A partir do I PND (no governo Médici) e dando continuidade no II PND (no governo Geisel), o governo federal acabou por assumir a indução do processo de ocupação da Amazônia, difundindo a ideia de que a emigração acabaria por resolver também o problema agrário existente no Nordeste. Como obra símbolo de sua atuação nesse sentido, o governo federal pôs-se a construir um gigantesco corredor de exportação entre o Atlântico e o Pacífico, a Transamazônica, promovendo a integração entre as regiões norte-nordeste, e também a colonização “planejada” a partir da distribuição e legalização da posse da terra no entorno da rodovia, particularmente no espaço entre os rios Xingu e Tapajós (VELHO, 1967, p. 219).

No entorno dessas estradas foram destinadas áreas de colonização para os mais diversos tipos de trabalhadores: pequenos colonos da região Sul, sem terras das mais diversas trajetórias (boias-frias, arrendatários, colonos ou parceiros expulsos dos latifúndios) e desempregados em geral, mesmo dos núcleos urbanos (VALIM, 1996, p.24). Porém, a pressão exercida pelas grandes empresas e projetos agropecuários, concorrentes pela porção mais favorecida com a infraestrutura, acabou desterrando os antigos posseiros e os novos colonos para o interior da mata.

²⁰ Os documentos relacionados aos PNDs podem ser encontrados na biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia – IBICT: <http://biblioteca.ibict.br/>.

Para se ter uma dimensão da magnitude dos impactos sociais gerados por este movimento expansionista, é preciso levar em conta que 72% da população do estado vivia na zona rural, em uma estrutura fundiária caracterizada, na época, por um alto índice de concentração da terra: 514 imóveis com áreas acima de 1000ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas; 526 estavam na faixa de 101 a 1000ha, equivalentes a 4,63%; 2807 na faixa 1,0 a 100ha, equivalentes a 4,63%; 2.807 na faixa 1,0 a 100ha, correspondentes a 1,78% da área cadastrada (INCRA, 1998). Além da alta concentração da propriedade da terra, “85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (SILVA, 1982, p. 48)²¹, isto é, um enorme contingente de ‘posseiros’, formado por seringueiros, ribeirinhos e colonos” (PAULA, 2005, p. 71-72).

Dentro do panorama observado, ou seja, das contradições no campo, observa-se uma dupla dimensão em expansão: o fluxo de trabalho dos deserdados da terra (MOURA, 1988) e, por outro lado, o fluxo do capital em direção à Amazônia a partir das atividades industrial, agropecuária, madeireira, que seguiram aos estímulos oferecidos pelo Estado. Dessa forma, a “terra de trabalho” dos camponeses ali fixados é sobreposta pelo regime da “terra de capital e de negócios”:

O Estatuto (da Terra) restabelece como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das áreas novas, mediante remoção e assentamento de lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas de tensão. A grande extensão disponível seria justamente a da região amazônica e partes do Centro-Oeste, sobretudo do Mato Grosso. Essa única válvula de reforma agrária, no entanto, foi em grande parte fechada apenas dois anos após a promulgação do Estatuto, quando o governo federal estabeleceu uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região Amazônia (...) sendo assim, a mesma região que o Estatuto destinava formalmente à ocupação pelos camponeses deslocados das regiões onde exercia seus efeitos concentracionistas, passou a ser destinada também aos grandes grupos econômicos, além do mais, estimulados pelos incentivos fiscais” (MARTINS, 1995, p. 96).

No processo de modernização da Amazônia, houve iniciativas de estabelecimento da agropecuária na região. A escolha por essa atividade deveu-se, principalmente, à alta do valor da carne no mercado internacional, bem como, às facilidades de financiamento com os bancos de fomento. Para isso, foram oferecidos incentivos fiscais que, em conjunto com a especulação de terras, fez expandir a frente agropecuária, cujos impactos foram imediatos: em 1978, um terço das terras cadastradas no INCRA estava em posse de investidores do Centro-Sul, sobretudo, paulistas (PAULA, 2005).

Sobre as consequências dessa expansão induzida, Valim (1996) relata que:

[...] A ideia do projeto era assentar um grande número de pequenos produtores, cerca de 100 mil famílias, entre 1970 e 1974, e 1 milhão de famílias até 1980. entretanto, a

²¹ SILVA, Adalberto. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre:** movimento de capitais; especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte: UFMG/DECEPLAR, 1982 (Dissertação de Mestrado).

ocupação pelos pequenos produtores foi se esvaziando na medida em que os projetos de colonização não atendiam às mínimas condições de armazenamento e escoamento dos produtos, sem falar na falta de créditos, de assistência médica, de estradas, de escolas, de infraestrutura em geral. Além do que, o governo abriu as portas da Amazônia para grandes empresas nacionais e estrangeiras, voltadas principalmente para a pecuária e a mineração, o que gerou uma especulação desenfreada sobre a terra. Ironicamente, o então ministro do Planejamento, Delfim Neto, em 1973, justificou essa abertura alegando que os pequenos produtores eram “predatórios” do meio ambiente. O binômio modernização-especulação gerado pelo fomento à modernização agrícola acabou limitando o espaço disponível ao pequeno produtor, tanto em áreas de fronteira quanto em áreas antigas de agricultura (VALIM, 1996, p. 25).

Paula (2005), por seu turno, traça uma retrospectiva dos novos rumos da economia acriana dentro do circuito econômico global:

No essencial, pode-se concluir que a inserção do território acreano no processo de acumulação capitalista ao longo de um século (1870), passou por duas fases bem distintas: a primeira (1870-1920) foi comandada diretamente pelos capitais privados com o intuito de suprir as demandas de matéria-prima dos países mais desenvolvidos industrialmente; na segunda (situada entre as décadas de 1940-1970), o Estado passa a constituir-se no elemento decisivo. Do final da II Guerra até os anos 60, atua na regulação do mercado interno e subsidia o monoextrativismo da borracha natural, assegurando as condições gerais de reprodução das relações sociais de produção vigentes na região. Nos anos 70, adota políticas e estratégias destinadas a substituir o extrativismo pela pecuária extensiva de corte e exploração de madeiras nobres com base na grande propriedade (...) (PAULA, 2005, p. 100).

Diante desse quadro, as tensões e os conflitos com e os “paulistas” foram ficando cada vez mais ameaçadores para os seringueiros. A expulsão dos camponeses das colocações foi feita, em muitas vezes, com apoio do aparato, com a queima das áreas ocupadas, ameaças e mesmo assassinatos. Na década de 1980, organizações sindicais de trabalhadores rurais foram criadas com o intuito de reivindicar o acesso à terra, denunciar os desmandos no campo, e exigir a “floresta em pé”. A luta ecoou internacionalmente, mesmo após os assassinatos de importantes líderes, como Wilson Pinheiro e Chico Mendes. Porém, nesse ínterim, para alguns grupos, sobretudo àqueles mais afastados das mobilizações sindicais realizadas em Xapuri e Brasiléia, a única possibilidade de manter suas práticas, e a sobrevivência de suas famílias, era sair do território brasileiro em direção à Bolívia.

1.7 Considerações adicionais sobre a questão agrária no Acre

Pelo visto até aqui, o modelo em questão, além de ser incapaz de garantir condições sustentáveis de bem-estar coletivo, teve como princípio a operacionalização de desigualdades e exclusões econômicas, o que minou as bases do exercício democrático. Em

decorrência dessa problemática, vêm à tona as demandas ligadas ao que Castoriadis²² denominava como a ‘ambição pelo controle ampliado’, ou a crença na ‘expansão ilimitada’ do domínio racional que distinguem o capitalismo e sua lógica de organização da existência moderna (WIZIACK, 2001).

Como esclarece Bauman (1998, p. 58), a estrutura do *Panótipo*²³ segue critérios coercitivos da ordem política planejada, “uma arma eficaz contra a diferença, a opção e a variedade dos comportamentos e dos valores”. O controle social determina o nivelamento dos sujeitos, ocultando o desenvolvimento criativo das suas singularidades. A alienação torna-se imprescindível para a ‘paz política’. Para os grupos ainda resilientes, moldura-se práticas de extermínio. Nesse caso, como afirma Leroy (2010, p. 100), “não há necessidade de genocídio físico, basta o etnocídio²⁴ e a naturalização da população, excluída da sua cidadania”.

Historicamente, no Brasil, a perspectiva triunfalista em torno das frentes pioneiras como operação civilizatória garantiu a expansão capitalista no campo, ocultou as expropriações advindas da frente agropecuária e das violências. Tal ideologia desconsiderou o aspecto cruel da fronteira, que se anunciou em sucessivos desajustes advindos do “desencontro genocida de etnias e de classes sociais contrapostas, não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo, no abismo histórico que as separa” (MARTINS, 2009, p. 13).

Para Leroy (2010, p. 94), na territorialidade do capital “(...) o espaço é indiferenciado, somente tendo valor por sua base de recursos naturais”. O uso mercantil das terras veio ampliando as alterações na cobertura vegetal e permeabilidade do solo, erosão e posterior assoreamento dos cursos d’água, o que causou alterações no modo de vida das comunidades tradicionais, como a dos seringueiros do Acre, à medida que retirou os espaços naturais para ajustá-los ao novo modelo econômico.

²² CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²³ Em Globalização, as consequências humanas, Bauman faz uma breve reflexão sobre as diferenças do modelo proposto por Foucault (Panóptico) e o banco de dados modernos, para compreender as singularidades residentes na existência de desvio social diante a norma.

²⁴ “Em etnologia o conceito de etnocídio foi introduzido e já tem curso há mais de duas décadas. A literatura especializada atribui a Robert Jaulin o mérito dessa construção. (...) Etnocídio (...) é a imposição forçada de um processo de aculturação a uma cultura por outra mais poderosa até o seu total desaparecimento. O etnocídio foi e é ainda frequentemente praticado pelas sociedades de tipo industrial com o objetivo de assimilarem, ‘pacificarem’ ou transformarem as sociedades ditas ‘primitivas’ ou ‘atrasadas’, geralmente a pretexto da moralidade, de um ideal de progresso ou da ‘fatalidade evolucionista’” (ALENCAR; BENATTI, 1993, p. 13).

Ponderou Martins (1989) que, ao contrário do trabalhador assalariado, ao camponês o trabalho não aparece como *trabalho abstrato*, um exercício equivalente ao dinheiro, pois a esse grupo social o trabalho existe como *trabalho concreto*, no usufruto da sua colheita, no laboro e na coesão da sua família, condição direta de sua existência. A expropriação, mesmo que dissimulada por mecanismos legais, lhe aparece “como ato iníquo, visto que é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Porque o priva do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa (MARTINS, 1989, p. 90).

Tais fatos remetem como esse sujeito, o camponês/extrativista, sofreu com o avanço do modo de produção capitalista. Foi expulso de sua terra, do Nordeste brasileiro e fronteira com a Bolívia, em contínuos processos de desenraizamento, seja ele do seu lugar, da forma como vive e com quem convive, colocando-o à margem. O descolamento desses grupos, mesmo com custos materiais e simbólicos, foi em busca da preservação de um modo de vida da família que trabalha na agricultura (e posteriormente, no extrativismo), para si mesma, e que não trabalha para os outros (MARTINS, 1997).

Trata-se de um processo, de ação explícita ou dissimulada por diversos agentes, incluindo o Estado, numa regulação subordinativa, pois buscou favorecer determinados atores hegemônicos, e objetiva a integração em níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Para Milton Santos, “tal integração é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes” (SANTOS, 2004, p. 106-107).

Dentro das situações que envolvem o conflito agrário, o Estado brasileiro criou condições que avalizaram diversos tipos de expropriação: incentivos financeiros e isenções fiscais dados prioritariamente aos grandes setores produtivos, a infraestrutura física voltada para a produção e a circulação de bens, uso do aparato policial na reintegração de posse, entre outros (MARTINS, 1997, FOWERAKER, 1982, MOURA, 1988). Nos moldes considerados por Bourdieu (1989), também é operada a violência simbólica pelos mandatários do Estado, que possuem o monopólio de uma violência simbólica legítima, o que inclui a justiça, instituição na maior parte das vezes inacessível às classes subordinadas.

As formas de produção (e reprodução) ainda que contraditórias, foram estabelecidas e subordinadas nos termos a garantir a reprodução do capital. Martins (1995) enfatiza a legitimidade da luta camponesa pela posse da terra distinguindo a propriedade familiar da propriedade capitalista da terra. Destaca ainda que, na propriedade familiar

camponesa, as condições da produção social do lugar e da vida não são motivadas pelo lucro, mas pelo próprio trabalho e o de sua família. A terra para o camponês é “terra de trabalho”.

No entanto, mesmo diante desse confronto desigual, sabe-se que o campesinato teima, de diferentes formas, resistir pelo seu modo de vida, e pela manutenção de suas práticas, mesmo que seja necessário a procura de outro lugar, como é o caso dos camponeses brasileiros que moram na fronteira boliviana. No próximo capítulo, são exploradas as nuances desse processo e as suas implicações que seguiram adiante.

TRAJETÓRIA 2 - DO BRASIL À BOLÍVIA: NOVAS QUESTÕES INSTITUCIONAIS DO ACESSO À TERRA E AS IMPLICAÇÕES NA DISCÓRDIA COM O *OUTRO*

Como visto no capítulo anterior, a combinação do projeto de modernização do espaço amazônico com a crescente utilização da terra como reserva de valor acabou limitando o espaço disponível para a realização das atividades econômicas do camponês no Acre, entre elas, a extração da seringa e da castanha, e das atividades de subsistência, como o roçado, a caça e a pesca. Na busca de alternativas de sobrevivência física e social, muitas famílias penetraram o território boliviano. Além disso, devido à incidência de conflitos e tensões que colocaram de um lado os latifundiários e a polícia e, de outro, os acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, muitos camponeses acrianos foram empurrados para as faixas de fronteira. Segundo Valim (1996), o Conselho Regional dos Seringueiros estimou que cerca de doze mil famílias foram expulsas do Acre, e posteriormente se instalaram no território boliviano. A autora também fez referência a dados levantados em 1991 numa pesquisa conjunta entre a Diocese do Rio Branco e do Vicariato de Pando, que reportou a presença de quinze mil seringueiros brasileiros nos rios Abunã, Mamo, Caramano e Chipamano, na região de fronteira da Bolívia. Esse período de emigração, territorialização, interações na fronteira boliviana, denominado aqui como “Trajetória 2”, é objeto de análise nesse capítulo.

Até a década de 1970, o trânsito de brasileiros na área de fronteira entre Brasil e Bolívia ocorria de modo espontâneo, na busca pelos seringais e pela independência na produção e venda do látex, e era facilitado por uma fraca institucionalização desse espaço. Com o avanço da frente agropecuária, a fixação no outro lado da fronteira passou a representar a manutenção do modo de vida extrativista e o resguardo contra os violentos embates pela propriedade da terra.

Outro fator que causou sérios transtornos foi a implantação de projetos de reforma agrária, compostas de colônias agrícolas de tamanho reduzido, que obrigavam aos agricultores a práticas de produção estranhas ao seu conhecimento. O senhor Antônio José Passamani²⁵, sindicalista que vivenciou esse período, explica como essa situação era moldada:

O INCRA passou e cortou o seringal (em tamanhos pequenos) e falou: você é dono de uma propriedade aqui. O cara vai fazer o que? Passou a vida dele fazendo aquilo que ele fazia. Ele se colocou diante uma ‘areazinha’ que se ele desse um grito pode incomodar o vizinho. Acostumado a andar o dia inteiro em linha reta e ninguém incomodava ele. Aí tem que trabalhar num lugar que tem que desmatar e enfrentar o

sol, e ele não gosta do sol. É questão dele, o trabalho era outro. O psicológico mesmo dele foi-se embora²⁶.

Segundo Maia (2002), não houve oposição imediata ao influxo dos camponeses brasileiros em direção ao país vizinho. Para as autoridades brasileiras, a migração aliviaria os quadros de tensão registrados no Acre. Na visão do governo boliviano, a inserção destes trabalhadores garantiria o povoamento de vastas áreas de seu território e incrementaria a receita do país, a partir do pagamento de impostos sobre a produção gomífera e das taxas sobre a permanência de estrangeiros, sem o aporte de nenhum investimento estatal (MAIA, 2002).

Maia (2002) ainda destaca que as primeiras relações entre os brasileiros e os nativos bolivianos da planície, os cambas, foram amistosas, visto que não disputavam o território e nem o mesmo mercado, pois as atividades que exerciam eram distintas. Enquanto o camponês brasileiro se restringia às atividades da borracha e ao pequeno roçado, os poucos bolivianos dali se dedicavam à coleta de castanhas, à pecuária e ao comércio.

No final da década de 1980, a primeira divergência surgiu com a fixação de assentamentos colhas²⁷ na região de fronteira. Tais assentamentos objetivaram minimizar os impactos do declínio do setor carvoeiro que atingia outras regiões da Bolívia. Nesse processo, o governo boliviano realocou os colonos do altiplano em crise para as áreas ocupadas por brasileiros na planície amazônica boliviana. Outro fator que concorreu com o regime de trabalho extensivo dos camponeses brasileiros na Bolívia foi a inserção da empreitada madeireira na região (MAIA, 2002).

A partir desses avanços dos colhas, foram expedidas notificações para o “recuo dos seringueiros brasileiros para áreas mais distantes da *carretera* e das margens do rio”. Em caso de resistência, o estrangeiro era “convidado a se retirar”, tendo por base o artifício constitucional que restringia a posse por estrangeiros de terras na faixa de fronteira²⁸. Porém, a maior parte dos colhas assentados não conseguiu se adaptar ao clima e ao solo da região, e abandonou o espaço fronteiriço, aliviando as tensões. Além disso, o recrutamento crescente de

²⁶ Antônio José Passamani. Depoimento concedido em agosto de 2009.

²⁷ Campesinos indígenas originários da região do Altiplano.

²⁸ A Constituição Política da Bolívia de 1964 previa, no artigo 25, a proibição da posse de terras, de água ou subsolo por estrangeiros na faixa de fronteira, que é a faixa interna de 50 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

trabalhadores brasileiros, ora por fazendeiros brasileiros e mestiços, ora por proprietários patrícios, fez com que os camponeses se mantivessem em suas colocações.

2.1 A nova territorialidade: a fronteira como terra do encontro e do desencontro

No prosseguimento da pesquisa, foram feitas entrevistas com os camponeses em desterritorialização para identificar suas raízes e as motivações concretas e subjetivas no ato de emigrar para a Bolívia. Como previsto, quase a totalidade dos entrevistados reportou suas origens familiares no Norte ou no Nordeste. Entre os entrevistados com mais de quarenta anos, estão aqueles nascidos fora do estado acriano, e que emigraram para a Bolívia durante as décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, os mais jovens relataram que, ou nasceram na fronteira brasileira e emigraram muito novos, ou nasceram no interior da Bolívia.

Quando indagados sobre os atrativos do país vizinho, as primeiras respostas ressaltaram as características físicas do país vizinho. É o caso do Sr Raimundo, um dos mais antigos emigrantes, que decidiu atravessar a fronteira por conta dos predicados relatados por amigos: um lugar bom “no leite, bom na caça, bom na fartura [...]”, fora que “[...] os padrões eram todos brasileiros também, e se vivia muito feliz nesse padrão boliviano”.

O mesmo depoente diz que foi fácil se adaptar à nova terra, pois a relação com o empregador não se diferenciava daquela que tinha no Brasil. Além disso, a produtividade das seringueiras bolivianas era muito maior. Na nova terra, nos contextos onde o preço da borracha estava em alta, conseguiu somas suficientes para viajar de avião com o intuito de visitar parentes em Rondônia, Manaus e no Ceará. Na Bolívia morou, se casou e teve filhos. Foi “faca de seringa” durante 44 anos. Decidiu retornar ao Acre há dez anos, quando resolveu se aposentar e viver em Plácido de Castro.

A predominância da figura do patrão na Bolívia, conforme nos conta o Seu Raimundo, não perdurou por muito tempo devido às recorrentes quedas no preço da borracha e, por fim, por conta do programa de subsídios à borracha natural do Governo do Estado do Acre - criado pela Lei nº 1.277 de 1999 e, posteriormente alterada pela Lei 1.427 de 2001, que ofereceu pagamentos adicionais aos seringueiros cadastrados em associações, ou cooperativas, acelerando assim, a incidência de produtores familiares e autônomos da borracha.

Em seu depoimento, o senhor Francisco Pereira Sobrinho²⁹, conhecido como Seu Pereira conta que, em sua trajetória pelo Acre, morou no seringal Bagaça, depois seguiu

²⁹ Entrevista realizada em Plácido de Castro, Acre.

para o distrito de Campinas, passou alguns meses em Plácido de Castro e, por fim, adentrou ao território boliviano, onde finalmente se fixou. A escolha por esse lugar ocorreu devido à falta de emprego na cidade onde morava e pela abundância de árvores de seringa na Bolívia, situação inversa da região sul acriana, já desmatada pelo avanço da agropecuária.

A fixação não lhe pareceu difícil, pois bastou encontrar um lugar desabitado para conseguir uma autorização informal de autoridades locais. Lá construiu sua casa, cortou a estrada da borracha e plantou o roçado, composto de macaxeira para fazer farinha e milho para alimentar os animais de criação, como porcos e galinhas.

O lugar onde ainda mora é considerado de paz, pois

[...] não tem essa ruindade de gente que vive assaltando, matando, eles não vão para lá, fazer o que? Dá até para dormir de porta aberta. [...] não tem esse aperreio de gente assaltando, de sequestro, não tem isso aí, de roubo, tudo isso sai, é uma tranquilidade total. Tirando o aperreio de uma onça no meio do mato, ou alguma cobra, daí é fácil. Se a cobra não subir as escadas. A gente já está acostumado, toma cuidado. Se alguma coisa aparecer, mete fogo nela.

Com o passar do tempo, além da seringa, Seu Pereira incorporou outras atividades ao seu cotidiano, como a coleta e quebra da castanha do Brasil (ou castanha do Pará), entre os meses de dezembro a março, no período de inverno. A colheita de açaí acontece principalmente nos primeiros meses do ano. Seu Pereira descreve o seu dia a dia nos demais meses do ano, quando é possível se dedicar à coleta do látex:

Você vem pelos caminhos, e vai cortando, tira aquele leite. Chega uma hora dessas tem aquele leite que lota uma caixa de coalhar e pronto. Daí, vamos limpar a roça, limpar o milho, quebrar, fazer para dar para os bichos da casa. Quando a noite chega, tomamos um banho, comemos. Chega seis horas, estamos deitado, escutando o radinho de pilha, escutando a rádio daqui, nacional, as FMs de rio branco, da sul acriana. Lá não tem televisão, a gente fica escutando isso. Chega às nove horas, estamos dormindo. “Amadruga”, a gente acorda, e começa o trabalho tudo de novo.

Os poucos bens que o depoente adquiriu, como uma pequena casa em Plácido de Castro e as benfeitorias da sua colocação na fronteira, foi a partir do seu trabalho na Bolívia e da venda realizada no lado brasileiro.

Durante a pesquisa de campo, foram computadas outras motivações de migração para a Bolívia, como a tragédia particular vivenciada pela Dona Irene Lucas da Silva, 57 anos, nascida em Plácido de Castro, e hoje aposentada. Sua mãe era acriana e o seu pai era comerciante cearense que chegou a Plácido de Castro, em 1941. Segundo D. Irene, o seu pai foi assassinado em virtude de um acerto de pagamento com um seringueiro recém-

instalado na região. Posteriormente, as propriedades da família foram subtraídas por um parente. Devido à falta de trabalho na cidade, a mãe dela resolveu migrar para a Bolívia.

[...] Minha mãe ficou desorientada por causa da morte do meu pai. Foi tudo por água abaixo. Daí eu fui cortar seringa na Bolívia, para cuidar dos meus irmãos que eram pequenos. Eu e a minha mãe cortava. Mas daí, me casei, e fui para o Brasil. Fiquei um ano e pouco no Brasil, depois voltei para a Bolívia de novo, agora está com sete ou oito anos que sai da Bolívia. [...] Eram(os) seis irmãos. (- Qual foi a impressão ao chegar na Bolívia?) Quase não tinha nos arrependido, né? Porque não tinha jeito. Era para lá mesmo, para cortar seringa. O importante foi que eu criei os meninos. Nós precisamos de tantas coisas quando chegamos no seringal, precisados de comida. Comíamos banana verde, com leite e castanha. Depois que acabaram com a vida do meu pai, já se viu. Eu cortava seringa, eu ia pegar isca para pescar num igarapezinho a uns cinco minutos, dez minutos. Quando a gente terminava de pescar, chegava dez horas, onze horas da noite. Pescando por aí para pegar o pão de cada dia, para o outro dia. Eu sofri tanto, agora graças a Deus. Eu estou doente, mas eu não sofro, né? A vista do que eu vivi, estou bem.

Como dito, os entrevistados mais novos nasceram, sobretudo, nas faixas de fronteira, seja boliviana ou brasileira. Relatam que eram muito jovens para se lembrar de estranhamentos ou dificuldades da inserção na Bolívia. Para rememorar os motivos da migração, recorrem às lembranças dos fatos contados pelos pais.

Eu nasci na Bolívia. (E a família, veio de onde?) A família é toda da Bolívia mesmo. (E os pais?) Os meus pais não são daqui. O meu pai veio do Ceará. A minha mãe é morta já. (E sua mãe?) -A minha era daqui mesmo. (E o seu pai, o que comentava sobre o porquê dele ter vindo para o Acre?) - Ele só falava que veio trabalhar para cá. (Francisca Pinheiro de Lima, Plácido de Castro, AC.)

Na verdade eu não sei o porquê. Porque eu era pequeno quando viemos de lá. Só sei que mudemos pra cá não faz muito tempo, eu tinha uma faixa de sete anos, e hoje eu tenho trinta e oito anos. Tenho mais de trinta anos de Bolívia. (Por que os seus pais resolveram ir para a Bolívia?) Porque como nós viemos de Tarauacá, só tinha um irmão dele que morava na Bolívia, daí vamos para os rumos desse irmão dele, daí do irmão dele ele já arranjou um lugar, uma colocação para o meu pai. De lá nós fomos se aprofundando na Bolívia. Era em um seringal, depois passamos de um seringal e fomos morar na beira do rio, um lugar nosso que ele comprou. (Francisco Ferreira de Oliveira, Plácido de Castro, AC.)

Eu sou acriana. Meus pais são acrianos, eram, não tenho mais pai nem mãe. Quando o meu pai foi embora para a Bolívia comigo, eu já não tinha mais mãe. Ela já tinha falecido, meu pai foi para a Bolívia e me levou porque as minhas irmãs estavam todas casadas, faltava só eu. Aí ele foi e levou nós. Aí de uns tempos, eu me casei e ele foi embora para o Brasil, ele faleceu no Ikinari (Maria Zilda da Silva, Plácido de Castro, AC.).

(Motivos para ir à Bolívia) Por que na época tava cortando muita seringa no Acre, aí meu pai era novo e casou com minha mãe e foram pro Acre para exportar seringa. Minha mãe estava gestante, daí volta para o Amazonas de novo, e lá eu nasci e voltei de novo com eles. [...] Fui direto para a Bolívia quando era pequeno, tinha cinco anos (Francisco Rodrigues da Silva, Brasiléia, AC.).

Meu esposo, ele não tinha um trabalho fixo [...] resolveu ir para a Bolívia. Resolvemos ir para lá, vivemos esse tempo todo lá na Bolívia, cortando seringa. Quando foi uns tempos agora pouco, uns seis anos, eu estou morando aqui, ele ficou lá, ele ficou por aqui ano passado, ano retrasado. Chegou para morar aqui também. Porque ele já estava abusado de morar sozinho eu não queria morar lá, daí estamos aqui. Mas lá lugar era bom, fácil, tranquilo. (Quando a senhora foi para a Bolívia, estranhou muito?)

(Se estranhou os primeiros momentos na Bolívia) Não, porque eu estava acostumada desde o Amazonas. Eu fui nascida e criada na mata mesmo. Nós viemos, passamos três anos em Rio Branco e nós já fomos para a Bolívia. Para mim, não senti diferença de mata, pois já era acostumada na mata. (Zulmira Alves, Plácido de Castro, AC.).

Porque eles também não tinham para onde ir. Meu pai todo tempo foi criado dentro da Bolívia, o pai dele, meu avô, morava na Bolívia. Tinha seringal na Bolívia. Daí para cá, eu boli todo o tempo. Eu sai só agora. Do lugar onde eu vivia saiu todo mundo mesmo, ai eu sai também (Ivanildo Siqueira da Silva, Plácido de Castro, AC.).

Com essas referências, a migração ao país andino é explicada como parte integrante da precariedade ambiental e da dificuldade de acesso à terra em uma fronteira cujo o outro lado parecer ser mais produtivo. Por outro lado, envolveu também aspectos sociais, políticos, culturais, e pela manutenção da vida camponesa, ou seja, do laboro da terra, da produção familiar e daquilo que está ligado a ela.

Inicialmente, a relação patrão-seringueiro foi semelhante àquela que se avizinhava em território acriano, sobretudo pelo emprego do aviamento. Posteriormente, se por um lado, os seringueiros brasileiros passaram a sofrer com o custo adicional dos impostos de *estrangeria* e de produção, por outro, garantiram um incremento na produção do látex, graças à abundância de terras para as colocações, como pelo elevado índice de produtividade dessas.

Foi a partir da gradativa autonomia em relação ao sistema dos seringalistas que foram conformados os pequenos roçados e a venda direta da borracha produzida. Ao mesmo tempo, houve o surgimento de outras práticas produtivas, como a quebra da castanha e a coleta de açáí. Esse é o caso do Sr. José Nogueira: nas épocas de seringa, entre março e dezembro, ele e os filhos saíam pela madrugada para cortar as estradas de seringa, e ao final da tarde colocava o leite para coalhar. A cada quinze dias, recolhia a borracha produzida pela família mais de alguns vizinhos e ia para Plácido de Castro vender a mercadoria: “[...] fazia um monte de borracha e vinha com um pouquinho de dinheiro”. Para assegurar uma renda maior, investiu na agricultura, porém, como não possuía prática, não conseguiu levar a empreitada adiante, seguiu-a apenas com fins de subsistência.

Nos últimos anos, Seu Zeca estava se dedicando com mais intensidade à quebra da castanha. Sua família conseguia retirar cerca de 1.200 latas de castanhas por mês, dentro de uma área de 500 hectares ou mais. A relação de vizinhança entre as colocações sempre foram muito tranquilas, como depõe o seu Zeca:

Às vezes sua colocação está para cá e a do outro cara está para lá, as vezes, uma entra dentro da outra assim. Mas ninguém reclama, pois sabe que aquela ali é a minha. Desse jeito, a castanha o mesmo, do lado de lá está a castanha dele, e ali a minha. Assim a gente vivia, né? [...] chegava a época da castanha, eu quebrava mais os meus meninos, quebrava mil e poucas latas de castanha. Com aquele dinheiro eu vinha aqui, comprava umas mercadorias, reforçada, né? Comprava seis caixas de óleo, sete fardos de açúcar.

O mesmo era feito por Rosemira Ferreira de Souza. A principal atividade econômica da família era o corte da seringa e a quebra da castanha. O laboro com a agricultura era somente para consumo próprio, porque “ficava muito difícil fazer agricultura para [...] vender. Até porque todo mundo tinha, não vendia. Para tirar para vender, tinha que ser no mínimo em Capixaba. Para vender, tinha que fazer mais de cinco horas de viagem”.

Como as atividades extrativistas são contínuas na região de fronteira, os limites geográficos e políticos são permeáveis, com poucas diferenças socioambientais perceptíveis em um primeiro momento. Muitas vezes, existe apenas um marcador de cimento ou de alumínio no solo como meio para saber quando se está deixando um país para entrar em outro. Não raro, a fronteira geográfica desaparece dentro de um ecossistema comum.

Para os camponeses brasileiros, a fronteira exerceu uma função estratégica de garantir um modo de vida sustentado pela agricultura e o extrativismo familiar no lado boliviano, e o acesso a serviços públicos na área de saúde e, às vezes, na área de educação no outro. Além disso, permitiu a proximidade com amigos e familiares, a presença em festas e comemorações e, principalmente, possibilitou a venda da produção de extrativistas e a compra de diversos tipos de mercadoria no Brasil.

(Motivos de ir ao Brasil) Vender o produto, comprar mercadoria. Às vezes quando adoecia uma pessoa [...] ninguém viajava para lá (Bolívia), só morava na fronteira daqui (Brasil). Daí, trazia uma pessoa para o lado de cá, para fazer alguma coisa, para consultar. Eu passava dois, três meses sem vir aqui. Passava pelos bolivianos ali, pagava uma taxazinha para eles. Eles chamavam de o posto da borracha (Raimundo Manoel de Lima, Plácido de Castro, AC.).

Sete de setembro, um natal, um final de ano. A gente corta seringal, mas a gente não era isolado assim, né? A gente sempre vinha para uma direção. E assim a gente ia. Graças a Deus que vivemos até hoje (Irene Lucas da Silva, Plácido de Castro, AC.).

A gente vinha comprar alguma roupa, comprar alguma coisinha que agente estava precisando (Vanderlei Pinheiro de Lima, Plácido de Castro, AC.).

A maior parte das coisas era no Brasil, a gente vinha fazer compras, posto de vacina, tudo no Brasil (Antônia Oliveira Meireles, Brasília, AC.).

Rapaz, a Bolívia não comprava nada, nós não tinha(mos) negociação nenhuma dentro da Bolívia. Nós só trabalhava(mos) na Bolívia, nosso comércio todo era no Brasil. A gente descia de onde a gente morava, descia de barco para o lugar que tinha carro. Nossa compra, nossa venda era no Brasil. É dessa maneira era assim. Agora, depois que eu tenho família, porque nos tempos do patrão, como era no tempo do meu pai, o patrão era boliviano, comprava e vendia tudo para eles. Nem tinha como não ser, não tinha como ir para a cidade, não tinha estrada, não tinha nada para cá. Agora não. A gente morava na beira do rio, num ramal bem perto do outro lado. Toda a nossa produção era vendido no Brasil. [...] sempre quando tinha um dinheirinho, a gente ia para Rio Branco, visitar a família (Antônio Edmilson da Cunha, Brasília, AC.).

A gente vinha pra comprar, ou comercializar nossos produtos para comprar mercadoria, tipo açúcar, óleo, sabão, essas coisas que não conseguimos comprar ali dentro. E o que a gente não consegue lá, a gente tenta trazer aqui mesmo, as coisas tipo a castanha, o açaí, sai para vender (Evaldo de Souza Lopes, Plácido de Castro, AC.).

A travessia entre os lugares é feita de vários modos, principalmente de barco, de bicicleta, e mesmo a pé, dependendo da finalidade, da distância e dos obstáculos a serem enfrentados. Em uma parte de seu relato, Seu Pereira esclarece que antigamente só conseguia levar sua produção para o Brasil através de barco que o transportava ao longo do rio Abunã e Igarapés adjacentes. Ultimamente, com a construção de estradas e ramais na Bolívia, consegue fazer seu trajeto por meio de uma bicicleta, e assim, demora cerca de sete horas para chegar ao lugar desejado. O mesmo curso realizado em caminhada é de aproximadamente dez horas.

O lugar onde mora é próximo ao rio Abunã, rio que limita os dois países. Segundo ele, todos que vivem ali próximos, na porção boliviana da região, são brasileiros, com exceção daqueles que residem na Vila Evo Morales. Acredita na localidade onde ele habita, vivem cerca de quinhentas pessoas.

Boliviano a gente só encontra ali, na vilinha deles. Entrou ali, é a mesma coisa que estivesse no Brasil. Você nem sabe que está na Bolívia, porque não tem boliviano. Não vai ter problema com a língua caso você topa com um boliviano, ele sabe português que é uma beleza. Ele não se enrola de jeito nenhum. Tem muito país que o cara entra, como o Paraguai e só consegue falar na língua deles, mas aqui não. Você passou daquela vilinha ali, cruzou o rio Abunã, tudo é brasileiro, tudo, tudo. Não tem essa de entrar ali, não saber falar espanhol e ficar enrolado. Pode entrar despreocupado, tudo é brasileiro (Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.).

Os camponeses da região costumam a contar as distâncias pelo tempo. O intervalo entre as colocações mais próximas entre si são de trinta minutos a uma hora, o que não impede os momentos de sociabilidade entre os vizinhos e parentes. As atividades coletivas mais comuns são a caça, a pesca e o posterior almoço de final de semana.

Lá a gente se encontrava no dia de domingo, ia pra casa dos vizinhos, morava perto um do outro, era o tempo da gente andar. Ia pescar, marcava uma pescaria, vamos pescar em tal lago, vamos, e juntava aqueles vizinhos, passava o dia inteiro na beira do lago, a tarde se debandava (Francisco Ferreira de Oliveira, Plácido de Castro, AC.).

Nós temos amizade com todos eles lá, não tem problema não. Lá é difícil ter problema com vizinho, é a coisa mais difícil que tem. No sábado, no domingo, um vai na casa do outro, eles vem na casa da gente também. Toma café com a gente, almoça, passa o dia e a tarde vai para casa, vai bater papo, vai conversar (Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.).

A relação entre os brasileiros e bolivianos, de origem camba que vivem na região, era amistosa. Considerável parte do contato era estabelecida pelas visitas itinerantes dos técnicos da saúde nas colocações, como apontam os depoimentos do Sr. Getúlio, conhecido como Seu Zeca, e Dona Zulmira:

Ele era guarda da malária. Uma assistência muito boa que ele dava, quando dava febre [...] eu conheço ele há mais de quarenta anos. [...] quantos anos nós vivia lá, nunca houve uma confusão com boliviano com esse negócio de mangar um do outro, nós vivia tranquilo, misturado boliviano com brasileiro aqui na fronteira. Nunca tivemos problemas nenhum. [...] era brasileiro. Direto, direto, eu só achei o povo brasileiro. Boliviano só quando passavam, quando vinham vacinar, quando vinham fazer um censo, essas coisas assim. Ou quando tinha uma pessoa com malária, numa casa, daí eles vinham borrifar a casa, né? E assim, era só isso. Em Santa Rosa era cheio de brasileiro, só tinha boliviano no povoadozinho deles, ali mesmo. E era assim. Todo mundo era livre, ninguém brigava, discutia (Getúlio Rodrigues Araújo, Plácido de Castro, AC).

Onde nós morava(mos) não tinha boliviano. Eles vinham de Cobija, faziam um trabalho, que nem esses da SUCAM, trabalho dentro da casa, esse é o contato com os bolivianos. E era bem tranquilo (Zulmira Alves, Plácido de Castro, AC).

Porém, o contato mais sistemático entre eles ocorria durante a cobrança de impostos. O mais importante tributo é a “*estrangeria*” – um imposto que dá o direito ao brasileiro trabalhar na Bolívia. Outras taxas existentes são aferidas sobre a produção do látex e da castanha, e sobre produtos comprados no Brasil. Segundo Esteves e Ferreira (2001), os brasileiros reconheciam a *estrangeria* como medidas fiscais legítimas, mas consideravam as demais como exploratórias. Para os referidos autores, o reconhecimento da *estrangeria* implica que o brasileiro se define como estrangeiro na Bolívia.

A autoafirmação da nacionalidade brasileira, mesmo para os nascidos em território boliviano, também ficou evidente quando a pesquisa tratou do nascimento e registro de filhos. Alguns justificaram que tiveram seus filhos em território brasileiro, visto a inexistência de quadros hospitalares próximos de onde moram. Nesses casos, aproveitaram a proximidade do cartório local. Contudo, são comuns os casos de brasileiros que nasceram na Bolívia e são registrados como natos no Brasil. Um dos motivos elencados para tal feito se dá pela distância dos postos de registros e os altos valores pagos pela certidão boliviana. Porém, o maior grupo de respostas vincula-se à hereditariedade da nacionalidade e ao temor quanto à obrigatoriedade da apresentação militar na Bolívia, considerada muito severa. Tais argumentos são apresentados abaixo:

Meus filhos todos foram registrados aqui, porque são tudo brasileiros, graças a Deus (Irene Lucas da Silva, Plácido de Castro, AC)

(- E o registro dos filhos?) Foram registrados aqui. (- Por que?) Eu registrei aqui, porque disseram que quem tivesse registrado lá, quando tivesse dezoito anos teria que servir a pátria boliviana, daí eu não quis. Eles vinham procurar. Daí eu não aceite. Até falei para a mulher minha, eu digo não sei porque registrar lá. Eu sou brasileiro, você é brasileira, como vamos registrar o nosso filho como boliviano? Não tem como, o pai brasileiro, a mãe brasileira e o filho boliviano. Ai essa ideia não coube (Francisco Ferreira de Oliveira, Plácido de Castro, AC).

Eu acho que eu sou brasileira, o pai dele é brasileira, porque eles nasceram lá eu tinha que registrar como boliviano não. Eu achei errado, ou não é errado? Eu acho errado, eles só nasceram lá. Só um registrado lá (**Maria Zilda da Silva**, Plácido de Castro, AC).

Foram todos registrados no Brasil. A gente morava na Bolívia, mas foram todos registrados no Brasil. Porque eles poderiam ter que vir para o Brasil, servir o quartel, são tudo brasileiros, então resolvi registrar no Brasil (Antônio Edmilson da Cunha, Brasiléia, AC)

Foram registrados na cidade, porque lá é mais difícil, é trezentos contos para registrar cada um lá. Aqui no Brasil, pra gente é de graça, sem pagar um centavo. Para um brasileiro tirar um documento lá, para se naturalizar, é trezentos contos um registro, daí não tem como tirar documento. Alguns lá têm documento boliviano, mas não compensa não. Se alguns dos meninos mesmo, ou nós tivéssemos documentos bolivianos, para legalizar eu acho que não teria legalização aqui no Brasil, fazer uma compra, comprar um eletrodoméstico (**Evaldo de Souza Lopes**, Plácido de Castro).

Soma-se às questões mencionadas, a estratégia de manter garantidos os serviços públicos existentes no lado brasileiro, como o Sistema Único de Saúde. Apesar do trabalho árduo e, por muitas vezes, da baixa remuneração, todos os depoimentos demonstraram satisfação com o lugar onde se vivia, pois ali era alcançada a plenitude em outros campos de anseio, como a subsistência, a coesão familiar, boas relações de vizinhança, entre outros. Essa conjuntura só se alterou quando surgiu a ameaça de deslocamento

compulsório por parte do governo boliviano. Para ter claras a natureza e as decorrências desse processo, é preciso, a seguir, delinear alguns fenômenos da transformação política na Bolívia pós-2005.

2.2 Os embates étnicos e políticos pelos direitos sobre a terra na Bolívia de Evo Morales

A Bolívia é um país multiétnico com a maioria de habitantes constituída por povos indígenas originários, distribuídos irregularmente no território. Atualmente, a maior parte da população autóctone está assentada nos departamentos de La Paz e Oruro (grupo Aymará), e em Potosí e Cochabamba (grupo Quechua). Todavia, os departamentos da parte leste e sudeste do país, sobretudo Pando, Beni e Santa Cruz, têm a menor incidência de nativos, fruto de processos migratórios de assentamentos recentes, sendo predominantes os grupos Tupi-Guarany e Arahuaço (VILLEGAS e NUÑEZ, 2005).

A hibridação entre o movimento campesino indígena e os sindicatos é forte característica do meio rural. As lutas pelo reconhecimento jurídico das comunidades indígenas tradicionais datam de 1880, quando os governos liberais da época pretendiam o fim da propriedade coletiva da terra. Tal embate persistiu ao longo das transformações políticas impetradas no país até que, durante os governos do movimento nacionalista revolucionário (1952-1964), foi patrocinada a organização de sindicatos de campesinos com base nas estruturas sociais e territoriais existentes. Nesse momento, surge a primeira coalizão entre as organizações comunitárias indígenas e as instituições sindicais no país afora (BASSET, 2005).

No entanto, nem mesmo a ação conjunta dos movimentos sociais na Bolívia foi capaz de deter a exploração e o avanço de interesses capitalistas sobre os direitos de posse dos povos indígenas. Entre as décadas de 1980 e 2000, foi estruturado um modelo político e econômico que aplicou ortodoxas políticas de estabilização e ajustes estruturais que privatizou empresas e serviços estatais. As transformações políticas, econômicas e sociais agravaram os problemas de marginalidade, pobreza e exclusão existentes no país (GALLEGOS & STEFANONI, 2005).

Para Gallegos e Stefanoni (2005), as crises econômicas de 2003 e 2005 foram partes da deslegitimação do sistema político e da emergência de novas identidades de base campesina e indígena que introduziram uma disputa de sentidos sobre aquilo que se entendia por nação e por democracia. A partir dessa interpretação, a luta indígena se converteu pela instituição de um Estado adaptado a essa população. É nesse cenário que a eleição

presidencial de 18 de dezembro de 2005 apareceu como uma possibilidade de construção de um novo cenário de governabilidade democrática.

Em 22 de julho de 2006, o líder cocaleiro, de origem aymará, Evo Morales, do partido socialista MAS (Movimiento hacia el Socialismo), assumiu a presidência da República da Bolívia, declarando-se o primeiro presidente indígena de um país com maioria de nativos colcha.

A principal plataforma da frente de apoio a Evo Morales foi a transição de um Estado unitário e social, calcado nos eixos do colonialismo e do liberalismo, para um Estado plurinacional, com reconhecimento à pré-existência e nações indígenas originárias. Ao mesmo passo, trouxe consigo uma combinação de direitos, deveres e garantias diferenciadas aos povos indígenas que, somadas às estruturas jurídicas e políticas, avalizaram a nacionalização e a recuperação dos recursos naturais (ALCOREZA, 2008).

A eleição de Evo Morales é indissociável dessa estrutura socioespacial crivada de desigualdades. Todavia, o abismo social e as clivagens espaciais são traços históricos desse país, sem que jamais um resultado eleitoral como o de dezembro de 2005 tenha se produzido antes. Consequentemente, o “fenômeno” Morales há de ganhar luz se observado no marco da configuração política que tomou forma na Bolívia nos últimos anos. Tal configuração revela, nos anos 1990 e 2000, o protagonismo de forças “nacional-populares” (a expressão remete a Zavaleta, 1986) cujo centro de gravidade é não propriamente o poder sindical ou as estruturas partidárias de esquerda, tradicionais no percurso político do país: hoje, “a grande especificidade da região andina é [...] a questão indígena” (Lipietz, 2006: s/p), pois “o indigenismo se erige em força política revolucionária” (Lipietz, 2004: s/p). Assim, mais do que guinada à esquerda, a eleição de Evo Morales consignaria uma virada “descolonial”: um “giro da esquerda na América do Sul sob a liderança política, intelectual e ideológica dos movimentos indígenas [...]” (LINS, 2009, p. 232-233).

Para Gallegos e Stefanoni (2005), a ascensão política de Evo Morales foi produto da luta dos historicamente excluídos. Configura-se, enquanto ideário desse movimento, o projeto de recuperação do Estado frente ao capital estrangeiro. A chave do novo modelo residiria na nacionalização dos hidrocarbonetos, recursos nos quais se depositam as esperanças de desenvolvimento industrial na Bolívia. Entre outros afetados com o projeto de intervenção, destaca-se a Petrobrás, a estatal brasileira de petróleo³⁰.

A nacionalização do gás desencadeou um forte movimento oposicionista liderado pelas autoridades do departamento de Santa Cruz de La Sierra, o mais rico da

³⁰ Foi emblemática a ocupação do Exército boliviano sobre uma refinaria da Petrobrás na Bolívia, em maio de 2006. A ação, parte do programa de nacionalização do gás do então novo presidente Evo Morales, teve como objetivo o aumento da participação do governo boliviano na receita das empresas estrangeiras que exploravam o produto de maneira pouco regulada no país. A Petrobrás acatou as novas regras que diminuíram drasticamente os seus lucros. Da mesma forma, outras multinacionais sofreram intervenção.

Bolívia. As elites dos departamentos atingidos com a ação se posicionaram contra a nova constituinte proposta por Morales e o acusaram de dividir o país privilegiando os indígenas. Em maio de 2008, a oposição aprovou a autonomia local num referendo. Porém, ainda nesse ano, Morales conclamou outro referendo para a população decidir a permanência dele até o fim do mandato e vence. Em setembro do mesmo ano, enfrentamentos mataram mais de dez pessoas e o governo declara estado de sítio no departamento de Pando. A crise é mediada pela Unasul³¹ que apoia Morales e livra o país de uma guerra civil. Foi também por meio de consulta popular em 2009 que a nova Constituição foi ratificada.

A Figura 3, abaixo, apresenta o mapa da divisão política entre os estados apoiadores e opositores a Evo Morales. Os departamentos de oposição, simultaneamente fronteiriços com o Brasil, são denominados como ‘estados da meia lua’. Os trajes típicos da índia aymará (foto inferior esquerda) destoam das vestimentas comuns aos padrões existentes na região da ‘meia lua’, como é o caso das roupas e adornos usados por Rubén Costas (foto superior direita), prefeito de Santa Cruz, opositorista e um dos líderes do movimento autonomista, que utilizam como referência identitária representações da cultura camba (foto inferior direita).

Figura 3 – Dimensionamento político territorial na Bolívia



Legenda: As diferenças políticas, econômicas e culturais coincidem com a estruturação territorial da Bolívia. Tal característica foi realçada com a ascensão de Evo Morales à presidência. Montagem editada pelo autor.

³¹ União das Nações Sul-Americanas.

Tais questões políticas parecem incidir num redimensionamento territorial dos conflitos. Para Lins (2009, p. 237), a imagem conjecturada é de cisão territorial em duas partes: “uma andina, mais pobre e com tradição indígena de origem inca, nacionalista e adversária do neoliberalismo”, e outra vinculada a terras baixas, com maior dinamismo econômico e predomínio do discurso pela modernização e a competitividade. Contudo, o mesmo autor reitera também um redimensionamento cultural, a partir da divisão entre os cambas, trabalhadores rurais e camponeses de origem indígena das terras baixas do leste boliviano³², e seu contraposto, os colhas, da região do Altiplano, autodenominados como os ‘bolivianos autênticos’, que integram os indígenas andinos mais pobres, e que oferecem sustentação política ao governo de Morales. Nesse sentido, se eclipsam também divisões de classe.

As figuras das “duas Bolívias” e da “meia-lua” têm papel de realce nessa estratégia, representando o deslocamento dos embates para o plano das relações inter-regionais e tentando evitar o tema das disputas internas sobre o excedente gerado localmente. O discurso que vocaliza essa construção joga com duas cartas principais. Uma é a da identidade – estratégica para “produzir” o grupo, impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade–, exaltando a “nação camba” e, por contraste, apequenando os “colla”. A outra é a da performance econômica, como verbalizado pelo presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz: “há mais de quarenta anos carregamos nas costas a economia da Bolívia” (Lins, 2009, p. 238)

É nesse cenário político institucional que o Estado boliviano engendra mecanismos para minimizar o poder dos grupos opositores de origem camba na chamada região da meia-lua, a mais rica do país. Inicialmente, a contenção acontece pela estatização das empresas transnacionais vinculadas às elites da região. Posteriormente, pela indução da migração de povos do altiplano, que lhes dão sustentação política, para as federações onde possui menor influência política, como o departamento de Pando. Para efetivar a estratégia de realocamento e fixação dessa população, fez-se cumprir um artigo da constituição que prevê a proibição de posse da faixa de fronteira por estrangeiros, como é o caso de brasileiros residentes na fronteira boliviana, à margem do estado do Acre.

2.3 O nacional no contexto da fronteira

A faixa de fronteira em ambos os países incorpora muito dos problemas que afetam o interior da América do Sul, como a falta de infraestrutura e de transporte, o que dificulta o acesso e a fixação de pessoas, e ocasiona altos preços a produtos e serviços. Apesar de a fronteira ser compreendida como limite, ela se caracteriza como uma zona de intenso

³² Inserem-se também no grupo camba, os mestiços.

intercâmbio produtivo entre o Brasil e a Bolívia. A ausência de dinamismo local e o relativo isolamento espacial geraram uma relativa autonomização na feitura das regras cotidianas para a convivência das comunidades dessa fronteira, alargando a tolerância ao outro na produção social do lugar.

Como estratégia para esses sobressaltos, as populações locais incrementaram as trocas comerciais: enquanto bolivianos fazem as compras de alimentos em mercados brasileiros, visto que os produtos ali saem menos onerosos que em sua terra natal, brasileiros compram no país vizinho eletrônicos e outros materiais importados (sobretudo da China) e produtos têxteis mais baratos, por conta da menor carga tributária. Nesse sentido, esse espaço se estabelece como uma estratégia, onde é aproveitado pelos povos o melhor de cada um dos países.

Ao mesmo tempo, a fronteira é um território forjado pela variável constante do outro, em torno do qual há uma identidade e práticas a serem construídas visando à ambígua situação de convivência e estranhamento. Segundo José de Souza Martins, “(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (...) a primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si (...) a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1997, p. 150 - 151).

Devido a isto, os processos de alteridade em relação ao outro nesse espaço são ainda mais fortes, pois se dão a todo o momento em virtude do intenso contato e das trocas estabelecidas. Além disso, ocorre uma realidade em que, muitas vezes, aqueles estabelecidos em região de fronteira são cobrados a um compromisso nacional, na defesa do território e da soberania, numa obrigação civil de agir na proteção e fortalecimento da identidade nacional frente ao outro (estrangeiro). Tal comprometimento se dá em função desta territorialidade ser estratégica para a Nação, pela defesa não apenas territorial, como também do próprio *ethos*, seja brasileiro ou boliviano.

A relação das comunidades com as suas respectivas nações mostra a proximidade entre os dois e pressão exercida pelo segundo sobre o primeiro na cobrança de um compromisso nacional. Primeiramente porque, numa perspectiva diversa a de Castells sobre o Estado (2002) - na qual esta instituição deixa de ser um órgão central e soberano da organização social da nação para se tornar mais um ator estratégico na mediação das redes de poder transnacionais e locais, sem conter o poder por si mesmo - o sentido de Estado Nação se mostra fortalecido nas regiões de fronteira.

No Brasil, é comum visualizar o crescente número das bandeiras nacionais hasteadas ao seguir pelas estradas nessas áreas de fronteira, como um permanente lembrar (e mostrar ao outro) o projeto de nação. No Acre, esse fenômeno se repete, porém, além de encontrar a bandeira brasileira é comum estar içada também uma bandeira acriana.

Nesse sentido, Stuart Hall (1992) entende que as estratégias de mitificação são construídas a partir da diferenciação, isto é, do posicionamento que o indivíduo adota. “Sou aquilo que eu não sou”. No caso acriano, encontramos vários *outros* na constituição da identidade do sujeito de pesquisa aqui apresentado. O primeiro *outro* era o indígena, o que levou a uma matança indiscriminada dos povos que ali residiam. Tal questão só foi apaziguada por volta de 1980, na aliança entre os índios e os seringueiros, contra um inimigo em comum, o *paulista*, dentro de uma nova ressignificação das identidades (MORAIS, 2008).

Depois, outras figuras do *outro* surgem, como o governo federal e os *paulistas*. Nesse momento, o ser acriano/brasileiro é posto em questão. Assumem-se novas posições por meio de diferenciações, conforme as necessidades e contexto. Porém, o estrangeiro, o inimigo na posse do território, perdura através dos tempos como o *outro permanente*. Bandeiras, praças, monumentos e até nome de cidades (vide Plácido de Castro, herói da Revolução Acriana e Rio Branco, assegurador do território) tratam de reforçar isso a todo o momento, além de livros, estátuas, museus e escolas, conforme ilustrado na figura 4.

Figura 4 – Símbolos da Revolução Acreana.



Legenda: À esquerda, a estátua de Luiz Galvez, herói da Revolução Acreana. À direita, o Palácio Barão do Rio Branco, na capital do Acre, que hoje funciona como museu. Fonte: o autor, em agosto de 2009.

Nesse lugar, a figura do seringueiro revolucionário, e seu histórico como “soldado da borracha”, continuam a representar a produção de símbolos e significados numa relação de poder, pois atribui a posição de superioridade ao vencedor (acriano/brasileiro) em detrimento do vencido (boliviano). Para Silva (2008, p. 81) nesse ato, “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais,

assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”, na forma de embate, por recursos simbólicos e materiais.

Da mesma forma, a reafirmação do nacional é ato evidente na Bolívia. Nas ruas de Cobija, capital do departamento de Pando e cidade limítrofe de Brasília e Epitaciolândia, é possível notar um infindável número de bandeiras hasteadas em frente das casas. Junto com monumentos, praças e estátuas, é possível apreender um pouco da história, das místicas e outros constituintes daquilo que se entende por nação boliviana (Figura 5).

Figura 5 – Bandeiras na fronteira



Legenda: Casas com bandeiras bolivianas hasteadas, próximas da ponte Wilson Pinheiro, que interliga Cobija e Brasília.

Ao debruçar-se sobre as diferenças entre os conceitos de fronteira e de limite, Silva *et al* (2009) caracterizam o primeiro pelas intercomunicações e intercâmbio cultural entre dois ou mais domínios territoriais e o segundo de uma ação geopolítica entre os países. Nesse sentido, a fronteira estabeleceria um ‘domínio entre os povos’ enquanto o limite reportaria o ‘domínio da alta diplomacia’. A fronteira, pois, tornar-se-ia o espaço das alteridades dentro de uma realidade de contato enquanto o limite estaria vinculado “a uma abstração política, um separador, uma criação feita através de acordos diplomáticos no intuito de delimitar soberanias e jurisdições”. Ainda para os autores, “(...) devido a esse caráter dinâmico da fronteira, articulador de trocas, mas também catalisador de conflitos, fora do controle estrito do Estado territorial, existe uma preocupação de fazer coincidir a fronteira com o limite internacional” (p. 02). Imbricando fronteira e limite, os Estados tramam controlar os fins e as consequências da proximidade com outros países por meio de medidas e normas dentro de territórios especiais onde se criam barreiras e restrições para o resguardo das regiões interiores do território nacional. No Brasil, a faixa de fronteira foi estabelecida

pela Constituição Federal, de 1988, em até 150 quilômetros de largura adentro do território nacional, a partir e ao longo da linha divisória do Brasil e seus dez países vizinhos. Já na Bolívia, a *zona de seguridad fronteriza* constitui faixa de 50 quilômetros que avança o território interior a partir da linha de delimitação. Nenhum dos países citados permite aos estrangeiros a propriedade da terra nessa área (SILVA *et al*, 2009, p. 03).

É um ambiente onde a relação com o outro se torna complexa, pois, como ressalta Becker (2006, p. 20), trata-se de um “(...) espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas (...)” de um permanente espaço de disputa e controle. A fronteira boliviana em Pando é uma peça problemática da ordem de controle da chamada zona de segurança, pois é assimetricamente maior a incidência de brasileiros em relação aos bolivianos.

Porém, a ascensão de Evo Morales à presidência da República, conduzido por um projeto de reestruturação de lógica nacionalista e com forte cunho cultural dos povos do altiplano, precipitou uma série de alterações institucionais de grande repercussão nos planos externo e interno (LINS, 2009). Entre outros atos, a retirada de estrangeiros da faixa de fronteira. Tal posição ficou fortalecida com a aprovação da Nova Constituição Política do Estado, promulgada em 2009, cujo Artigo 261, que além sobre questões de segurança nacional e afirmação de soberania, concede ao Estado boliviano o direito de desapropriar terras na faixa de fronteira em posse de estrangeiros, sem a obrigação de indenizações.

Artículo 261 - I. Constituye zona de seguridad fronteriza los cincuenta kilómetros a partir de la línea de frontera. Ninguna persona extranjera, individualmente o en sociedad, podrá adquirir propiedad en este espacio, directa o indirectamente, ni poseer por ningún título aguas, suelo ni subsuelo. La propiedad o la posesión afectadas en caso de incumplimiento de esta prohibición pasarán a beneficio del Estado, sin ninguna indemnización. La ley podrá prever excepciones a la prohibición (BOLIVIA, 2009, p. 60).

Nesse espaço de indefinição, os brasileiros avançaram no território até então fragilmente normalizado, afeito a diferentes interesses. Pode-se dizer que a fronteira representa o instituinte, contra o qual, o governo nacionalista boliviano se manifestou impondo restrições à ocupação por estrangeiros para além dos cinquenta quilômetros. Aquilo que era indefinido passa a ser institucionalizado, algo sujeito a normas, regras, a leis, aparato policial, e que não pode ser contestado pelos termos da legitimidade da posse, pois esse compõe dentro de um quadro de ilegalidade.

Na Bolívia, a soberania sobre tais áreas tornou-se um elemento primordial diante de um governo de cunho nacionalista e de viés revolucionária, visto a história de perda de territórios para países vizinhos. Quando a Bolívia se desmembrou do Peru, apresentava um território de 2.363.779 km². Ao longo dos tempos, perdeu o Acre (1903) e trechos do Mato Grosso (1967-1925) para o Brasil, a região do Purus para o Peru (1903). o acesso ao litoral para o Chile (1879-1904). o Atacama e o Chaco Central para a Argentina (1889) e o Chaco Boreal para o Paraguai (1903). Tais prejuízos faz a Bolívia possuir os atuais 1.098.581 Km², ou seja, menos da metade de sua extensão original. A retomada pelo tema tornou-se espinhoso, porém, estratégico para o governo Morales reforçar seu ideário político e propagandear a autonomia boliviana em relação ao Brasil.

Acusado de cindir o país, e determinado em minimizar os conflitos agrários no interior do país, sobretudo do Altiplano, Evo Morales molda um novo oponente capaz de agregar as posições da maioria dos bolivianos. No caso, o *outro* passa a ser a nação vizinha, capaz de surrupiar as riquezas minerais do povo por meio da Petrobrás e, ao mesmo tempo, de incorporar uma porção do território com o argumento da *Uti Possedis*, como já realizado em outro momento histórico.

A reedição da história acaba por configurar posições e representações perante o *outro*. Se no lado acriano existe uma valorização da figura do seringueiro, na Bolívia é evidenciada a luta pela resistência da tomada do território. O nome do departamento fronteiriço é uma homenagem ao General Pando, que desceu do Altiplano para combater os seringueiros, durante a Revolução Acriana. Além disso, são várias as homenagens realizadas aos heróis bolivianos na região (Figura 6).

Figura 6 – O heroísmo boliviano



Legenda: Homenagem a Don Bruno Tibulay, herói boliviano na guerra contra o Brasil. Fonte: o autor, setembro de 2010.

A formação da população boliviana tem uma característica específica, que é a presença étnica do indígena na sua formação. O indígena do altiplano, normalmente vinculado ao Império Inca, é agricultor e criador de rebanho, com uma tradição diferente daquele que habita a planície, o qual se vincula, sobretudo à caça, à coleta e às trocas comerciais. Devido a essas características, o imaginário social do brasileiro inserido no contexto de fronteira considera o boliviano como alguém indolente, pois não é produtor e não capitaliza a terra. Essa mesma leitura a respeito dos bolivianos da fronteira é feita pelos indígenas bolivianos do altiplano; porém, em vez da nacionalidade, estes justificam tal característica como fruto da mestiçagem com brasileiros. Nesse sentido, existe uma desqualificação do outro a partir do viés dos laços de consanguinidade nas representações no sujeito, desconsiderando os modos de produção e culturais distintos. Ao mesmo tempo, ainda que se denominem como patrícios (irmãos), o boliviano camba vê o brasileiro como povo dominador e ladino, pessoa a quem não se pode confiar.

Edmilson Ferreira³³, brasileiro naturalizado boliviano e seringalista com propriedade na zona de fronteira boliviana, relatou que logo após a posse, o presidente andino apresentou as medidas restritivas contra os brasileiros em uma entrevista pela rádio. Nesse ínterim, justificou que a decisão evitaria a reedição de injustiças cometidas no passado, aludindo a um episódio marcado pela corrupção, do qual o Acre teria sido oferecido ao Brasil “[...] em troca de um cavalo branco”. Segundo a imprensa acriana, a mesma preleção foi proferida em um evento dos países da América Latina e Caribe, na Áustria, provocando protestos de diversas autoridades, como o então governador do Acre, Jorge Viana, que teria rubricado uma nota oficial lamentando o episódio, a falta de sabedoria do presidente andino diante da crise do gás instalada entre o Brasil e a Bolívia, e a disseminação de um discurso infactível com os fatos (RONDONIA AO VIVO, 2006).

Afora da fidedignidade da questão histórica, a situação foi capaz de reavivar entre os brasileiros, um mito concernente à história da conquista do Acre. Edmilson Ferreira entende que a porção da fronteira em disputa deveria pertencer ao Brasil, pois ela abrigaria os anseios dos revolucionários do início do século vinte, e que só não teria sido efetivada antes por cessão temporária concedida à Bolívia. Sobre esse mesmo episódio, Raimundo Manoel de Lima, comenta:

Ai botou essa inquisição, fez essa confusão danada. Até lançou esse boato que o Acre tinha sido trocado a troco de um cavalo magro, e um monte de outras coisas.

³³ Entrevista em Plácido de Castro, AC.

Agora que nem eu acho, porque não devolvem mesmo? Porque essa área de fronteira nossa aí, isso tudo foi Brasil. Porque Plácido de Castro tomou. Isso aí foi entregue para cinquenta anos. Todo mundo é sabedor disso.

A influência desses movimentos políticos, associado ao jogo de disputa pelo controle do território, acaba por promover e abonar o uso de métodos violentos de ambas as partes, nos mesmos moldes de tempos passados, como vem acontecendo em Capixaba, conforme noticiado por Ray Melo, no site de notícias AC 24 horas, em outubro de 2010:

Revoltados, os posseiros chegaram a citar a trajetória de Plácido de Castro na Revolução Acriana, e que se fosse preciso repetiriam o feito, colocando as armas em evidência novamente, para resolver a situação. “Se for preciso, vamos derramar sangue novamente. Somos discriminados e temos nossos direitos desrespeitados, mas caso seja necessário vamos repetir o feito de Plácido de Castro, recorrendo às armas novamente”, enfatizou Careca (MELO, R., 2010).

Nas palavras de Porto Gonçalves (2003, p. 38): “[...] A fronteira faz com que o passado atue ou, rigorosamente falando, seja atualizado”. A dimensão política e histórica que gravita na conservação da autonomia da nação boliviana, na unidade cultural, na identidade nacional e na coesão social, associadas pelo conseqüente reavivamento das glórias acrianas, pôs em lados opostos, os nacionais e os imigrantes. É a fronteira o espaço privilegiado para esse embate.

Para Woodward (1992, p. 13-17) “[...] a representação inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais são produzidos, posicionando-nos como sujeito”, e nesse processo “há uma tendência de reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável”.

Mais adiante, Woodward ressalta que:

As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...) as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre “nós” e “eles”. A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação. (WOODWARD, 1992, p. 41)

A mesma opinião é compartilhada por Albuquerque Júnior (2007), para quem o preconceito acaba falando mais sobre quem emite do que daquele contra quem se fala. São os conceitos e valores daquele que vocaliza o juízo depreciativo que está em jogo. Nesse aspecto, brasileiros e bolivianos estão, de lado a lado, propensos a mergulhar num fosso de

estranhamento. Durval M. Albuquerque Júnior (2007) responsabiliza as narrativas da cultura nacional pelos moldes dos conflitos simbólicos entre brasileiros e bolivianos:

(...) Esse episódio terá como consequência também o surgimento de uma visão hostil e preconceituosa dos brasileiros em relação aos bolivianos, vistos como um povo feio, ignorante, traiçoeiro, preguiçoso, sujo, características que vêm a se somar em nossos dias, aos de contrabandistas e traficantes de droga. As vitórias militares e diplomáticas do Brasil, em relação aos seus países vizinhos, serviram para alimentar entre nós certa visão de superioridade, certa arrogância, que nos faz olhar com preconceito e desprezo para os povos sul-americanos (ALBUQUERQUE Jr. 2007, p. 69).

Para Sigmund Bauman (1999, p. 29), o projeto de Estado Moderno visou o planejamento de uma sociedade racional e ordeira, capaz de fornecer “critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninha a serem removidas ou arrancadas”. Tal idealização pretendia dividir a sociedade em categorias, as pessoas em grupos e a eliminação da indeterminação por meio da racionalidade. A sociedade nacional moderna, em sua ânsia classificatória, buscava separar o mundo entre amigos e inimigos, os de dentro e os de fora.

Em uma de suas obras de destaque, *Os alemães*, Elias apresenta algumas das características de tais figurações por meio da interpretação do nazismo, destacando a história da constituição da nação, bem como o seu ideal de ressurreição, em virtude dos momentos de derrota desse povo. Nesse momento, traz um expressivo elemento relegado ao segundo plano por diversos estudos: as crenças sociais e políticas, que ele nominará de “social incorporado – o *habitus*”. Nesse sentido, a obra “(...) aponta os muitos caminhos em que as características do *habitus*, da idiosincrasia, da personalidade, da estrutura social e do comportamento do alemão que se para produzir a ascensão de Hitler e os genocídios nazistas” (ELIAS, 1997, p. 08).

Assim, Elias observa “[...] uma ligação entre a formação do Estado e outros processos de desenvolvimento no nível “macro”, e mudanças no *habitus* dos indivíduos no nível “micro” (1997, p. 13), desmitificando a naturalização de fronteiras nacionais e os sentimentos que unem os indivíduos a seus países. Pois à medida que se fala de identidade nacional, a ameaça de reificação não é maior ou menor do que quando a referência é feita a qualquer outra identidade social.

Dentro da fronteira boliviana, os brasileiros ali instalados são um constante lembrete da relatividade e limites da autoidentidade individual e do interesse comum, que os critérios de nacionalidades e o aparato estatal deveriam determinar com absoluta e definitiva autoridade. Para o *estabelecido* não se trata apenas do *outro* em si, separado pelas linhas internacionais, mas daquele que pode minar a “diferença entre hóspede e hospedeiro, entre nativo e estrangeiro” dentro do seu próprio território, colocando em dúvida sua própria identidade, a propriedade do lugar, e até mesmo interferir em estruturas políticas e de poder (BAUMAN, p. 73, 1998).

No caso aqui estudado, o estranhamento e as divergências entre indivíduos de diferentes nacionalidades que dividem o mesmo território se acirram, visto que o projeto nacionalista defendido pelo atual presidente boliviano acaba por transformar nações e estrangeiros estabelecidos ou aspirantes em potenciais inimigos. Os estabelecidos, sobretudo aqueles que detêm algum poder, codificam o discurso da nação, e faz o uso dos dispositivos jurídicos e institucionais para confrontar o *outsider*.

A parcela de indivíduos que não é aceita pelas normas vigentes no país receptor, a categoria de indesejados, é excluída a lógica dos direitos. Nesse plano, imigrados transitam num espaço de subclasse, convivendo com diferentes formas de exclusão, nos mesmos moldes onde estão incluídos os refugiados. Como definido por Bauman (2005, p. 46) são “desterritorializados num mundo de soberania territorialmente assentada”. Em tais circunstâncias, a relação entre migração, ausência de direitos e exploração tende a ser facilmente instituída (MAZOCANTE, 2008).

2.4 Os significados da nova política fronteiriça para os agentes exógenos

O processo de deslocamento compulsório na fronteira boliviana causou certa comoção na população que vive na porção brasileira da fronteira. Nessa esteira, sindicalistas e agricultores da região, e a mídia acriana, repercutiram sua visão sobre o fenômeno. Segundo relatos e órgãos da imprensa, os brasileiros que atualmente moram na faixa de fronteira boliviana, começaram a receber as primeiras notificações para deixar o país em maio de 2006. Em setembro de 2009, estimava-se entre 350 a 400 famílias camponesas ainda residentes na região. Afora possíveis prorrogações, teriam até dezembro de 2009 para desocupar a área (MAYA, 2009).

Em entrevista³⁴, o geógrafo e professor da Universidade Federal do Acre, Silvio Simione da Silva, afirmou que hoje é possível encontrar famílias de trinta, quarenta e até mesmo com cem anos de vivência na Bolívia. Pela atual legislação do país, muitos destes já poderiam pleitear a naturalização por conta da previsão localizada no artigo 144 da atual constituição. Tal dispositivo possibilita a cidadania de estrangeiros em situação legal, por residência não interrompida de mais de seis anos, ou que possuam filhos ou cônjuges nascidos no país. Porém, a falta de informação e clareza acerca desses aspectos legais e a resistência à naturalização fez com que muitos não reivindicassem o uso desse direito.

Atualmente, a ação do Estado boliviano em relação aos brasileiros irregulares parece incentivar coerções dos grupos autóctones em relação aos forasteiros. As entrevistas concedidas a nós por sindicalistas³⁵ que atuam pelos direitos desses trabalhadores rurais revelaram que muitos conflitos e mal entendidos têm ocorrido e se intensificado. A vulnerabilidade dos brasileiros em relação aos seus direitos de posse e ameaça de expulsão tem tornado o grupo susceptível nas transações econômicas de toda a ordem, como a sobretaxação de impostos e a pressão pela venda a preço vil das benfeitorias feitas no terreno. Os relatos ainda expressam a acusação contra algumas autoridades bolivianas que procuram apressar o regresso dos agricultores irregulares. A violência simbólica se estende na inacessibilidade de instituições de justiça pelos imigrantes. Tal quadro se insere num período muito conturbado naquele país, permeado por mortes em confrontos entre o governo central e os seus opositores (PORTAL MS, s/d).

Uma ilustração desse contexto conflituoso é a “chacina em El Povenir”, emboscada cometida contra campesinos partidários de Evo Morales no pequeno vilarejo de El Povenir, distante a trinta quilômetros da fronteira, em maio de 2008. Na época, o governador do Departamento de Pando, Leopoldo Fernández, ferrenho opositor ao governo andino, foi preso acusado de ser o mandatário do massacre que culminou em 17 pessoas mortas e outras 37 feridas. Apesar de não estarem diretamente ligados ao evento, repercutiu o fato dos agricultores brasileiros instalados próximo da localidade serem os principais prejudicados no caso de fortalecimento dos grupos pró-Evo (FOLHAONLINE, 2008).

A preocupação com a repercussão que o processo de expulsão poderia desencadear entre a opinião pública no Brasil, ainda afetada com as imagens da ocupação das

³⁴ Entrevista concedida em agosto de 2009.

³⁵ Entre agosto e setembro de 2009.

refinarias da Petrobrás pelo exército boliviano, forçou com que o governo brasileiro buscasse uma solução para o caso. Após negociações entre o Itamaraty e a Embaixada boliviana, foi mantida a decisão de proibição das ocupações por estrangeiros na faixa considerada de segurança nacional. Porém, firmou-se um acordo tripartite entre os governos brasileiro e boliviano, e a Organização Internacional de Migrantes (OIM), que previu o levantamento do número de famílias em situação irregular e o posterior remanejamento para áreas de assentamento no interior do território boliviano, fora da faixa de fronteira de cinquenta quilômetros. A OIM ficou responsável pelo recenseamento e traslado das famílias, e o erário público brasileiro cobriria as despesas da empreitada.

Dessa forma, o governo brasileiro, a partir da medida provisória 354, de janeiro de 2007³⁶, garantiu crédito extraordinário no valor de 20 milhões de reais (convertidos, na época, em 10 milhões de reais) para a regularização migratória e fundiária das famílias brasileiras em território boliviano. Como justificativa ao aporte financeiro, o governo federal reconheceu “o grande potencial de tensões que se criaria na fronteira com o desalojamento intempestivo de centenas de famílias brasileiras e a falta de alternativas viável para a sua reocupação socioeconômica no Brasil”. Ademais, também admitiu que “o retorno forçado implicaria pressão adicional sobre programas de reforma de assentamento agrário e sobre serviços sociais nos Estados do Acre, de Rondônia e do Amazonas” (BRASIL, 2007, p. 10029).

Porém, vários afetados se opuseram à adoção dessas medidas. Os agricultores brasileiros reclamaram do não pagamento de indenizações pela perda dos bens construídos e também demonstraram possuir temores a uma possível exacerbação dos conflitos no interior do país andino. Em entrevista ao Blog da Amazônia (MACHADO, 2009), Waldemar Gomes, seringueiro fixado na fronteira boliviana ilustra a resistência à proposta binacional:

Eu não quero isso de jeito nenhum. Não dá pra aceitar uma coisa dessas. Como eu vou levar todas as benfeitorias? Como vou levar minha casa? Gastei R\$ 7 mil para construir ela toda de madeira. Aqui, que é perto, os bolivianos já estão fazendo essa questão toda. Imagina o que vão fazer com a gente num lugar mais distante.

Dentro do mesmo depoimento, também relata acontecimentos no interior do território em disputa:

Tem muita família de brasileiros pensando em fazer besteira com os bolivianos. Tem gente que tá pensando em ficar lá e matar esses caras. Quando estão no Brasil,

³⁶ Votada e aprovada no Congresso Nacional, a Medida Provisória se estabeleceu com a Lei nº 11.471/2007.

os bolivianos parecem santos, mas lá são muito desumanos. Nesta semana mesmo eu vi eles tomando borracha. Um seringueiro vinha descendo o rio numa canoa e eles foram lá e tomaram a borracha. Chefe, eu pelo menos tenho uma partezinha aqui no Brasil, mas muitos tudo o que tem tá jogado lá dentro da Bolívia. Como é que alguém assim vai sair com uma mão no fecho e outra no cano, sem ter para onde ir nem onde ficar? Nenhum de nós vai mais pra dentro da Bolívia, ninguém quer isso.

Dessa forma, reafirma-se no imaginário dos brasileiros dessa localidade a representação dos bolivianos como usurpadores, pois tomariam terras e benfeitorias sem indenização, o que faz os brasileiros desejar a deflagração de mecanismos que possibilite um revide aos patrícios que vivem ou se deslocam para o lado brasileiro. Assim, os testemunhos da situação acreditam que falta reciprocidade nas relações, como afirma Welligton da Silva, agricultor de Plácido de Castro, AC:

Se o brasileiro sair da Bolívia ele não tem direito a nada (...) O boliviano dentro do Brasil, tem o mesmo direito do brasileiro, e lá é diferente, o brasileiro não tem direitos dentro da Bolívia. Um brasileiro vai vender salgadinho do lado de lá tem que pagar uma taxa para eles, e eles vendem roupas no lado de cá e ninguém cobra deles aqui. Vende relógio aqui, banca na feira, e ninguém cobra um real. Até um picolezeiro que chegam lá, eles cobram uma taxa de quatro reais para vender. Qualquer um pode chegar e cobrar, geralmente os policiais deles³⁷.

Diante do quadro e da pressão desempenhada por sindicatos, representações, mídia e políticos, foi afiançado um plano de repatriamento com base no plano nacional de reforma agrária, com a adoção do modelo de Projetos de Assentamentos praticado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesse sentido, Luiza Carlota, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia em 2009, aponta alguns riscos que esperam as famílias que porventura escolham retornar ao Brasil. A sindicalista usa como exemplo os primeiros casos de repatriação, no município de Xapuri, distante quase 70 quilômetros do município fronteiriço mais próximo, Brasiléia.

[...] Não conseguir terras no Brasil. [...] acho que terá um grande conflito não na Bolívia e sim no Brasil. Por que eles precisam de moradia, de educação e são várias famílias. O governo está mantendo as famílias em Xapuri, e se vier todo mundo, aonde vai por todo mundo? Então é muito mais fácil fazer um assentamento (...) Eles reclamam de Xapuri. Grande parte dos parentes dessas famílias que foram para Xapuri é daqui de Brasiléia. O comércio não é muito bom, o mercado não é muito bom, tem tudo isso. Mas mesmo assim estão agradecendo pois estão com a propriedade. A única questão é que é uma área pequena e eles não tem extrativismo, na Bolívia eles têm uma colocação, onde tiram borracha, tiram castanha, onde vivem mais do extrativismo do que da lavoura. E aqui não, eles vivem como agricultores, porque é uma quantidade de terra muito pequena, né? No máximo trinta a quarenta hectares.

³⁷ Entrevista concedida em agosto de 2009

Ao mesmo passo, o sindicalista José Passamani reitera o argumento de Carlota, pois acredita que os camponeses extrativistas não estão adaptados ao sistema de colônias e, por isso, não conseguirão manter-se na nova forma de produção. Segundo a sua visão, Essa questão poderia incidir em problemas sociais para os municípios brasileiros da região de fronteira.

Veja bem. Quando uma pessoa mora na zona rural, sabe plantar e produzir daquela forma lá, sai de lá e rapidinho ele vai a vida dele. Mas da forma que ele está, de tirar de como ele está para botar aqui, coitado, vai morrer de fome. Porque ele não consegue viver dessa forma. A questão dele, é viver daquilo que ele tem, vai lá, pega uma faca de seringa, tira o látex, vá lá pega um peixe, mata uma caça. Essa é a cultura dele e ta vivendo dessa forma.

[...] E fazer ele viver dessa forma, é como pegar uma onça e colocar ela num lugarzinho fechado, em que ela não pode se mexer. É complicado. [...] Hoje só tem pólos, chácaras, isso com terras que já foi derrubado, hoje já não faz mais assentamento em mato. [...] Eu tenho dó desses seringueiros, você chegar e pensar o que ele vão passar caso não coloquem eles num seringal mesmo, para eles trabalharem. Eu já imagino o que vai acontecer com eles viu? É as filhas se prostituindo, porque elas estão lá, as vezes nem sabe o que é cidade, pois elas se casam e ficam por lá mesmo. Pois bota eles numa casa aí, sem ter no que trabalhar, sem nada o que fazer o dia inteiro. Hoje ainda tem o Bolsa Família, mas sabe-se lá se uma hora o governo vai acabar com isso? Aí, o filho dele está crescendo, necessitando das coisas, pois sabe que necessita né? E lá ele vê uma coisa e fica e vai ficar de olho naquilo né? E já vai começar a roubar. A filha vai querer alguma coisa e pode querer se prostituir. Chega naquele caso que a gente espera que chegue né?

Os municípios que devem receber os agricultores repatriados possuem entre 9.000 a 22.000 habitantes. Como visto na declaração de José Passamani, os impactos sociais causados pela repatriação de centenas de famílias é ponto de preocupação dos cidadãos, mas também o é entre as autoridades locais. Segundo depoimento do prefeito de Plácido de Castro, Paulo Cesar Almeida, coletado por Espindola e Morais (2010, p. 10-11), existe

“[,,] um problema preeminente no que diz respeito o assentamento das famílias no município [...], uma vez que o INCRA somente realiza a distribuição de terra, quando a questão social associada à infraestrutura no que tange a construção de ramais, escolas, posto de saúde, abastecimento de água passa a ser incumbência da prefeitura, que não dispõe de verba suficiente para promover infraestrutura necessária para atender os anseios dessas famílias.

Diante tais opções, nas visões dos agentes que mantém olhar privilegiado do processo de expulsão, as famílias se sujeitarão a vincularem-se desgostosamente a esse espaço adverso, seja o mesmo constituído no Brasil quanto na Bolívia. Os processos consecutivos de desterritorialização geram danos à identidade do grupo, sem um lugar que se constitua um

espaço de autoproteção e de referência, legitimado diante os demais. Nesse caso, parece estar fadado a ser um pária quando estando na Bolívia e marginalizado quando no Brasil.

O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social (MELO, s/d, p. 19)

Em um cenário mais angustioso, o jornal eletrônico ‘Rondônia ao Vivo’ apresentou reportagem tratando da expulsão de brasileiros na fronteira boliviana com o estado de Rondônia. Segundo entrevistas dadas por seringueiros e coletores de castanha brasileiros, grupos paramilitares expulsaram estes, justificando a medida por conta da reforma agrária. A acusação recaiu sobre Iver Manguayo Amutary, líder de um grupo de 200 bolivianos denominado como ‘Zafreiros’ (extrativistas de Castanha e Seringa), que “divididos em grupos de 30 a 50 pessoas, entraram na região da província Federico Román, onde os brasileiros trabalhavam, e tomaram suas casas, pertences e roças com o uso de intimidação armada” (RONDÔNIA AO VIVO, 2009).

Como referenciado, as repercussões dos agentes externos viabilizaram propostas de ações intergovernamentais para a mitigação das problemáticas que envolvem a expulsão dos camponeses em área de fronteira, entre elas, o programa de assentamento da OIM.

2.5 O programa de reassentamento de cidadãos brasileiros para o interior da Bolívia

A Organização Internacional de Migrações (OIM) foi criada em 1951 e se apresenta em seu *sítio web*³⁸ como a principal organização intergovernamental no âmbito da migração, trabalhando em estreita colaboração com os órgãos governamentais, intergovernamentais e governamentais. Participam dela 127 Estados Membros e 94 Observadores. Entre os objetivos destacados, apresentam-se: a) assegurar uma gestão ordenada e humana das migrações, b) promover a cooperação internacional em questões migratórias, c) encontrar soluções práticas para problemas de migração, d) prestar assistência humanitária em casos de migrações forçadas.

³⁸<http://www.oimconosur.org/varios/index.php?url=qs>. Acesso em 06 de maio de 2011

Conforme previsto pelo acordo entre o Brasil e a Bolívia, foi afixado o aporte de vinte milhões de reais pelo governo brasileiro, para assinatura de convênio com a OIM. O repasse desses recursos tem como finalidade:

[...] crear oportunidades de reasentamiento económicamente sustentables y socialmente dignas en territorio boliviano, para los ciudadanos brasileiros vulnerables que habitan tierras (asentamientos), en la franja de los 50 kilómetros de la frontera en el Departamento de Pando, dedicados a actividades de extracción forestal y/o a pequeña agricultura” (OIM, 2009, p. 08).

Nesse sentido, foi delineado o *Programa de Famílias Brasileiras en el Departamento de Pando - Bolívia*. Ficou ao cargo dessa instituição o levantamento quantitativo e socioeconômico das famílias brasileiras localizadas na franja de fronteira no departamento de Pando. Entre outras designações, a OIM está encarregada de apresentar as condicionantes do acordo entre os dois países para as famílias identificadas, apresentar o projeto dos assentamentos por ela promovidos, comprar propriedades no interior boliviano fora da zona de segurança, afixar o deslocamento e fixação adequada às famílias que escolheram se fixar na Bolívia e, por fim, prestar assistência técnica e produtiva a esses entes. O detalhamento do programa segue abaixo.

2.5.1 Plano de reassentamento dos brasileiros da fronteira de Pando

Durante o levantamento bibliográfico e documental, a presente pesquisa deparou-se com a quase inexistência de materiais que tratam do processo de reassentamento de camponeses brasileiros na Bolívia, uma das opções do acordo binacional. A única circunstância assegurada até então é que o apoio de inserção dos camponeses fora da faixa de fronteira está sob a responsabilidade da OIM. Para esclarecer alguns pontos gerais, foi solicitada uma entrevista com um representante da referida instituição. Com sucesso, o encontro foi realizado em setembro de 2010, na filial da Organização localizada no município boliviano de Cobija.

A recepção ao pesquisador foi bastante amistosa. Fernando Gutierrez Pastor, técnico da OIM, asseverou que a ação de reassentamento tem como base o cumprimento do Artigo 261 da Constituição Boliviana. Confirmou também a tarefa da OIM quanto ao reassentamento dos brasileiros em situação de vulnerabilidade para o interior do país andino, fora do alcance do raio de cinquenta quilômetros de fronteira.

Com esse intuito, reforçou a necessidade de garantir três elementos fundamentais: o **componente técnico**, que visa implantar modelos de produção sustentáveis, que garantam às famílias assentadas os recursos necessários para a manutenção de sua dignidade; o **componente jurídico**, que reside no acompanhamento do processo de regularização do processo migratório e na conformação de um aparato jurídico que reforce o caráter de legalidade dos envolvidos; e, por fim, o **componente social**, voltado à criação de sinergia entre as pessoas, entidades e instituições, públicas e privadas de ambos os países, para que facilite o processo de integração das famílias assentadas na vida da sociedade boliviana, garantindo sistemas de educação, renda, saúde, lazer, seguridade, convivência, cultura, entre outros.

O entrevistado destacou que, entre as 347 famílias que responderam ao questionário aplicado no censo, 243 sinalizaram positivamente sobre as condicionantes e aceitaram se inserir no programa de assentamento da OIM. Ele também acredita que essa opção deriva da afinidade desses indivíduos com o país andino. Em relação aos que não aceitaram essa alternativa, interpreta-os como um grupo de maior vínculo com o país de origem, exemplificando o caso de filhos que estudam no lado brasileiro.

O técnico da OIM esclareceu também que se pretende realizar a efetivação do sistema de agrovilas. A OIM já comprou duas propriedades, cada uma com 500 hectares, na Zona de Porto Rico, o que possibilitará o assentamento das primeiras vinte famílias (cada propriedade familiar possuirá 50 hectares), que terão apoio técnico de um engenheiro agrônomo para novos tipos de produção agrícola. Os brasileiros que preferirem retornar ao Brasil poderão buscar apoio na OIM para o transporte de seus objetos e propriedades, salvo restrições em lei de algum dos países. No mês da entrevista, a organização operacionalizava duas frentes de trabalho, a primeira se referia a um segundo censo para a confirmação dos primeiros dados recolhidos e a composição de um cadastro. Simultaneamente, as novas casas estavam sendo construídas na área adquirida.

Todavia, a maior dificuldade no assentamento dos camponeses nas agrovilas está inserida no campo jurídico. Segundo a legislação, não é permitida a residência e o deslocamento de brasileiros em território boliviano sem a *cartera de estrangeria*. Trata-se de um documento oneroso, demorado e de renovação semestral obrigatória. A OIM estaria negociando mecanismos que facilitem a retirada desses documentos com as autoridades do país.

Mesmo com cinco famílias transladadas a Porto Rico, apenas duas estão morando efetivamente no lugar. Uma família não teria gostado do ambiente, da convivência e retornou para o lugar onde vivia. Outras duas não foram encontradas novamente pela OIM; as informações que eles receberam foram de que as famílias estavam morando nas redondezas, trabalhando em propriedades do entorno.

Apesar do prazo especificado até dezembro de 2010, o técnico Fernando não acreditava que seria possível realizar o traslado dentro do tempo determinado (no caso, mais três meses), conforme afirma: “[...] nós também achamos impossível mover as pessoas nesse prazo, e até agora não está pronunciado outra posição. Nós estamos realizando essa tarefa, relatando as dificuldades, mas não temos um limite esclarecido”. Em outro momento ele sustenta [...] supostamente deveria estar tudo acordado, mas não tem nada, não há documento firmado, tudo tem que ser ampliado [...]” (traduzido do espanhol).

Segundo o relato do referido técnico, o maior desejo dos camponeses é a terra, preferencialmente grandes áreas que estejam próximo dos rios. Ele compara a política fundiária entre os dois países, onde a OIM oferece porções de 50 hectares de terra, enquanto o INCRA possibilitaria propriedades de 10 a 20 hectares. Disse também que sua instituição se esforçará para que as propriedades ofertadas pela organização estejam de acordo com os anseios de cada família.

Nós temos identificado passos de seus costumes, o que fazem, o que querem. Como exemplo de um rio: os que gostam de pescar ficarão mais próximos (...) nós daremos casa, mas eles ajudarão a construir suas próprias casas, como eles querem, como gostam. Estamos com poucas pessoas agora, mas logo teremos muita gente, e faremos também algum tipo de limpeza [...] (traduzido do espanhol).

Quando perguntado sobre o registro de conflitos entre brasileiros e bolivianos na fronteira, o técnico da OIM informa que a situação ficou crítica logo no início da aplicação da lei constitucional em 2006, quando a população nativa reafirmava o discurso sobre proibição de direitos a estrangeiros à terra e preocupação em torno da soberania. A equipe da OIM teme que o mesmo episódio venha ocorrer no momento de assentamento, principalmente pela falta de divulgação das informações à população local. O principal questionamento estaria em torno do favorecimento aos brasileiros em detrimento dos nativos.

[...] isso acontece por falta de informação, porque estamos comprando, não estamos enganando, roubando, nada. Nós estamos comprando as terras, terras privadas para fazer essas coisas. Estamos fazendo alguns trabalhos de socialização, de inclusão para ambos, tanto para os bolivianos, como para toda a comunidade. Para os brasileiros também. É também o sistema de educação. Todas as famílias poderão ter

acesso à escola. Também será construída uma estrada que vai facilitar esse tipo de integração. (traduzido do espanhol).

Nesse sentido, também estão previstos o acesso ao sistema de saúde e de educação em regiões próximas das agrovilas, com acesso universal aos brasileiros e bolivianos. Em relação ao ensino, os pais deverão providenciar documentos específicos para o ato da matrícula. No entanto, até então não havia sido firmado nenhum tipo de convênio com órgãos governamentais bolivianos.

Sobre os indígenas colhas, candidatos a se instalarem na fronteira, o técnico da OIM explica que eles são partícipes de movimentos políticos existentes na Bolívia, dos ‘sem-terra’ ou dos ‘sem-teto’, pessoas que “[...] não têm uma casa, uma terra para viver, uma propriedade. O governo observando esse caso está levando para lugares onde há terras disponíveis, não tem a ver com migração, mas sobre a reivindicação sobre terras [...]”.

Por fim, a técnica da OIM Silvia Suarez esclareceu algumas questões relativas à naturalização e cidadania boliviana. Segundo a entrevistada, é possível a naturalização no caso de famílias mistas, quando um dos cônjuges possui cidadania boliviana, ou quando um filho é nascido e registrado na Bolívia. O que dificulta o caso dos brasileiros da fronteira é que, apesar de muitos terem nascidos e sido registrados na Bolívia, possuem informações divergentes na certidão brasileira quanto ao local de nascimento. O desencontro dessas informações não permite a naturalização boliviana. Pela situação de ilegalidade na fronteira, o dispositivo constitucional encontrado nos artigos 142 e 143, que dá o direito à cidadania aos estrangeiros que moram no país depois de vivência de três anos, não tem efeito.

2.5.2 Famílias brasileiras na fronteira boliviana em Pando: os resultados do Censo

O *Informe de Actividades de Campo y Datos “Crudos”*, documento com as informações do Censo de *Famílias Brasileiras em La Franja de Frontera, departamento de Pando – Bolívia* foi produzido pela OIM em 2009.

Tais informações têm sido alvo de várias controvérsias, sobretudo pela diferença nas estimativas apresentadas por outras instituições, como a realizada pela Diocese de Rio Branco e do Vicariato de Pando, em 1991³⁹, que contabilizava quinze mil seringueiros nessa região da fronteira. Além disso, os dados quantitativos não coincidem com os

³⁹ Já citado no capítulo 01, por meio de VALIM, **Migrações: Da perda da terra à exclusão social**. 3º ed. São Paulo: Atual Editora, 1996.

apresentados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Uma das justificativas dessa divergência reside no movimento de retorno dos camponeses brasileiros imigrantes ao Brasil, sobretudo aos municípios localizados na fronteira, fenômeno que será tratado no capítulo subsequente.

Contudo, o censo realizado pela OIM permite delinear a territorialidade dos brasileiros na fronteira da Bolívia, passo que pretende explorar aqui. O processo de recenseamento, feito pela OIM, aconteceu entre 23 de junho a 20 de setembro de 2009. A consolidação dos resultados foi finalizada em novembro do mesmo ano. A equipe de campo foi constituída por um coordenador do censo, um assistente geral, um responsável pela digitalização de mapas e pelas excursões, e quinze entrevistadores. Foram formadas equipes compostas equitativamente por brasileiros e bolivianos. Tal providência foi um meio de facilitar o acesso às informações das famílias, sem causar desconforto e desconfiança entre os bolivianos da região.

Segundo o técnico da OIM, Fernando Pastor⁴⁰, as famílias foram identificadas a partir de um chefe de família, homem ou mulher. Na maioria dos casos, todos os familiares estavam presentes e ajudaram a prestar as informações. Para a organização dos dados e informações preliminares, foram aproveitados os serviços de um demógrafo, um assistente social, um sociólogo, um engenheiro de sistemas e um agrônomo. Os dados codificados não foram objetivos de análises ou interpretações qualitativas no *Informe de actividades*. Além disso, os resultados expõem apenas as informações fornecidas pelos entrevistados, não tendo, segundo a OIM, a garantia e exatidão das informações, nem mesmo o posicionamento sobre a situação socioeconômica e política dos envolvidos.

Para planejar a estratégia para o levantamento das famílias vulneráveis à proibição de estrangeiros, a faixa de fronteira de cinquenta quilômetros dentro do departamento de Pando foi dividida em seis áreas, da seguinte forma:

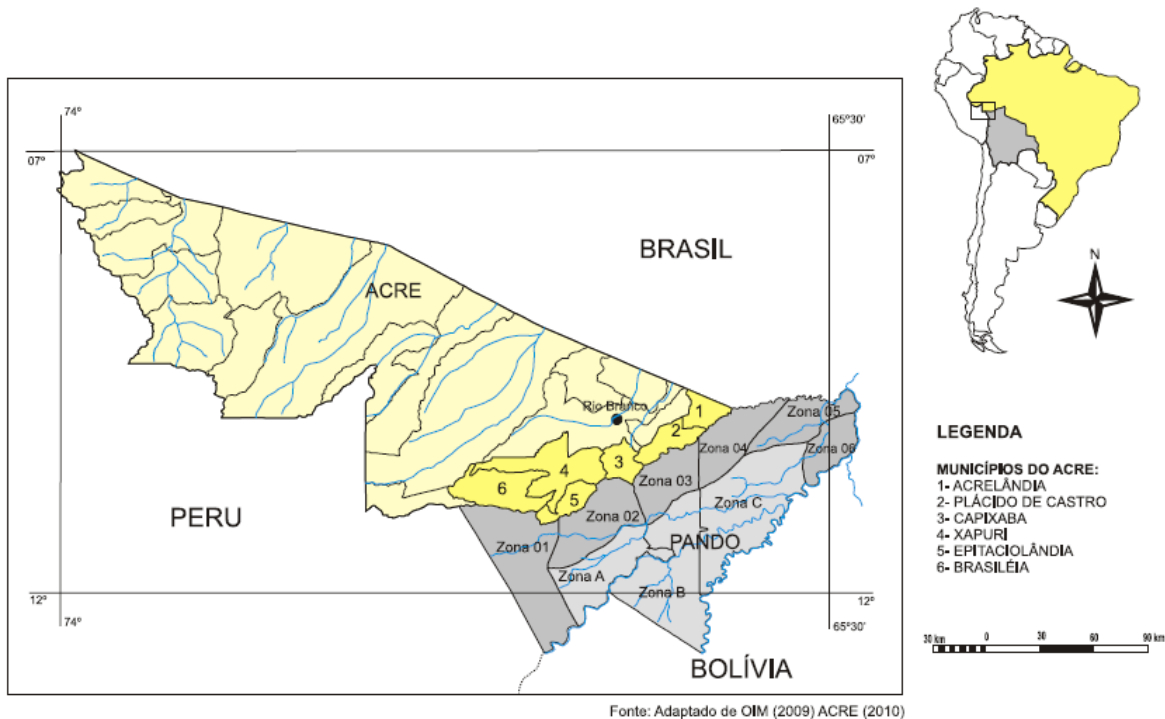
- a) Zona 1: Bolpebra – Cobija – Porvenir – Filadelfia;
- b) Zona 2: Bella Flor – Puerto Rico;
- c) Zona 3: Bella Flor – Santa Rosa del Abuna;
- d) Zona 4: Ingavi – Santos Mercado;
- e) Zona 5: Santos Mercado – Nueva Esperanza;
- f) Zona 6: Nueva Esperanza – Santos Mercado – Villa Nueva.

No mapa apresentado na Figura 7, é possível localizar espacialmente essas zonas, e verificar as áreas de correspondência com alguns municípios brasileiros, enumerados

⁴⁰ Entrevista concedida em setembro de 2010.

e destacados em amarelo. Por outro lado, as Zonas A, B e C representam as áreas não impactadas com a lei de restrição, onde serão construídas as agrovilas, cada qual responsável por duas zonas fronteiriças correspondentes.

Figura 7 – Zoneamento proposto pela Organização Internacional de Migrações.



Legenda: Classificação da franja de fronteira em zonas, e proposta de zoneamento dos assentamentos de brasileiros na Bolívia, conforme dados fornecidos pela a OIM. Fonte: o autor.

A primeira informação relevante dos resultados obtidos pelo censo elaborado pela OIM trata sobre o total de 1254 brasileiros, dentro do universo de 347 famílias brasileiras encontradas e dispostas a responder o questionário da OIM. Outro aspecto significativo é o alto número de famílias que não se dispuseram às entrevistas (1/5 do total). Tal fato pode ser interpretado como receio de ações punitivas ou de expulsão, ou ainda como aversão às ações advindas do processo de retomada do território por parte da Bolívia. Um número que requer atenção é aquele sobre o baixo número de casas abandonadas, mesmo depois de três anos das primeiras notificações, fato que pode indicar algum tipo de resistência ao deslocamento, seja para o interior boliviano ou para o Brasil. Ao final do censo, a OIM reconhece a existência de 548 famílias que moram (ou moravam) na região pesquisada.

De acordo com a Tabela 1, as maiores pressões demográficas recaem sobre as Zonas 2, Bella Flor – Puerto Rico (total de 163 famílias) e 3, Bella Flor – Santa Rosa (total de

214 famílias), que, no lado brasileiros, tem os municípios de Capixaba e Plácido de Castro no lado brasileiro, respectivamente, como território vizinho.

Tabela 1 – Resumo dos dados quantitativos.

	Zona 1 (Cobija, Porvenir e Filadelfia)	Zona 2 (Bella Flor e Puerto Rico)	Zona 3 (Santa Rosa del Abuna)	Zona 4 (Santos Mercado)	Zona 5 (Santos Mercado e Nueva Esperanza)	Zona 6 (Nueva Esperanza, Santos Mercado e Villa Nueva)	Total
Famílias entrevistadas	85	66	156	23	15	2	347
Famílias que não aceitaram a entrevista	13	62	25	7	0	2	109
Casas abandonadas	0	12	9	3	0	0	24
Casas habitadas, porém, com pessoas ausentes	10	23	24	9	2	0	68
Total	108	163	214	42	17	4	548
Total de famílias dispostas a se reassentar	84	65	142	21	15	2	329

Fonte: Organização Internacional das Migrações (OIM), 2009.

Também foi auferida a correlação de parentesco e a divisão por gênero, como ilustra a Tabela 2. Em termos de comparação, verificou-se o predomínio da população masculina sobre a feminina (quase 60% da população total), principalmente como chefes de família (mais de 92% da população) e filhos do sexo masculino (aproximadamente 56% do total).

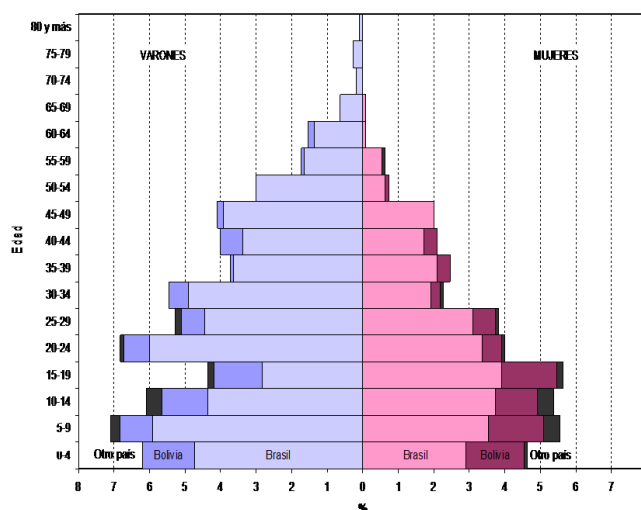
Tabela 2 – População total segundo relação de parentesco e gênero.

Relação de parentesco	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Cabeça de família	320	27	347
Filho/Filha	380	295	675
Esposa/Esposo	24	186	210
Outro	5	7	12
Pai/Mãe	3	3	6
Irmão/Irmã	4	0	4
Total	736	518	1254

Fonte: Organização Internacional das Migrações (OIM), 2009.

O Gráfico 1 mostra os dados demográficos em termos percentuais, quanto à divisão de gênero, à faixa etária e ao local de nascimento. Verifica-se a predominância de uma população jovem, com prevalência de menores de quinze anos e adultos jovens. Na repartição sobre origem de nascimento/naturalidade prevalece a composição de brasileiros natos (64%), embora seja significativa a participação das famílias de composição mista entre bolivianos e brasileiros (34%). A parcela de famílias com membros nascidos apenas na Bolívia é baixa, com maior número de mulheres.

Gráfico 1 - Divisão por idade, gênero e origem das famílias



Fonte: Organização Internacional de Migrações (OIM), 2009.

Entre outros dados apresentados no Censo, um pouco mais da metade da população entre 5 e 14 anos não frequenta a escola (50,4%). Não há vantagem significativa

entre os gêneros em relação à presença nas escolas. 27,7% dos respondentes disseram possuir outra casa fora do domicílio visitado pelos pesquisadores, sendo 5,19% na Bolívia e 22,5% no Brasil.

A maior parte da população ativa trabalha em conjunto com a família (82%), sendo mais forte a participação das mulheres nesse quesito. Enquanto os trabalhadores independentes se concentram na faixa entre 15 de 30 anos, os trabalhadores familiares perpassam por todas as faixas etárias. Além disso, é possível inferir a variação do número de membros por família. Cerca de 43% das famílias são compostas por 2 a 4 membros e 38% das pessoas vivem sozinhas.

O item 4.7 do documento avaliado, denominado *Analisis y Conclusiones*, sobretudo no sub-item *Dificultades*, permite dimensionar aspectos da precariedade do espaço em que vive o nosso sujeito de estudo. Nessa seção afirma-se que a única estrada asfaltada encontrada é o trecho de trinta quilômetros que liga Cobija e Povenir. “[...] Todos los demás son caminos de tierra, con condiciones topográficas disímiles y engorrosas [...], o que obrigou maior perícia e cuidados. Todavía, [...] todos los vehículos contratados para el trabajo se vieron afectados por las condiciones del terreno [...]” (OIM, 2009, p.27). Nesse sentido, a operação de contagem foi parcialmente prejudicada pela a dificuldade de encontrar carros adequados ao tipo de terreno, bem como a falta de uma empresa próxima da região, que prestasse assistência aos veículos danificados.

A falta (ou ineficácia) do sistema de comunicação também se apresentou como fato corriqueiro no andamento da pesquisa da OIM. Consta que em nenhum momento foi possível o sinal de telefone celular e somente em algumas localidades é possível o uso do sistema de rádio, que funciona com “*baja regularidad y fluidez*”. Tal situação impediu de forma contínua a comunicação entre as equipes de trabalho e com as comunidades alvos de reassentamento.

Adiante, ressalta-se o desconhecimento das autoridades locais, sobretudo militares, a respeito da pesquisa que estava sendo realizada, bem como sobre os seus objetivos. Esse empecilho acabou por atrasar o cronograma dos pesquisadores, devido, particularmente às denominadas “[...] “trancas” policiales los efectivos ponían trabas, e incluso, como lo acontecido em La zona de Primeiro de Mayo, impidieron el acceso a Pernambuco [...] finalmente fue resuelta gracias a La intervención de la prefectura y los mandos policiales[...]” (p. 28).

Outro problema apresentado no andamento da pesquisa da OIM envolveu a dificuldade na compra e estocagem de combustíveis. Porém, a justificativa dada ressalta a situação de vulnerabilidade da região diante do comércio e tráfico de drogas, sobretudo em sua parte mais populosa, na capital de Pando, Cobija:

Em Cobija, por estar ubicada em una zona donde se presume que se desarrolla el comercio ilícito de drogas, se Dan múltiples restricciones para el suministro de combustíveis. Este hecho, que sin Duda represento uno de los mayores retos a sortear por el Programa, oblió a que el equipo em campo desplegara todos los mecanismos para obtener los permisos necesarios para el abastecimiento y transporte de combustible. Sin embargo, los trámites y las distintas instancias por las cuales hay de pasar para obtener tales permisos son lentos y ocasionaron retrasos temporales em algunas de las programaciones establecidas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÕES, 2009).

Quando os (as) cabeças de família foram perguntados (as) sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas em algum momento da vida, as respostas mais citadas foram: agricultura (93,7%), castanha (93,1%), borracha (74,9%), peão (59,7%), açaí (43,8%) e madeira (42,4%). Dentro os principais interesses no caso de reassentamento apresentaram a agricultura (78,4%), a borracha (26,8%), a castanha (25,9%), e o açaí (16,4%). Nota-se que a experiência com as atividades do campo são variadas, da mesma forma que elas também abrem a possibilidade do exercício de mais de uma atividade para o futuro.

Tendo como objeto de questionamento as condições de trabalho no futuro, foi perguntado às cabeças de família sobre suas preferências para o reassentamento. Aproximadamente 90% dos entrevistados indicou o desejo pela migração para o interior da Bolívia, enquanto apenas 8,4% afirmou querer voltar ao Brasil. Ainda, 1,2% das pessoas mostraram-se indiferentes a essa questão e afirmou não ter preferência sobre um dos lugares citados.

2.5.3 – Considerações adicionais sobre os dados apresentados no Censo - o universo das (im)possibilidades

No contraponto dos dados levantados, verifica-se um desencontro entre as informações da OIM e a dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) da porção brasileira. A contagem de 548 famílias, em toda a fronteira de Pando com o Acre, contrasta com o levantamento de 273 famílias pelo SRT de Plácido de Castro e de 235 famílias pelo STR de Capixaba, que somam 508 famílias somente em suas respectivas áreas de atuação.

Não é posto em questão a validade de quaisquer apurações realizadas, mas há distinções entre as metodologias para a contagem das famílias, além das dificuldades de acesso a todas as casas no interior da floresta boliviana, em virtude das precariedades na infraestrutura física e de comunicação. Ao mesmo tempo, são desprezados os dados referentes às famílias que venderam suas casas e benfeitorias e retornaram ao Brasil desde 2007. De qualquer forma, inquieta a falta de clareza da conjuntura local, o que pode influir negativamente na execução de estratégias políticas e institucionais.

Além dessa situação, apresenta-se outra inconsistência. O registro de que a maioria da população em situação irregular tenha optado pelas agrovilas da OIM não coincide com resultado de outra pesquisa realizada em 2009. Correia e Valencio (2010) afirmam que existe uma ampla resistência a essa opção, relacionando-a com as dificuldades no acesso à infraestrutura e serviços básicos no interior boliviano e o temor quanto à continuidade das ameaças. Igualmente, devem ser consideradas as ligações sociais, econômicas e culturais que são mantidas com o lado brasileiro da fronteira. A dificuldade da instalação das cinco primeiras famílias na Zona de Porto Rico pela OIM corrobora com essa hipótese. Não se sabe também como as funções concomitantes de recenseamento e traslado podem ter interferido no preenchimento fidedigno pelos camponeses sobre a sua escolha. Pretende-se destacar esse tema nos próximos capítulos, sobretudo os motivos que despertam interesse ou aversão à migração ao interior boliviano.

A falta de diálogo com autoridades locais, dimensionado no registro sobre a restrição dos pesquisadores por policiais e pela carência de convênios com os órgãos públicos, pode dificultar o acesso aos serviços públicos que foram apregoados aos brasileiros. Caso não seja consolidada a articulação entre os entes governamentais, não é possível garantir a existência de amparo nas áreas da saúde, educação, renda, cultura, entre outros. Nesse campo, é necessário o aumento ou a provisão de estruturas, pois a crescente demanda sobre esses serviços pode causar maiores desconfortos nas relações entre brasileiros e bolivianos na região do assentamento.

Por outro lado, é confirmada a vinculação dos camponeses às atividades extrativistas. Entretanto, a forte presença do exercício agrícola, que a OIM apresenta como possibilidade de atividade futura, segundo informações de sindicalistas, parece estar mais ligada à prática familiar de subsistência, do que de uma atividade comercial.

O intrincado acesso à documentação, determinado pelo oneroso valor monetário e a distância dos postos de certificação, podem prolongar os infindáveis transtornos relativos à situação de legalidade dos camponeses migrantes, e criar constrangimentos.

Por fim, é reconhecido que a precariedade do sistema de comunicação local dificulta o acesso a informações fidedignas sobre a inserção dos brasileiros para os bolivianos residentes nas novas áreas de assentamento. Também é importante ressaltar que já existe, entre os bolivianos locais, especulações sobre um possível favorecimento aos brasileiros que serão instalados. Tal situação tem o potencial de causar infortúnios e novos questionamentos quanto à legitimidade da presença dos estrangeiros na região.

2.6 A fronteira da resistência, ou o que é viver do lado de lá

As políticas de segurança nacional do governo de Evo Morales instauraram uma situação de instabilidade na região de fronteira. Tal quadro forçou a busca institucional entre o Brasil e a Bolívia para garantir alternativas de readequação espacial para os camponeses brasileiros, como é o caso do projeto apresentado pela OIM. Porém, por conta de precariedades das soluções apresentadas, observam-se resistências “de sair”.

As primeiras notificações sobre a irregularidade dos brasileiros residentes na fronteira boliviana foi remetida do ano de 2006. A partir de então, todos os brasileiros instalados na fronteira receberam convites, e avisos pela rádio, para reuniões promovidas pela Organização Internacional de Migração (OIM) para discutir a situação de ilegalidade. A intermediação da OIM apresentou as duas alternativas propostas pelas autoridades dos países envolvidos: o deslocamento dos brasileiros para a porção interior do território boliviano, fora da faixa de fronteira; ou o retorno para o Brasil, e a promessa de assentamento em colônias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ⁴¹.

Começou com o boato correndo. Rapaz, esses bolivianos, o presidente boliviano vai nos mandar embora da Bolívia. Foi passando, foi passando. [...]. A pessoa que não quisesse se legalizar, quer dizer, ia passar um papel para se legalizar, quem não assinasse seria obrigado a desocupar [...]. Daí foi indo, foi indo, foi indo, com o tempo passou outro boliviano: se a pessoa não fosse lá para dentro, legalizar, seria expulso, e não teria direito de trazer nada para o Brasil. foi no início da conversa, começaram assim. Disseram que não, não tem direito de tirar nada, só a família. Daí fica difícil. Foi começando, foi começando, fizeram uma reunião, daí um povo contava uma coisa, contava outra, e o negócio foi rendendo. Dentro os cinco anos, quem vai tirar o que é seu, tirou, Ainda marcava o dia, tal dia, tal mês assim. Daí, vão fazer o despejo dos imigrantes que tem aí para ir embora. Quem tirou o que era seu tirou, quem não tirou não tem mais nada. Tempo já teve demais. Era para tirar o

⁴¹ Proposta a ser detalhada no próximo capítulo.

que tinha, não tirou, vai perder o que tem, vai sair de lá embora (Raimundo Manoel de Lima, Plácido de Castro, AC.).

Só disseram que tinha dois três meses de prazo para sair. A gente já começou a se preparar para sair. (Antônia Oliveira Meireles, Brasília, AC.).

Eu estava todo o tempo na rádio da Bolívia. que foi um programa feito pelos dois governos, o Lula e o presidente Evo Morales. Para eles tirar os bolivianos da fronteira do Brasil e os bolivianos tirarem os brasileiros da Bolívia da faixa de cinquenta quilômetros. Daí eles foram fazer uma análise se dava para assentar cinquenta quilômetros da beira do rio Acre pra dentro, não alcançou cinquenta quilômetros da fronteira com o Peru. Então não pode ficar ninguém daqui da fronteira até o Peru, pois não dá cem quilômetros. Ai teria que ir para a beira do Oruro, longe da fronteira. (Francisco da Costa Alves, Plácido de Castro, AC)

Olha, a gente recebeu os primeiros avisos, a gente estava por dentro, a gente escutava pela rádio sobre alguma reunião, das pessoas que moravam da Bolívia que ia ter que sair, estava um envolvimento do governo boliviano com o governo brasileiro para a gente sair, os brasileiros da Bolívia, deu um tumulto tão grande, uns queriam arranjar briga, outros diziam que só saiam de lá morto, foi a maior confusão. E a gente está aí, não estava contente e saiu. Tem gente que está por lá. Foi quando saiu a primeira inscrição, ai a gente começou a fazer para ver se dava certo (Evaldo de Souza Lopes, Plácido de Castro, AC.).

O motivo de maior indignação apresentado pelos afetados foi o não pagamento de indenização pelas benfeitorias de suas colocações. Teriam que abandonar a casa, as terras brocadas para o roçado e pasto, currais, e outras obras, sem nenhum recurso para recomeçar em outra localidade. Boa parte dos agricultores se desfez dos bens com o intuito captar recursos, sair da área onde viviam e ir para o Brasil. Como não foi possível deslocar os animais de cria para a fronteira brasileira, devido a políticas sanitárias, tiveram que vender todas as criações no lado boliviano, de acordo com o preço ofertado, muito abaixo do valor praticado no Brasil. Questões da mesma ordem ocorreram com casas, plantações, barcos, entre outros bens.

Bom, nós achava(mos) assim, que tinha muita coisa para saber, eles teriam que indenizar, pagar, né? porque lá onde eu estava, lá tem fruteira, tinha roça, tinha gado, muito milho, arroz, tudo tinha. Aí quer dizer que a gente ia sair e deixar tudo para eles, ai não dava. Muita gente vendeu o gado, um bocado de coisas, quase a maioria das pessoas acabou com tudo (Maria Zilda da Silva, Plácido de Castro).

Eles deram um prazo de quinze de dezembro, era o maior prazo que nós tínhamos. Onde a gente tinha o bananal novo, onde a gente tinha plantado cinco mil covas de banana cumprida. Isso aí não dá de maneira, isso ai tem que se entender com os governo. Tem que ter ao menos o prazo de um ano para a gente se retirar. Três meses é pouco, porque não tem como colher nada. Tem que falar para eles que existe indenização. Não tem indenização, tem direito de tirar o que é de vocês, indenização nem de um centavo. Fica feio assim, sem direito à indenização e sem direito de colher o que tem (Francisco Chagas da Silva, Plácido de Castro).

A partir das notificações, muitas coisas mudaram os brasileiros que residem na zona de segurança boliviana. A primeira alteração se deu na interação com os bolivianos, sobretudo com as autoridades militares e fiscais. Para seu Zeca⁴², a perseguição na Bolívia só aconteceu depois da posse do presidente Evo Morales na Bolívia. Ele relatou que até então, nunca teve a sensação de ameaça e que, os próprios bolivianos passavam por sua colocação, realizando o censo e diziam: “[...] pode trabalhar sossegado. A Bolívia precisa de pessoas que trabalham. Pode ficar sossegado no seu lugar, que nunca ninguém vai tomar”.

A mesma posição é dada pelo Sr. José Nogueira da Silva: “[...] Rapaz, até que era boa (a relação), a gente só tinha que passar aqui no comando deles ali, passando pelo rio e pela estrada [...]”. O Sr. José ainda relata que antes das notificações, ele pagava onze por cento da produção para a travessia. Em alguns momentos, nem era realizada a cobrança, apenas a averiguação do material. Porém “[...] quando começaram esses conflitos, eles começaram a botar o pé e cobrar mais alto. Ficamos sabendo com um rapaz daqui, que fala com o cônsul lá em Cobija, que eles não podem cobrar (isso)”.

As ameaças são reproduzidas de várias formas. Segundo Vanderlei Pinheiro de Lima⁴³ “[...] uma das coisas que falavam era que se não quisessem sair, eles iam tirar a força, ia levar a polícia [...] que iria tirar as pessoas, que não tinha jeito”. O mesmo aconteceu com Antônio Edmilson da Cunha⁴⁴ para quem “[...] a ameaça foi essa, que a gente tinha que sair ou a polícia botava nós para fora. Se nós não saísse até quinze de dezembro, vinha o pessoal do governo”. Dentro dos depoimentos coletados, foram raras as situações sobre a intimidação com o uso da violência física, como o proferido contra Francisco da Costa Alves⁴⁵, quando autoridades aduaneiras lhe disseram que seria posto fogo em sua casa, com seus familiares dentro, caso ele se recusasse a sair da colocação onde morava.

Além disso, são dispensados outros tipos de constrangimentos. Emocionado, Seu Pereira⁴⁶ conta que, como estrangeiro, é obrigatório que ele pague por taxas e retire documentos de permanência (taxas de *estrangeria*). Para isso, é necessária a certificação de isenção de antecedentes criminais no Brasil, algo que lhe violenta, visto a necessidade

⁴² Getúlio Rodrigues Araújo, Plácido de Castro, AC.

⁴³ Depoimento em Plácido de Castro, AC.

⁴⁴ Depoimento em Brasília, AC.

⁴⁵ Entrevista concedida em Brasília, AC.

⁴⁶ Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.

sistemática de “provar que não é bandido”. Além disso, para ter o direito de explorar e vender a borracha, é preciso pagar outras taxas e fazer parte de uma cooperativa boliviana. Ainda lembra que, caso o indivíduo não possua esses documentos, “eles pegam você amarrado, quando não joga na fronteira, te levam para Cobija, a cidade mais perto, e lá o senhor vai se defender no consulado, o consulado que irá te tirar de lá”.

Atualmente, há um maior controle da entrada e saída de produtos e pessoas do país, além de um aumento nas taxas e impostos. Dona Maria das Graças⁴⁷ conta um episódio que a deixou constrangida:

Esses dias mesmo, quando eu estava passando por lá, ficaram mangando com a minha cara. O meu filho foi me deixar de moto e pediu para deixar a gente passar. Eles não deixaram não, eu tinha que pagar vinte reais para ir e voltar. Para tirar documento, só para ir lá e voltar. Para passar três meses, noventa dias, tinha que pagar cinquenta reais (...). A gente já ganha pouco né? E o meu menino disse: E agora mãe, o que você vai fazer? Eu fiquei por lá, vou mesmo que seja a pé. Uns bolivianos entraram lá para dentro e pediram para eu pagar dez reais. Eu paguei os dez reais. Mas é assim, pra passar, tem que pagar. Se você passar com produto de lá para cá, eles querem apreender, fazem uma confusão danada. Seu Pereira complementa dizendo que (...) nos dias que uma equipe não é muito exigente, ainda passa bem, tem dia que eles reviram tudo, tudinho, ver o que tem dentro.

Como no caso da Dona Maria das Graças, quase a unanimidade dos entrevistados reclamou do aumento de impostos e taxas cobrados e, corriqueiramente, da sobretaxação indevida, a tal ponto que, muitas vezes, ficava inviabilizado manter alguns tipos de produção, como a borracha, pois acabavam pagando em taxas aduaneiras quase o mesmo que recebiam.

O abuso de autoridade e recorrência de métodos ilegais por parte de autoridades bolivianas, associadas à dificuldade no acesso à justiça daquele país foi o principal motivo para o retorno de Maria Zilda da Silva ao Brasil, conforme ela relata:

Eles faziam assim, chegava um bocado e dizia: você vai pagar tantos impostos de borracha, ou de castanha ou imposto florestal, e a gente pagava, quando dava dois, três meses chegavam outros. Ah, você vai pagar tanto imposto de castanha, de borracha, a gente dizia assim, mas já pagamos. Pediam o recibo, nós dávamos o recibo, (e o fiscal dizia); Não isso aqui é mentira, está roubando. Era desse jeito. Mas a gente tinha que pagar de novo, era assim que eles faziam. Não sei como é agora, que faz muito tempo que eu sai de lá. Mas quando eu morava lá era assim (Maria Zilda da Silva, Plácido de Castro, AC.).

Uma situação semelhante ocorreu com o Sr. Antônio Edmilson da Cunha (Brasília, AC.):

⁴⁷ Maria das Graças Felix de Souza, Plácido de Castro, AC.

Era muito difícil criar uma família lá. E outra, chegava um boliviano, um chegava hoje: você tem que pagar um imposto, de tantos quilos de borracha você pagava para aquele. Andava quinze, vinte dias, chegava outro: Não, esse é um papel falso, não vale, o que vale é o meu e assim era. Ai o cara pagava dois, três imposto anual, da maneira assim. Chegava uns mentindo, desfazendo uns o documento dos outros, aquela política deles lá, que a gente pagava dois ou três imposto anual. Depois que entrou o Evo Morales a gente era ameaçado todo o tempo. meio marcado para sair da Bolívia, era aquela arrumação. Da última vez teve aquele pessoal da OIM que são responsáveis pelos assentamentos lá de dentro da Bolívia, que queriam assentar a gente lá dentro da Bolívia. Essa era uma vida escravizada se nós fôssemos para lá.

Porém, as atitudes de maior coação e sujeição acontecem no momento da aferição das áreas onde moram. Embora o prazo de desocupação tenha se estendido, Seu Pereira conta que a sua terra foi examinada várias vezes e, no momento em que “[...] medem a propriedade, dizem que a terra é deles e que se quisermos ficar, a gente tem que entrar cinquenta quilômetros”.

Nessa situação, todos os entrevistados que persistem em viver na colocação estão dependendo exclusivamente da renda obtida com o extrativismo, agora sobretaxado. Por receio de perder a colheita para os bolivianos, deixaram de plantar, como prossegue o seu Pereira:

Temos que sair até dezembro e eles estão medindo. (...) não sabem o que farão até dezembro. ficou complicado porque a gente não pode plantar, estamos parados, né? Por que a gente não pode plantar, não pode criar e até agora não sabemos se vamos plantar, se vamos colher. Estamos sem saber o que fazer (Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.).

Nesse ínterim, centenas de pessoas venderam suas casas, benfeitorias, criação de animais e foram morar nas periferias dos municípios brasileiros próximos da fronteira boliviana. Essa decisão foi comum nos grupos mais numerosos, como o caso da família do seu Zeca, que explica o momento em que decidiu abandonar a colocação e retornar para o Brasil:

Ele disse que pode ser daqui um ano, mas pode ser daqui um mês, pode ser daqui uma semana, mas vocês vão ter que desocupar isso aqui. Eu falei, rapaz, eu vou me embora. Por que se eu ficar aqui, ficar de cara para cima, sem botar o meu roçado, sem vender os meus bichos, então vou ficar aqui fazendo o que? Ficar de cara para cima? Com o dinheiro dos bichos que vender? Eu vou vender e ir embora logo daqui. Esse foi o problema de ir embora da Bolívia por causa disso. Por que, olha, presta atenção, se o cara mora num canto, com um cara te ameaçando: cara, se arruma contigo, você vai ter que sair. E todo mundo só fala aquilo, né? Fala com um, diz que ouviu falar aquilo. Fala com outro que diz que é política, que vai passar. E chega gente batendo foto da casa, batendo foto do campo, é tanta coisas, rapaz. E aquilo pesa na cabeça da gente, o cara perde controle de trabalho e decide ir embora. Eu vim embora

Um dos questionamentos da pesquisa de campo foi sobre os motivos da escolha e ou da recusa das alternativas apresentadas pelo acordo tripartite: migrar para o interior da Bolívia, para Agrovilas construídas pela OIM fora da zona de fronteira, ou ir para o Brasil, nos projetos de assentamento modelados pelo INCRA. Entre nossos entrevistados, os afetados pela lei de segurança boliviano, não houve nenhuma resposta positiva sobre o interesse na proposta pela OIM.

O primeiro motivo apresentado foi da falta de infraestrutura em diferentes áreas, como transporte, saúde, educação, lazer entre outros.

Tem muita dificuldade, o acesso lá é mais difícil para quem fosse para lá para dentro. Ia (ter que) andar de carro. E quando chega no inverno não anda(m) os carros por causa que as estradas são tudo de barro, e ai ia ficar mais difícil. Aqui que nós já estamos perto, nós já sofre(mos), se formos lá para dentro vai ficar pior, vai dificultar mais. Esse é o meu pensar (Francisco Ferreira de Lima, Plácido de Castro, AC.).

O acesso é muito difícil. Não tem como tirar produto, não tem como uma família viver lá dentro, eles não querem que a gente traga produto da gente pra vender aqui para tirar os alimentos dos filhos, é do jeito deles (Evaldo de Souza Lopes, Plácido de Castro, AC.)

Eu disse: vão dar um jeito como? Se nós sair na sua conversa, vocês levam nós, e já colocam outros, os bolivianos [...] Essa eu não aceito de jeito nenhum. E pra onde vocês querem eu não vou. Uma porque quando for nessa época, não tem mais condição, porque a estrada já está fechada. Quando dá duas ou três chuvas essa vila deles, essa vila boliviana, já pegam mercadorias daqui do Brasil para se manter na época do inverno, porque no inverno não tem mais estrada, a estrada está fechada (José Peixoto de Oliveira, Capixaba, AC.).

Os mais velhos mencionam também não estarem predispostos a iniciarem uma nova empreitada, pois a saúde e a debilidade física não lhes permite, conforme diz o que seu Zeca:

[...] brasileiro nenhum queria ir (para a Bolívia), porque ninguém queria deixar o que era dele, para começar numa mata bruta, tudo de novo. Eu falei esses dias, por que você não vai? Não vou porque eu estou velho, estou cansado, e para fazer isso aqui, onde estou, sofri muito para conseguir o que tenho aqui e lá eu não vou ter mais força para fazer isso, falei para ele. Então se é para fazer uma coisa dessa lá, eu prefiro vender o que tenho e voltar para o Brasil (...) eu vou sofrer, porque eu nunca morei na cidade e vou estranhar muito, porque eu sou acostumado a morar, nasci e me criei lá no Pará. Nasci e me criei nas matas para trabalhar. Isso aí é o que sei fazer [...] (Getúlio Rodrigues Araújo, Plácido de Castro, AC).

Seu Zeca também desacredita das promissões se referem às casas, escolas, posto de saúde, estradas, entre outros. Para ele, tudo não passa de um engodo, pois esses serviços não podem ser contabilizados nem mesmo por bolivianos da região, quanto mais

pelos brasileiros. Da mesma forma acredita D. Francisca Pinheiro de Lima⁴⁸, que disse que tem medo “deles não assumirem o que eles prometem”.

Para alguns, a decisão de ir para a Bolívia afetaria a identidade enquanto brasileiros, pois teriam que se adaptar aos costumes do lugar. Esse é o caso da Dona Francisca (citada anteriormente) que questiona: “[...] ai nós vamos ficar no meio deles, só? E nós para entrar lá para dentro, tem que se naturalizar tudo bolivianos, não tem mais direito da gente, com os documentos do Brasil, nós não vai não. Eu não quis”. O mesmo é argumentado pelo seu Pereira:

Lá é outro costume, deles. Aqui nós nos alimentamos com arroz, feijão, farinha, café, macarrão. Lá não, lá não tem farinha, a comida lá é mais negócio de macarrão, banana verde, macaxeira, muitas coisas que tem aqui, lá eles não vendem, vendem outras coisas que não temos costume. Então nós já é velho caduco para nos acostumar de novo.

Nos casos aqui tratados, os camponeses preferem não ir para o interior boliviano, pois interferiram nas estratégias que eles estabeleceram na fronteira. A distância e a dificuldade de acesso à fronteira do Brasil é uma questão bastante presente nos depoimentos a seguir:

Daqui para Santa Rosa são [...] Sessenta ou oitenta. De Santa Rosa para Porto Rico dá cem quilômetros. De Porto Rico para Riberalta dava mais dez quilômetros para cima, ainda. Dá uns duzentos quilômetros daqui à Riberalta. Ai o cara que foi olhar essas terras disse que eram bonitas as terras por lá. Só tinha uma área na beira da estrada, que é um campo onde tinha até um açude. Cara foi por lá. Os caras que foram para lá não ficaram não, desistiram. Disseram: Rapaz, eu não vou ficar, eu vou embora para o Brasil e pronto (Francisco da Costa Alves, Brasiléia, AC.).

A sim, mas eu não quis. Eu pensei assim, não ia dar certo nós morar por lá. Ia ter muito pouco brasileiro pro lugar muito longe. Lá não tem brasileiro, nós mesmo como brasileiro (Francisca Pinheiro de Lima, Brasiléia, AC.)

A situação de vulnerabilidade aumenta devido à lentidão das providências pelas autoridades no Brasil. Desde o início de 2007 até setembro de 2010, foram entregues apenas dez casas e lotes de assentamento para um universo de mais de quinhentas famílias cadastradas. Dona Maria das Graças descreve alguns passos dessa situação

Iam entregar no mês passado, não era? E até agora, não entregaram nem nada. E nós estamos esperando ver se vai sair. Eu ainda estou com medo de que não vai sair. Que não vamos pegar (...). Quando eles falaram da primeira vez que tinha que tirar, tive que arrancar tudo, com galinha, porco... Vendemos tudo, e até agora não recebemos. Vaca que vendemos com cem quilos, até agora o cara não pagou. Com

⁴⁸ Entrevista concedida em Plácido de Castro, AC.

uma porca com oitenta quilos, aconteceu a mesma coisa. Tudo é prejuízo para a gente. A gente é pobre, né?

Porém, o maior ponto de tensão reside no temor sobre a continuidade das ameaças no interior boliviano, em um ritmo ainda mais aguçado. Maria Zilda da Silva⁴⁹ já morou numa região mais distante da faixa de segurança e não pretende voltar para lá. Diz que nessa época foi vítima de abuso por parte de alguns militares bolivianos:

[...] nesse tempo era assim: eles chegavam na casa da gente, dois, três, quatro, tudo armado, um subia dentro de casa, não pedia nem licença para subir, subia dentro de casa, ai fazia que tinha que pagar imposto, eles inventam imposto de todo, eu tenho aqui um monte de imposto que nós pagava. Eu tenho. Que eles faziam a gente pagar imposto de todo o jeito. Eu tenho aqui uma estrangeira do meu velho, nós chgamos a dar castanha todo molhado de chuva, todo sujo de castanha, eles tiraram da fotografia deles todo sujos, mas conseguiram tomar. É assim que eles faziam. Não sei agora né? Já faz muitos anos que eu não moro para lá, morava aqui perto. Aqui eles não podem fazer, porque é perto do Brasil. Mas lá podem.

Ramálio Luiz Pereira⁵⁰ acredita que a situação quanto às ameaças sofridas por brasileiros só tenderia a aumentar. A sua principal crítica é em relação aos impostos: “[...] eles dizem que a terra é deles, e cobram imposto, imposto [...] cobram um real para cada lata de castanha, por quilo de borracha, é assim, tudo que a gente passa por esses ramais, eles cobram. Nós já pagamos o frete [...] paga pra tirar a castanha, um real por lata, as vezes até um e cinquenta”. Outros relatos da mesma natureza aparecem:

Porque não. Lá era bom onde nós estávamos, porque era pertinho daqui (Plácido de Castro). Pra dentro, longe daqui, ai que eles vão humilhar mesmo. - Você acha que estão humilhando você? Incomodava que quando estava na Bolívia se não tivesse documento não passava, a gente levava os produtos, tinha que pagar quase a metade dos produtos para eles no comando (Alfândega) (Antônio Gomes de Freitas, Plácido de Castro, AC.).

O problema era esse, passar cinquenta quilômetros além da fronteira, mas eu não quis, não concordei, porque tem esse problema aqui, quanto mais lá para dentro. O pessoal que foi tá achando tudo difícil a situação lá para dentro (Francisco Chagas da Silva, Plácido de Castro, AC.).

A demora na resolução da questão no Brasil parece motivar o aumento da agressividade no local, conforme o relato de Ramálio Luiz da Silva Pereira: “[...] Tem gente que ia matar boliviano. Sabe quando dá aquela raiva né? Só que nós temos que sair. Meu pai é tranquilo, eu sou mais doido. Rapaz, se for no Brasil é melhor, pois é nosso mesmo?”.

⁴⁹ Depoimento coletado em Plácido de Castro, AC.

⁵⁰ Entrevista concedida em Plácido de Castro, AC.

A chegada dos camponeses colha na região também vem afetando a territorialidade dos brasileiros e o agravamento dos conflitos. O primeiro reclamo incide sobre a invasão das áreas de colheita para a coleta de castanhas de práticas de queimadas. O Sr. José Nogueira da Silva diz que os indígenas bolivianos chegaram em grandes grupos na região por volta de 2009. Ao explorar sua colheita para a caça, percebeu um acampamento formado por esse grupo, e que nas intermediações já não haveria mais castanha, pois [...] eles estão cortando tudo [...] aquelas estradas de seringa nossas já estão cortadas. Estão loteadas. A castanha que nós tirava(mos) já não dá mais. Porque eles estão na área já degradando”.

Irma Ferreira Lima⁵¹ disse que sua terra havia sido invadida pelos camponeses bolivianos enquanto ela estava por lá. Segundo seu depoimento, sua plantação de arroz foi colhida e tomada sem que houvesse nenhum tipo de justificativa ou contato: “[...] nada, eles não pedem. A gente na porta e eles arrancando o arroz (...) bota num saco e vão embora. eu não estou mentindo, tem muita gente que está por aqui e é testemunha”. Cleonice Silva⁵² relata caso coincidente ao fato: “[...] Os colhas só querem tomar o que a gente tem. Olha, se você planta um roçado de arroz, milho, macaxeira, eles chegam lá na (plantação de) banana, enchem o saco e vão embora”. Diante de fatos que remetem à interação com os colhas, são ajeitadas designações de diversas formas:

Os colhas não querem assim, como se diz? Não gostam de trabalhar, gostam de ganhar as coisas fáceis, se a pessoa tem um roçado, uma casa, já querem invadir, pegar pra eles. Os cambas não ligam pra isso, maior parte é rico (Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.).

Os colhas, nem os cambas entende as falas deles, o camba a gente entende alguma coisa do que fala, o jeito tudo. Eles são quase brasileiros, os cambas nem os bolivianos mesmo não gostam dos colhas (Francisco Ferreira de Oliveira, Plácido de Castro, AC.).

[...] o boliviano mais branco parece ser legal (camba). Esses aí (os colhas), eu nem me trolho muito. E eu não entendo nada o que eles falam (Ramálio Luiz da Silva Pereira, Plácido de Castro, AC.).

Como visto, os conflitos sucedidos da inserção do novo sujeito no território em disputa fomentam representações de preconceito e posterior distanciamento entre os entes.

Ao estarem situados numa posição de sem direitos, os *outsiders* acabam por conviver com várias formas de estigmatização e racialização. Num primeiro instante, são

⁵¹ Entrevista concedida em Plácido de Castro, AC.

⁵² Depoimento em Plácido de Castro, AC.

delegados a uma representação permanente e integradora do *outro*, do estrangeiro, do estranho. Por seguinte, instaura-se a eles a omissão do acesso ao aparato jurídico, infligindo a posição de ilegais ou de semidocumentados, quando possuem a carteira de *extrangeria*. Nesse sentido, a próxima etapa é a instauração de uma ordem de sujeição. Sem papéis, sem direitos, ignorados e cada vez mais isolados a própria sorte, frequentemente convertidos em inimigos e, talvez, criminosos.

A desterritorialização é um processo de violência não somente ao despeito das autoridades bolivianas em subtrair as mercadorias, abrir mochilas, revistar as casas, como também no aniquilamento da pessoa, portadora de direitos, cultura, valores e símbolos. A violência simbólica (BOURDIEU, 1989), operada pelos mandatários do Estado, por braços dos militares ou autoridades aduaneiras, acaba por legitimar outras ações e atitudes violentas pelo cidadão comum, como no caso da tomada da plantação a luz do dia.

Ao mesmo tempo é permitida aos brasileiros a inserção no território boliviano, desde que separado permanentemente das suas referências no lado brasileiro, criando uma aparência de sobrevivência seletiva àqueles que se sujeitassem a tais termos. Essa modulação é acatada por alguns, que veem nessa a solução da sua necessidade de preservação, mas não por todos. Tal exigência acaba por comprometer por completo a existência do camponês enquanto brasileiro, pois será difícil para ele manter contato com as suas origens, entre eles, comemorar um *sete de setembro*, além de não poder mais recorrer à sua brasilidade em casos de extremo conflito, uma vez que a renunciou.

A maior parte parece predisposta a não se render à alternativa apresentada, particularmente pela força que a identidade nacional constituída que encara o boliviano como o *diferente*, aquele que pode encurralá-lo. Para isso, evoca mitos e atribuições raciais e preconceituosas, frutos da sua constituição enquanto brasileiro. A identidade nacional parece ser um meio de referência, que resiste a manutenção de mecanismos de violência simbólica nos termos de Boudieu (1982;1989), de naturalização dos abusos cometidos, visto que há a contestação.

Contudo, o preço pago tende a ser gradualmente aumentado à medida que o tempo passa, em práticas violentas ou na expatriação definitiva. Enquanto isso, os sujeitos continuam a ser estigmatizadas em processos de deterioração identitária, “inseguros sobre a recepção que os espera na interação face a face e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa circunstância” (GOFFMAN, 1988, p. 157).

Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos os que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e do passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social (MELO, s/d, p. 02)

Ao findar os prazos e resistências, só restará a escolha por uma das precárias alternativas de produção do lugar, infligindo um quadro de desamparo⁵³. Essa sensação tem todo o tipo de efeito na vida social, como quadros de depressão e de revolta, o que deixa o indivíduo mais suscetível ao conflito e à precarização de outras faces da identidade, seja qual o espaço reservado e ele. Depois de exploradas as questões ligadas ao Tempo 2, com as conclusões sobre a (im)possibilidade de inserção no interior do território boliviano, será empreendida no próximo capítulo, a análise sobre a alternativa de rota mais provável, e que desgostosamente já está em curso: o movimento de retorno dos camponeses ao Brasil.

⁵³ Para Andre (2001, p. 01), enquanto a angústia contém em si a espera de um objeto que pode servir de “motor de análise e de progresso”, o desamparo indica à vida psíquica uma desesperada abertura para outro que não responde.

TRAJETÓRIA 3 – DA COLOCAÇÃO À COLÔNIA: O MOVIMENTO DE RETORNO DOS CAMPONESES AO ACRE

Como documentado no capítulo anterior, os camponeses brasileiros mantiveram resistência à proposta de deslocamento para o interior boliviano. Diante da ameaça de uma solução armada na fronteira boliviana, de qualquer que seja o lado, o governo brasileiro anunciou medidas de planejamento e apoio para a reinserção das famílias no Brasil. Entre as promessas estão o aporte logístico para o transporte de bens materiais, áreas tituladas para a agricultura, e moradias de alvenaria para as famílias.

Porém, do manifesto dos compromissos, no início de 2007, até setembro de 2010, foram entregues apenas dez casas e lotes de assentamento para um universo de quinhentas e cinquenta famílias cadastradas. Conseqüentemente, a letargia nas ações aguçou os conflitos na fronteira boliviana, a tal modo que, centenas de camponeses afligidos com a situação atravessaram a fronteira para se protegerem.

Para efeito de análise, a temporalidade desse movimento de retorno ao Brasil, e de outros que se sucederem na mesma direção, será denominado como “Trajetória 3”. Nesses termos, a construção social do lugar tem como panorama duas possibilidades distintas: de ocorrer no espaço urbano (cidade), ou no espaço rural (colônias).

O lugar pode ser entendido como a parte do espaço geográfico efetivamente apropriado para a vida, área onde se desenvolvem as atividades cotidianas ligadas à sobrevivência e às diversas relações estabelecidas pelos homens. Para compreensão deste conceito evoca-se a “valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente”. O lugar significa muito mais do que simplesmente uma localização geográfica, ele está relacionado aos diversos tipos de experiência e envolvimento com o mundo. Além disso, o lugar também se associa ao sentimento de pertencer a determinado espaço, de identificação pessoal com uma dada área. Cada localidade possui características próprias que, em conjunto, conferem ao lugar uma identidade própria e cada indivíduo que convive com o lugar, com ele se identifica. Dessa forma, o lugar garante a manutenção interna da situação de singularidade. As parcelas do espaço geográfico com a qual cada indivíduo se relaciona e interage compõe o seu lugar. Cada pessoa terá um lugar diferente da outra, na medida em que ambas possuem vida e cotidiano diferentes. O lugar possui também íntima relação com os aspectos culturais que marcam cada sociedade (LISBOA, 2001/2002, p. 29-30).

Dessa forma, trazer à tona percepções, costumes, sonhos, estranhamentos, entre outras manifestações culturais, e contrapô-las ao quadro socioambiental e de trabalho que se apresenta como futuro, permite desvelar os mecanismos que contribuem para a construção de um novo regime de vulnerabilidade.

3.1 Os camponeses, e o não pertencimento à cidade

Os municípios da fronteira em questão têm fortes características rurais, com baixo dinamismo econômico, e presença combinada de pequenas propriedades rurais sob o regime de colonato e de grandes fazendas de pecuária. Nesse destempero, para os repatriados, a ambientação no urbano é fonte de um forte conflito identitário. Dona Maria das Graças, que já retornou ao Brasil sem apoio governamental, descreve alguns passos dessa situação:

Iam entregar no mês passado, não era? E até agora, não entregaram nem nada. E nós estamos esperando ver se vai sair. Eu ainda estou com medo de que não vai sair. Que não vamos pegar (...). Quando eles falaram da primeira vez que tinha que tirar, tive que arrancar tudo, com galinha, porco... Vendemos tudo, e até agora não recebemos. Vaca que vendemos com cem quilos, até agora o cara não pagou. Com uma porca com oitenta quilos, aconteceu a mesma coisa. Tudo é prejuízo para a gente. A gente é pobre, né? Hoje eu tenho umas galinhazinhas aqui [na casa em Plácido de Castro]. Minha vizinha é boa, mas as galinhas não podem passar para o quintal alheio. O pessoal diz: ah, não pode, está acabando com as minhas plantas, que eles estão plantando. Diferente da colônia, que a gente pode plantar e criar, né? Hoje eu estou velha, não tenho como arranjar emprego. Eu já fui à prefeitura procurar emprego com o Paulinho, o prefeito daqui, mas não consegui. Só ganha quem já é empregado, quem não tiver emprego não ganha, ainda mais velha como eu. [...] aí, estou esperando isso, mas estou com medo de não ganhar. Por que lá no seringal, a gente “botamo” até um roçado lá, esse ano ainda. O ano passado, o pessoal só plantou milho, um pedaço de roça. Porque fica aquela confusão, você não sabe se vai sair, sem nada. Não tem mais o que comer. A gente não sabe se vai ter que sair, se vai sair as colônias, a gente fica com cara pra cima. Muito difícil.

O Senhor Francisco Ferreira de Oliveira (Seu Lino) está inserido dentro da primeira leva de camponeses que regressaram ao Brasil, em 2007, logo após as primeiras notificações do governo boliviano. Contou que sua família, sobretudo a sua mulher, sofreu com a saída da antiga posse e com as incertezas que seguiram. Atualmente, seu Lino toma conta de um pequeno ponto de venda de alimentícios em frente a sua casa, montado a partir da renda obtida com a venda das benfeitorias e das criações. Como o ganho com o pequeno comércio é insuficiente, complementa o rendimento familiar fazendo “bicos” em colônias e fazendas das redondezas. Ainda relata que seu pai ainda vive na Bolívia e se recusa a sair da colocação enquanto não lhe garantirem terras no lado brasileiro.

É o mesmo caso de Ramálio Luiz da Silva Pereira, cujo pai resiste em sair da Bolívia por considerar que não há opções de trabalho em Plácido de Castro. A mãe de Ramálio se mudou para a referida cidade para cuidar da mãe doente e de sua filha mais nova. A dificuldade em produzir e vender a produção da colocação faz com que a família tenha dificuldades de manter o aluguel e sustentar a casa na cidade.

Durante a pesquisa de campo, foram recorrentes os reclames sobre as perdas materiais como o abandono da casa, da colheita e das benfeitorias, sobre a abdicção das relações de vizinhança e de parentesco e sobre os estranhamentos da vida na cidade. Entre as situações de maior vulnerabilidade encontradas, destaca-se o caso da família de Rosemira Ferreira de Souza, com 23 anos, e Ivanildo Siqueira da Silva, com 28 anos.

Os dois são casados há onze anos e têm nove filhos. Ela, descendente de indígenas, relata que o casal resolveu ir para a Bolívia porque nunca tiveram casa própria: “[...] nossa vida sempre foi assim, estar aqui ou estar aqui, e estar mais lá na frente, depois lá na frente, nós nunca tivemos condições de comprar casa própria [...]”. Lá foram morar e trabalhar junto com o pai de Ivanildo, com o corte da seringa e a quebra de castanha para formação de renda, e o plantio de roçado para a subsistência.

O retorno para o Brasil ocorreu pelo assombro com o massacre de El Povenir, em 2008. Nesse momento, Rosemira ficou com receio dos bolivianos “botarem eles no mato”. Saíram de lá “[...] sem direito de tirar nada, coisa assim, de plantação, de criação”. Desde então, passaram a migrar pelas cidades brasileiras: “[...] (ficou) mais difícil para a gente, não tínhamos onde morar. A gente achou ruim, porque lá a gente trabalhava normal, tinha o que comer todos os dias, dali de dentro mesmo. Depois que a gente saiu de lá, sentiu muito difícil, principalmente porque ficamos sem moradia”.

Nesse ínterim, Ivanildo conseguiu “apenas alguns bicos como servente de pedreiro”, o que não lhe garantiu renda o suficiente para a subsistência da família, tendo que se amparar na solidariedade dos vizinhos. Ao não conseguir pagar o aluguel da casa onde morava, no município de Senador Guiomar, foi alvo de despejo e pernoitou na praça da cidade durante dois dias.

Mudou muito, porque aqui a gente tem que ralar mesmo para não deixar faltar. A gente não pode comer carne todo o dia por falta de costume. Lá no mato não, só não comia todo dia se não tivesse coragem de ir para o mato, mas graças a Deus, que tinha bastante caça. Tinha porco, tinha umas galinhas para comer. Já aqui, eu estava vivendo essa vida de aluguel esses tempos todinho, com sacrifício, para cima e para baixo, mas pra todo que eu ando, eu vendo as minhas criações, mas sempre fico com um casal de galo e de galinha, eu vendi vinte cabeças, numa chulapada, depois dezessete, tudo grande. Setenta e poucos pintos, franguinho quase tudo pronto para comer. Porque a gente é obrigado a vender. Porque vive de aluguel para cima, e para baixo. Não dá para levar bicho para cima e para baixo, como a gente vive. Criando bicho que a gente gosta [...]. Desde quando saímos de lá, nós vivemos assim, de cima pra baixo, hoje nós estamos aqui, amanhã estamos mais na frente, e é direto assim, e fica até difícil. Essa minha menina ai (aponta para sua filha), ela já tem doze anos, ai onde nós chega eu boto pra estudar uns dias, quando dá um tempo temos que tirar [...] Ae fica difícil.. eles já estão bom de escola, essa menina, esse menino, o outro meu, aquele dali! Eu só tenho um na escola, só que ele não tá comigo não, ele tá estudando [...] ele ficou lá com o professor estudando [...]. Para mim, cidade fica

muito difícil, porque a minha família é bastante grande, então eu me interessava muito uma área para eu trabalhar. Uma área para eu comer e beber dali de dentro. Sem precisar, se eu quiser comer uma galinha, não precisar comprar do vizinho. Se quiser uma macaxeira, não precisar comprar. Alguma batata, alguma coisa [...] sem precisar comprar de vizinho para a gente comer.

Diante da situação descrita, a família foi informada de que alguns lotes do Projeto de Assentamento do Triunfo, em Plácido de Castro, seriam destinados aos seringueiros irregulares da Bolívia. Dessa forma, se dirigiram para o lugar e acamparam. Logo no segundo dia de ocupação, uma equipe do INCRA se dirigiu ao local e os alertaram da situação de ilegalidade da família e que, no caso de persistência, seriam adicionados “numa lista negra”, que impossibilitaria a consignação de qualquer área pelo INCRA. Contudo, a equipe ficou sensibilizada com a precariedade dos entes e cedeu o barracão de apoio das obras das casas para que a família morasse (Figura 8).

Figura 8 – A família de Ivanildo e Rosemira



Legenda: A família de Ivanildo e Rosemira em frente ao barracão cedido pelo INCRA (Plácido de Castro, AC.).
Fonte: o autor, setembro de 2010.

O primeiro choque dos camponeses com o contexto urbano é o fato de ter que se adaptar num modo de vida amparado nas trocas monetárias. A declaração: “[...] aqui, tudo tem que comprar/pagar [...]” foi recorrente durante a pesquisa de campo. Ela se referiu a todos os tipos de necessidades, seja para a alimentação, para moradia, e até lazer, situação bastante diferente daquela vivida até então.

Olha, é ruim, por causa lá (Bolívia) algumas coisas ficam mais fácil, tipo plantar legume, tudo na terra lá dá. aqui tudo que você quer, tem que comprar (Evaldo de Souza Lopes, Plácido de Castro, AC.).

Aqui tudo é comprado. E aí não tem como. Se a gente tivesse como comprar terras no Brasil era bom, né? (Francisca Pinheiro de Lima, Brasília, AC.).

Se acontece alguma coisa, a gente fica com a mão na cabeça. Se alguém fica doente, não tem o que vender. Só se vender a casa, ficar embaixo da chuva. Quando tinha castanha, essas coisas, quando tinha um gadozinho lá, só chegar aqui, vender uns dois garrotes (...). Eu sou uma pessoa que não gosta de ser ameaçado. Eu não gosto de ameaçar ninguém, graças a Deus (Getúlio Rodrigues de Araújo, Plácido de Castro, AC.).

Os trabalhos disponíveis são poucos, na maioria das vezes empregos temporários de limpeza e brocamento de terrenos para a implantação de lavouras, pagos no sistema de diárias, no valor de 20 a 30 reais. As mulheres dizem que têm menores oportunidades de emprego e que devem ficar em casa para tomar conta dos filhos. Os auxílios governamentais, como a Bolsa Família, é parte substancial e fundamental na complementação da renda.

A violência e a intranquilidade na cidade é uma preocupação bastante lançada. Ao contrário da casa na Bolívia, o seu Pereira, quando pernoita em Plácido de Castro, dorme com porta e janelas fechadas, inseguro: “[...] aqui a gente tem medo de um ladrão, de alguma coisa. Qualquer toada a gente fica nervoso, lá não. Fecha o quartinho e vai dormir. Acorda às quatro horas para tomar um café, senta lá na cozinha, bebe, toma, faz um prato de comida, come e vai trabalhar”, diz seu Pereira.

Lá muitas casas nem porta não tem, tudo aí tranquilo (Vanderlei Pinheiro de Lima, Plácido de Castro, AC.).

Outra questão que causa estranhamento é falta de privacidade na relação com a vizinhança. Maria das Graças acredita que não irá se acostumar com o barulho dos vizinhos e das ruas. Ao mesmo tempo, sente-se sujeitada por não poder criar animais para abate e compara com a realidade que tinha na Bolívia:

(...) lá (na Bolívia) não tem cerca de arame, divisão com vizinho, e a gente passa as estradas, de um lado passa a dele, do outro lado passa a minha, essa é a divisão, não essa briga, essa cerca de arame, e nem autoridade para dizer: isso aqui é teu, lá mesmo nós medimos uns com os outros, sem problema nenhum, e assim a gente vai botando a nossa vida lá dentro.

A súbita mudança na alimentação foi um dos elementos de estranhamento mais citados pelos entrevistados, primeiramente num aspecto cultural e, por conseguinte, pelo aspecto econômico. Sob o primeiro âmbito, a principal reclamação incide sobre o sabor das carnes das carnes de bois e galináceos, “enxertados de hormônios que dão aquela dor de

barriga”. Por conta dessa dificuldade, param de comer carne e usam ovo para a restituição proteica.

Eu fui criada na floresta, eu gosto de carne da mata, da floresta (Maria Zilda da Silva, Plácido de Castro, AC.).

Hoje mesmo eu estava reclamando disso. Que essa carne do boi, um dia eu como dela, outro dia eu não como (Raimundo Manoel de Lima, Plácido de Castro, AC.).

Ah, a comida era boa, caça do mato que eu gosto muito. Aqui eu compro sete reais de carne, dura quatro, cinco dias aí. Todo mundo enjoa. Carne de boi lá, eu criava sessenta e seis cabeças de gado. Às vezes quando eu ia brocar, fazer um trabalho de ir na roça, não era toda a vez. Mas às vezes quando eu caçava e matava um garrote daqueles de um ano e pouco, eu matava. Aqui é carne de boi, todo o dia, todo o dia, eu não quero mais não. Carne enjoa meu amigo, eu passo sem vários dias, eu como ovo com arroz aqui. Lá era carne, era peixe, mesmo porco, era macaxeira, leite com castanha, uma comida que a gente gostava lá da mata, caça da mata com castanha, assim. Coisas que a gente acostuma, assim eu estou te falando (Getúlio Rodrigues Araújo, Plácido de Castro, AC.).

Os depoimentos demonstram que a cidade é percebida de diferentes maneiras pelos entrevistados. Porém, em nenhum momento aparece uma aspiração pessoal e de trabalho sob as condições urbanas, visto que a cidade se apresenta como um não lugar, um espaço que requer uma radical alteração do posicionamento identitário e que tem o potencial de submetê-los a um quadro de despossessão. Nesse sentido, a colocação na Bolívia serve como referência na diferenciação dos requerimentos entre o meio urbano e rural.

Durante a pesquisa de campo, foi raro encontrar entre os entrevistados alguém que tivesse o domínio sobre a leitura e sobre a escrita, algo que eles consideram fundamental para se viver na cidade. Isso sem considerar a fala e os modos diferentes entre os lugares. Aqueles que possuem mais idade pressentem que não terão condições de conseguir um trabalho na cidade que lhes acolham, como o seu Pereira, com 57 anos, que questiona “se o cara que olhar a sua cabecinha branca vai lhe dar um emprego”.

Uma das poucas referências positiva em relação à cidade é a proximidade de alguns serviços públicos, como os de educação e saúde. A educação para os filhos é visto como um meio de findar as trajetórias de idas e perdas das quais sofreram. A seguridade na saúde é entendida como importante, porém, ainda persiste o temor que seja necessário dispor de mais dinheiro devido à precariedade do aparelho público: “[...] Se acontece alguma coisa, a gente fica com a mão na cabeça. Se alguém fica doente, não tem o que vender. Só se vender a casa, ficar embaixo da chuva. Quando tinha castanha, essas coisas, quando tinha um

gadozinho lá, só chegar aqui, vender uns dois garrotes [...]” (Getúlio Rodrigues de Araújo, Plácido de Castro, AC.).

Em vez de ser o produto de uma deliberação autônoma, fundamentada na vontade de levar uma vida urbana, o exílio autoimposto não é senão, muitas vezes, o final inelutável de uma série de abdições e derrotas. Já qualificados no mundo urbano como um problema social, e situados dentro de um quadro de inércia institucional, são ainda mais precarizados pela falta de resposta a um mundo dos quais não estão preparados. Tal situação tende a realçar o estigma, “[...] essa emoção autodestrutiva [...]”, que aparece quando os vulneráveis se observam sob a ótica daqueles que o oprimem, ou seja, “quando são forçados a vivenciar os seus próprios modos de pensar, de sentir e de se comportar como degradados e degradantes” (CODATO e MORAES, 2006, p. 19).

Porém, não é possível afirmar que o urbano seja a única fonte de incertezas. Uma leitura superficial do processo, poderia se afirmar que as problemáticas instauradas pelo contraste entre o urbano e rural se resolvam quando se efetivar, em sua totalidade, o plano de reassentamento dos camponeses no Brasil. Contudo, as peculiaridades do grupo estudado evoca o esmiuçamento do projeto.

3.2 Plano de ação para o reassentamento no Brasil

Uma articulação entre os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) traçou um plano de ação para o traslado dos camponeses brasileiros ao seu país de origem. O INCRA, braço institucional do MDA, ficou responsável pela disponibilização de terras e apoio técnico e financeiro para o reassentamento. Hildebrando Veras, técnico do instituto e um dos responsáveis pelo projeto, apresentou as ações e etapas antevistas pelo plano.

O técnico Hildebrando confirmou as atribuições da OIM previstas no acordo binacional, como o diagnóstico da situação e assentamento das famílias na Bolívia. Segundo ele, o projeto do INCRA antevê 550 famílias com preferência de reinserção ao Brasil, conforme apurado pelo consulado itinerante do Brasil na Bolívia, em 2009. Segundo esses dados, apenas 5 famílias primaram pela inserção ao interior do território boliviano.

Para obter as áreas necessárias, o INCRA está promovendo desapropriações de terras improdutivas, conforme Lei nº 8.629, de 1993. Também prevê a aplicação do Decreto 433, de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

O Plano prevê casas de alvenaria de 40m² com dois quartos, sala e cozinha em colônias de 10 a 15 hectares, as quais se encontram próximas de ramais. Além disso, prevê recursos na ordem de R\$ 3.200 em crédito para compra dos utensílios de trabalho e para alimentação. O apoio financeiro não seria oferecido diretamente aos contemplados, mas sim através de um grupo de trabalho do INCRA. As indicações dos dados do consulado permitiram o esboço de um plano de assentamento até o final de 2010, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Plano de assentamento do INCRA-AC.

Assentamento Previsto	Município	Nº de Colônias
PAE Santa Quitéria	Brasiléia	01
PA Baixa Verde	Senador Guimar	01
PA Tupá	Xapuri	05
PA Triunfo	Plácido de Castro	86
PDS Porto Carlos	Brasiléia	100
Fazenda Campo Alegre e Permissão I, II, III	Capixaba	180
Fazenda Canari	Distrito de Bujari	177
Total de colônias		550

Legenda: Áreas propostas para o assentamento dos camponeses, e sua distribuição conforme o município. Fonte: Tabela produzida pelo autor, a partir de dados fornecidos pela Superintendência do INCRA/Acre, setembro de 2010.

Com esse fim, entraram em processo de desapropriação as fazendas Campo Alegre e Nova Promissão I, II e III. Ambas estão localizadas no município de Capixaba, e somadas possuem aproximadamente nove mil hectares. Além disso, estão previstos mais cem lotes no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Carlos (em Brasiléia), e cerca de noventa lotes no Projeto de Assentamento (PA) Triunfo (em Plácido de Castro). Outros projetos de assentamentos do INCRA já consolidados deverão ser objetos de ocupação.

Ao mesmo tempo, foi negociada a compra da Fazenda Canari, localizada no distrito de Bujari, distante vinte e cinco quilômetros da capital Rio Branco. A referida propriedade possui área de 15.234 hectares e foi avaliada em cerca de 32 milhões. Porém, após análise de domínio, descobriu-se que ela possuía 5.817 ha em terras devolutas de propriedade da União. Diante da resistência do proprietário em perder a parte em litígio, existe a possibilidade de um longo imbróglio judicial, o que forçou um ajuste no cronograma originalmente apresentado pelo INCRA, que previu o término das ações de reassentamento em dezembro de 2010.

O técnico do INCRA afirma que a maior preocupação por parte da Superintendência⁵⁴ está relacionada “[...] às formas do uso dos solos por grupos tradicionalmente extrativistas, que deverão se adaptar a uma área menor [...]”. Com exceção do PA Tupá, localizado em Xapuri, todos os lotes são limitados até quinze hectares.

Também explica que a distância dos projetos de assentamento em relação às áreas antes ocupadas se apresenta como tema para a aversão dos camponeses ao plano de reinserção no Brasil. Outra razão que dificulta a concordância entre os entes está ligada à existência de médias e grandes fazendas de brasileiros, voltadas à criação de gado em território boliviano, próximo do município de Capixaba. A impossibilidade de indenização e de áreas com dimensões que permitam a inserção do rebanho existente, também emperram as negociações para a legalização desse grupo. Nesse meio tempo, foram proferidas ameaças sobre o uso de armas de fogo, caso incida a desapropriação forçada por parte das autoridades bolivianas.

O técnico Hildebrando esclarece que o último acordo previa a remoção das famílias até o final de 2010. Porém, esse prazo não seria cumprido devido ao atraso no processo de desapropriação, compra de áreas, e construções das casas. Nesse sentido, acredita que será necessária uma nova negociação entre o Itamaraty e o governo boliviano, conforme narra:

No novo acordo teríamos até o final desse ano para trazer essas famílias, mas isso já está sendo negociado, tivemos contratempos para a compra de uma área [...] e o Itamaraty já está pensando em prorrogar o acordo ou contar com outra ação que seria um convênio com o governo do Estado para estar abrigando o pessoal até que as etapas sejam cumpridas. Para trazer os brasileiros será necessário realizar uma força tarefa, envolvendo governos federal e estadual, receita federal, polícia federal, Ibama e outros. Para que isso? Para construir um alfandegamento provisório na área de fronteira. Para que o cara possa trazer a criação dele, trazer as coisas que ele pode transportar, e aí a gente tem fazer essa barreira na fronteira para dar passagem a pertences de brasileiros.

A realização de uma força tarefa, mencionado pelo técnico do INCRA, é igualmente destacado pelo vice-cônsul do Brasil na Bolívia, Eustáquio Almeida de Souza⁵⁵. Segundo o diplomata, é imperativo que haja um esforço coletivo entre as instituições para permitir o traslado dos camponeses ao Brasil, sem o comprometimento de sua legalidade e transtornos de outras ordens no país que acolhe. É exemplo dessa atuação coletiva, o cuidado

⁵⁴ A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Acre

⁵⁵ Depoimento coletado em setembro de 2010, na cidade boliviana de Cobija.

da Vigilância Sanitária com os animais que acompanham as famílias e, o impedimento pela Polícia Federal do tráfico de armas de fogo, comuns entre os seringueiros da mata boliviana.

Além da adequação aos prazos, cogita-se uma nova contabilização das famílias desamparadas. Segundo Hildebrando, o próprio Itamaraty reconhece que os dados coletados pelo consulado são inconsistentes, em virtude da presença em lista de extrativistas itinerantes que não se enquadrariam no perfil dos vulneráveis, que possuem residência fixa no país vizinho. Consta que, no momento em que a contabilização da OIM indicava 414 famílias, foi feito a correlação entre as listagens e apenas 83 nomes coincidiram.

Para todo efeito, a relação apresentada pela OIM está sendo considerada mais próxima da realidade. Para a readequação do plano, a Superintendência aguardará os resultados do novo censo, realizado no mês de setembro de 2010.

3.2.1 A configuração do lugar

Ao final da entrevista na sede da Superintendência em Rio Branco o representante do INCRA disponibilizou a lista com os nomes dos agricultores que foram fixados pelo INCRA, bem como seus respectivos assentamentos. Até setembro de 2010 foram assentadas 10 famílias, conforme a Tabela 4 apresenta.

Tabela 4 – Famílias assentadas até setembro de 2010.

Projeto de Assentamento	Localização (município)	Assentados
PA Triunfo	Plácido de Castro	01
PDS Porto Carlos	Brasiléia	05
PA Tupá	Xapuri	02
PA Santa Quitéria	Brasiléia	01
PA Baixa Verde	Rio Branco	01
Total de projetos		10

Legenda: Número de famílias assentadas até setembro de 2010, distribuídas entre os Projetos de Assentamento, e os seus respectivos municípios. Fonte: Tabela produzida pelo autor, a partir de dados fornecidos pela Superintendência do INCRA/Acre, setembro de 2010.

O acesso à informação possibilitou ao pesquisador o acesso a dois projetos de assentamento: o Projeto de Assentamento do Triunfo, no município de Plácido de Castro e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Carlos, em Brasiléia. Em ambos os casos foi possível coletar depoimentos dos agricultores assentados, resultado que será explorado adiante. Em perspectiva distinta, pretende-se apresentar aqui algumas

considerações socioambientais referentes às imagens dos locais, e outras informações consideradas pertinentes.

O PDS Porto Carlos está localizado a sessenta quilômetros do perímetro urbano de Brasília. Em 2009, a Fazenda Esperança (parte do antigo Seringal Porto Carlos) foi desapropriada e sua área, com cerca de 3310 hectares, foi incorporada ao assentamento para introduzir os ‘brasivianos’.

Trata-se de uma área cortada pela da BR 317, no trecho pavimentado que interliga Brasília a Assis Brasil. A maior parte da área é forrada pela vegetação do tipo “braquiária”, e por outros capins comumente utilizados em pastos para a criação de gado e outros rebanhos, conforme ilustrado na Figura 9.

Figura 9 – Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos



Legenda: O PDS Porto Carlos é próximo de uma estrada pavimentada, com acesso à Brasília, maior cidade da região. Fonte: o autor, setembro de 2010.

Na figura 10, podemos observar que na área do PDS Porto Carlos possui uma porção de mata nativa preservada, porém, há informações de que essa área será derrubada para os fins de assentamento (dado não confirmado pelo INCRA). Os ramais que separam os lotes e interligam as colônias não são pavimentados.

Figura 10 – Características ambientais do PDS Porto Carlos



Legenda: Porção com mata preservada e o ramal que interligam as colônias do PDS Porto Carlos à BR 317. Fonte: o autor, setembro de 2010.

A visita ao campo confirmou a declaração do INCRA de que as casas estavam sendo construídas. A falta de árvores ao redor da moradia de um dos nossos depoentes (Figura 11), e das demais construções, é um aspecto que chama bastante atenção. Observou-se também o emprego de telhado de fibrocimento (conhecida como *eternit*), o que aumenta a sensação de calor dentro das casas, e depõe contra o conforto climático da casa, numa região em que a temperatura é alta em grande parte do ano.

Figura 11 – Casa do Assentamento Porto Carlos



Legenda: Padrão das casas do assentamento do PDS Porto Carlos. Fonte: o autor, setembro de 2010.

O Projeto de Assentamento Triunfo, localizado a sessenta quilômetros de Plácido de Castro, possui aproximadamente 12.350 hectares, dos quais apenas 2.000 hectares estão em mata nativa. As casas construídas pelo INCRA se destacam ao longo do acesso da estrada pavimentada AC-040.

As edificações destinadas aos camponeses repatriados são muito parecidas com as encontradas no PDS Porto Carlos. Em construção, essas casas estão localizadas em lotes de grande descampado, onde a vegetação predominante é composta pelo capim braquiária (Figura 12). Não foi possível identificar cursos d'água na região.

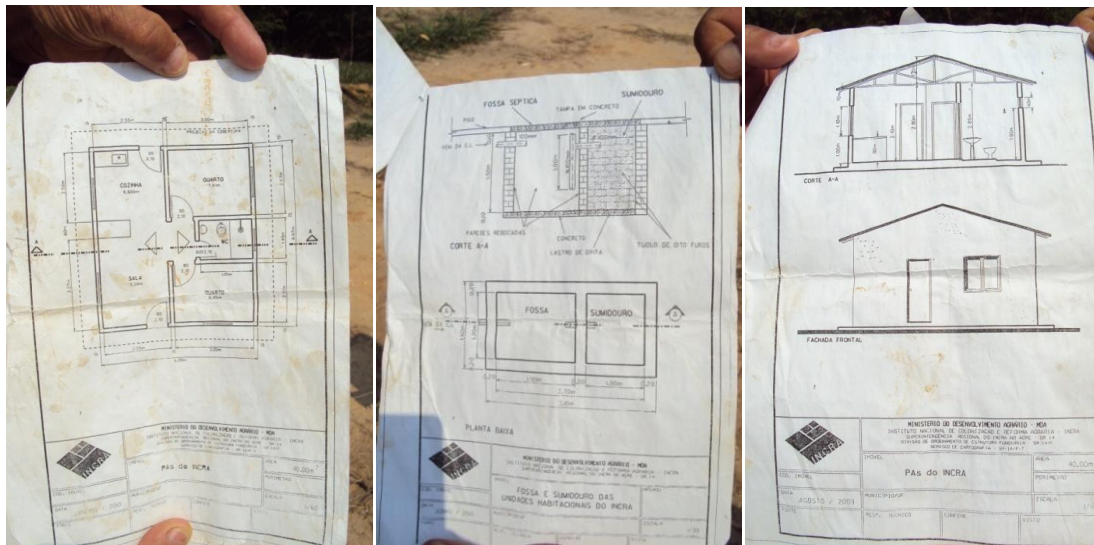
Figura 12 – Plano de Assentamento Triunfo.



Legenda: Áreas destinadas às colônias agrícolas e às casas dos repatriados no PA Triunfo, em Plácido de Castro. Fonte: o autor, setembro de 2010.

No ato da visita à área foi possível ter uma breve conversa com os funcionários que trabalhavam nas edificações. Eles indicaram que a água utilizada para a construção era trazida por caminhões pipas, reservadas em cisternas móveis, que poderiam servir também para armazenar a água das chuvas. Nesse encontro, foi possível fotografar a planta utilizada (Figura 13), e a disposição da casa no meio da colônia (Figura 14).

Figura 13 – Plantas para a edificação das moradias



Legenda: Disposição dos cômodos das moradias construídas. Fonte: o autor, setembro de 2010.

Figura 14 – Casa não terminada



Legenda: A moradia ainda em construção aparece destacada em meio à vegetação rente ao chão. Fonte: o autor, setembro de 2010.

A partir da planta da casa, pode-se confirmar a projeção das casas em quarenta metros quadrados. A iniciativa da construção da fossa séptica e do sumidouro pode minimizar os impactos ocasionados pela ausência de estruturas de saneamento, como o serviço de abastecimento de água e o recolhimento esgoto, ora inexistentes, na região. Além disso,

existem alguns sinais prévios de degradação, como a presença de cupinzais e pequenas erosões na área ofertada aos camponeses.

3.2.2 Considerações sobre a precariedade das soluções de assentamento no Brasil

Segundo dados apresentados pelo INCRA, até setembro de 2010 foram repatriados e assentados apenas dez famílias camponesas predispostas a retornar ao Brasil. Considerando que as primeiras notificações incidiram entre os anos de 2006 e 2007, foram necessários no mínimo três anos para assentar menos de 2% do total pretendido. Tal fato evidencia a precariedade e a letargia das instituições, da legislação, e do aparato jurídico responsável pelo acesso à terra a pequenos agricultores.

A possibilidade do emprego dos dados da OIM para direcionar as ações do INCRA é uma hipótese que deve ser reavaliada, pois desconsidera os agricultores que retornaram ao Acre sem o aporte institucional do governo brasileiro, isto é, retornaram por si só. É evidente a necessidade de medidas de acompanhamento dessas famílias já inseridas no Brasil, para que as mesmas não fiquem sujeitas à própria sorte, numa vulnerabilidade maior do que aquelas que estão sendo acompanhadas pelo INCRA. Contudo, não foi mencionada pelos entrevistados nenhuma ação nesse sentido.

As instituições envolvidas com o reassentamento deveriam, a nosso ver, manter um permanente apoio e acompanhamento às práticas produtivas. É compreensivo que a adaptação ao novo ambiente, tão diferente àquele encontrado na fronteira boliviana, aonde estavam há anos inseridos, aconteça num processo longo e doloroso. Os saberes tradicionais acumulados em torno daquele outro ambiente e ao longo das gerações podem se mostrar insuficientes diante do novo quadro socioambiental.

É significativo registrar que a PA Triunfo está localizada em uma região de alto valor imobiliário de Plácido de Castro, visto sua proximidade com uma estrada pavimentada, o que a difere da maioria das propriedades rurais com as mesmas proporções na região. Contudo, uma eventual desmotivação no cuidado das terras, em virtude do despreparo ou desassossego, somado à pressão pela venda, pode incidir no abandono da colônia.

Nesse sentido, é firmado um duplo impasse: ao mesmo tempo em que são ‘convidados’ a se retirar do lugar onde vivem há décadas, no Brasil não são apresentadas condições territoriais para a sua reinserção enquanto camponeses ligados à floresta. A

inviabilidade do território em condições apropriadas, incide na inexequibilidade do exercício das estratégias empregadas nos termos das relações, da sobrevivência, do conteúdo emocional e identitário: do ser camponês.

3.3 A descamponesização e o não pertencimento à colônia

No início de sua carreira de pesquisador, Pierre Bourdieu etnografou as desventuras de camponeses da Argélia e do Béarn, entre as décadas de 1950 e 1960. No artigo intitulado “A dominação colonial e o saber cultural”, Bourdieu e Abdelmalek (2006) discorrem sobre a apropriação de terras dos camponeses argelinos como estratégia militar francesa para desmobilizar o apoio popular à guerra de libertação da Argélia. Nesse passo, o território em disputa foi disciplinado e reorganizado à forma de desestruturar o modo de vida camponesa, gerando um “sujeito social antinômio”, elaborado em um jogo de tradições rurais em vias de se extinguir e que, por isso, não havia ainda incorporado o *ethos* apropriado ao modelo imposto pelas forças coloniais e pela expansão do modo de produção capitalista. O resultado desse desencaixe foi “[...] a adesão desiludida a um *tradicionalismo de desespero*, que reproduz e amplifica o desencaixe anterior” (CODATO e MORAES, 2006, p. 10).

No caso dos estudos de Béarn, Bourdieu estudou as repressões de práticas tradicionais que vieram a desestruturar o juízo que o camponês tinha de si. Dentro da política de Estado, entre outras vias, eram “desclassificados no nível de sem cultura, em nome de um universalismo centralizador que outorgava o monopólio de legítimo da cultura” (CUNHA, 2007, p. 09).

O orgulho de si, ligado ao desprezo pelo morador da cidade, coexiste dentro dele, senão com a vergonha de si, pelo menos com uma aguda consciência das suas deficiências e de seus limites. Se tomam o morador da cidade como alvo de ironia sempre que podem, isto é, quando estão num grande grupo, ficam embaraçados, incomodados e respeitosos quando se encontram com eles face a face. Não será significativo que as piadas mais apreciadas tenham como tema a falta de jeito e as coisas ridículas do camponês e, sobretudo, do camponês entre os moradores da cidade? (BORDIEU, 1962; 2002, p. 105-106⁵⁶ apud CODATO e MORAES, 2006, p. 09).

Segundo Bourdieu, os dois movimentos de imposição, seja pela força ou pela aculturação, arrolaram “uma crise de identidade pessoal e coletiva, onde a condição camponesa passa a ser um sacrifício autoimposto ou aceito ora com resignação, ora com

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. *Études rurales*, n. 5-6, p. 32-136, 1962.

desespero” (CODATO e MORAES, 2006, p. 09). O autor denominou tais contextos de submissão e sujeição como processos de “descamponesização”.

Os conflitos identitários relativos à desterritorialização de brasileiros na fronteira brasileira parecem seguir na esteira de análise de Bourdieu e Abdelmalek (2006) e Bourdieu (2006 apud CODATO & MORAES, 2006). A partir dos depoimentos dados pelos sujeitos de estudo, é possível afirmar que antes da aplicação da lei de segurança existia um senso de normalidade. No momento em que a lei veio à tona e incutiu no imaginário social que o lugar seria outro, infiltrou também a necessidade de alteração do *ethos* entre os sujeitos. O novo lugar, qualquer seja a escolha, vai interromper a forma de fixação e a possibilidade de manter um padrão de rotina como no lugar que se defaz, requerendo a desconstrução do *habitus*. Dessa forma, a rotina desaparecerá, e no lugar dela só haverá incertezas. Na conformação do quadro de vulnerabilidade, inexistem o domínio das normas, experiências, linguagens, nem outras questões que serão requeridas no outro lugar. Não existem dúvidas sobre o requerimento, mas incertezas em relação à resposta dessas expectativas (ADGER, 2006).

Para os expatriados, os assentamentos anunciados pelo INCRA representam o último recurso para manter viva a sua territorialidade enquanto camponês e também consistem no espaço de refúgio das pressões, dos dissabores e das ameaças enfrentadas no território boliviano, ou na cidade. Esse juízo fez com que todos os entrevistados se cadastrassem na lista de espera da Superintendência do INCRA, conforme demonstram os depoimentos a seguir:

(Vocês deixaram o nome no INCRA?) Eu coloquei. Só não sei, porque já me disseram que só ganha quem estiver morando lá. (E se a senhora conseguir ganhar a colônia, o que a senhora faria?) Fazer o que é para fazer, plantar, criar. Tudo o que a gente precisa. Plantar feijão, plantar arroz, planta a roça. A gente vai vivendo. (Francisca Pinheiro de Lima, Plácido de Castro, AC.).

(O senhor tentou a inscrição no INCRA?) Tenho o meu nome inscrito no INCRA. Já veio o nome da lista de quem ganhou a colônia, apareceu o meu nome na lista, mas até agora essas terras não apareceram. Se as colônias vir, eu prefiro lá (do que na Bolívia). (Por que?) Porque eu acho mais melhor, a gente pode plantar, pode criar. O meu negócio é criar. Plantar, ter o legume da gente, lá eu criava galinha, porco e tinha um casal de gado. Uma vaca e um garrotezinho. E uma égua também. (Francisco Ferreira de Oliveira, Plácido de Castro, AC.).

Eu assinei o meu nome logo que cheguei aqui. Eles disseram que iriam abrir uma colônia para nós, um terreninho no rumo do Olho D’água. Mas já ouvi falar que já fizeram a casa e deram para outros, Não foram para os primeiros que estavam na lista. (E o senhor pediu terra para o INCRA? O que pretende?) Fiz. Vou trabalhar na agricultura. Aquilo que vai ter é isso, trabalhar na agriculturazinha (Francisco Chagas da Silva, Plácido de Castro, AC.).

Porém, a opção pelas colônias está vinculada com um sentimento de resignação, ainda desfavorável ao projeto de futuro anterior às expropriações. Nesse caso, os camponeses, dentro do complexo de relações com o meio, organizam um emaranhado de classificações sobre o “lugar que era” e o “lugar que está por vir”, assinalando peculiaridades relativas ao solo, ao clima e à vegetação, assim como, apontando os requerimentos e as expectativas de adaptação ao novo lugar. Os sujeitos destacam os interesses produtivos e econômicos, e também, as relações simbólicas que os vinculam à terra, parte integrante do ser.

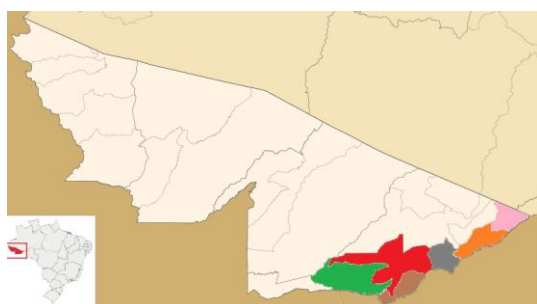
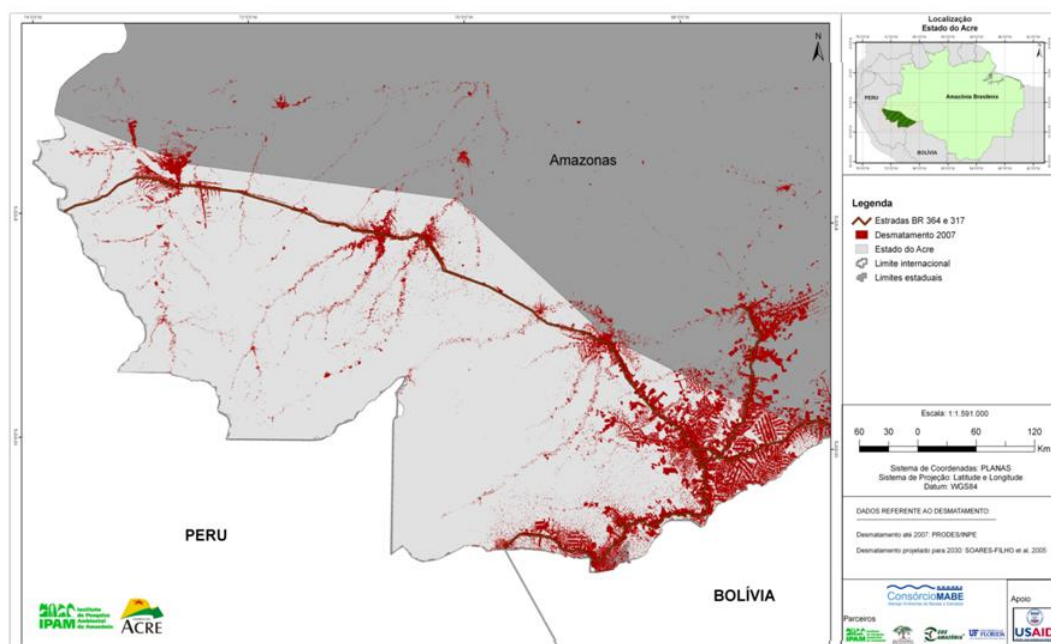
Dessa forma, é possível considerar duas categorias distintas que compõem o jogo de alteridades que incide sobre a identificação do camponês extrativista: a colocação na Bolívia (ou “as terras do lado de lá”); e as colônias (“terras do lado de cá”).

Inserida no contexto das terras do lado de lá, apresenta-se uma poção da floresta amazônica preservada. A paisagem relatada é de uma terra com grande diversidade animal e mata densa, possível de se penetrar apenas por trilhas perpetradas pelo homem, como é o caso das estradas de seringa. O deslocamento em grandes distâncias só é possível através de barcos pelos rios e igarapés, dependendo de estações de seca e cheia. É considerado um lugar fresco, devido à umidade do ar e à sombra das grandes árvores.

Por outro lado, as terras de cá mantêm pouco da mata nativa. A ocupação da atividade agropecuária na região aconteceu de maneira desordenada, determinando impactos ambientais significativos, como processos erosivos, assoreamento de rios e a possibilidade de contaminação de rios e do lençol freático por agrotóxicos e pela disposição inadequada de dejetos. Durante o período da pesquisa, foi comum a incidência de uma paisagem nebulosa ao amanhecer, devido às queimadas praticadas à noite para a confecção de pastagens durante o período de estação seca.

Tal situação é confirmada no levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. A região da fronteira sul acriana, a mesma impactada com o processo de deslocamento compulsório dos camponeses, é onde ocorreu a maior incidência de desmatamento no Acre no ano de 2007, conforme aponta o comparativo dos mapas abaixo (Figura 15).

Figura 15 – Comparativo espacial entre a incidência das queimadas e os municípios da fronteira



Legenda: É importante notar que o registro de queimadas no Acre coincide com os municípios fronteiriços mais impactados com o processo de desterritorialização: Acrelândia (rosa), Plácido de Castro (laranja), Capixaba (cinza), Xapuri (vermelho), Epitaciolândia (marrom) e Brasiléia (verde). Fonte: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2007.

Na Bolívia, a escolha da terra a ocupar se vinculava a uma rede de saberes sedimentada através de gerações. Se existia uma predisposição de trabalhar com a castanha, se buscava uma área rica das árvores dessa espécie. Caso ansiassem por uma plantação de milho, procurava-se o solo com a melhor tipificação para esse tipo de cultura, amparada pela proximidade maior ou menor de um curso d'água. O intuito da preservação da mata é um forte aspecto dessas comunidades, pois se entende que “[...] as queimadas devem ser pequenas”, apenas para promover uma área de plantio, com cuidado para não queimar as árvores que provêm a renda da família. O roçado, o pasto e as benfeitorias eram feitos de acordo para não prejudicar nenhuma vertente, porque se “[...] se botar em uma nascente ela seca. Não se deve prejudicar uma nascente [...]”. Também é importante resguardar alguns tipos de vegetação nativa, que servem como alimentação de alguns animais da mata, importantes para a caça.

A diferença é que lá é frio. É fresquinho de ficar na floresta, é fresquinho. Por que lá no meu campo eu tinha gado, eu não ia deixar para eles (bolivianos), o campo lá era

pequeno, porque eu desmatava pouco. Eu sempre dizia para o meu velho: olha não vai desmatar muito, eu não quero morar num lugar muito desmatado, porque eu acho triste, eu não gosto. porque eu nasci e me criei na floresta, eu não vou querer morar num lugar tudo desmatado, aquela quentura, eu não gosto. Não gosto não. Se eu conseguir essas colônias, que não sei como é, mas eu vou fazer plantação de fruteira, essas coisas, para viver no arejado. eu não quero ficar na quentura (Maria Zilda da Silva, Plácido de Castro, AC.).

Em contraste, não há a liberdade de escolha das colônias. A distribuição será feito por listagem, sem maiores cuidados com as especificidades e os anseios das famílias. Consta que “[...] deve-se acatar de bom grado a área oferecida. [...] É demarcado o que é seu, o que é do vizinho, apenas dez hectares de um campo muito mais limpo que na Bolívia”. Enquanto a terra na Bolívia é considerada fofa e virgem, e úmida quando perfurada, as áreas no Brasil são avaliadas como seca, “[...] calcada(s) pelo cavalo, pelo sol que bate e sapeca tudo” e pobre em nutrientes. Nesse sentido, será necessário fazer correções e adubação no solo.

Segundo Wortmann (2009, p. 119), no mundo camponês existe uma reverência quanto aos alimentos que a terra tende a produzir, sem “[...] forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação, isto é, não deve ‘corrigir o solo’, como a natureza pudesse estar ‘errada’. O sitiante como que dialoga com a terra, avaliando o que a terra quer produzir, o que ela quer dar”. O depoimento do Sr. José Nogueira da Silva segue rumo à interpretação apresentada pela autora:

(Quais as agriculturas o senhor imagina que é possível nas colônias?) Se não for tão pequena as terras, porque eles tinham garantido que seria de vinte hectares a quarenta, mas segundo o que a gente ouve falar que é de dez. Dá para criar galinha, criar um porquinho, se for uma terra boa, se não for boa não dá bom produto. (O que é terra boa?) É aquela terra que tem força para o legume, sem ter adubo, porque o adubo já é aquela coisa que já vem a ofender o organismo da gente, o corpo. Porque hoje a carne de boi ofende muito, né? Porque tem muito antibiótico, vacina que antigamente não tinha, agora você come uma carne dá uma dor de barriga. E é muita gente que se queixa disso. E o povo diz que é a vitamina que eles põem, que eles aplicam. O boi cresce antes da hora. Se tiver uma terra boa não precisa disso. Para nós que mora fora assim, o melhor adubo é o fogo. Você toca fogo na área que vai plantar e aquela terra chega (...). Apesar que isso é proibido agora né? Mas a gente só colocava no pedaço de roça para não queimar as castanhas [...].

A disponibilidade de água em boa qualidade é farta nas colocações. Para o camponês, os rios e igarapés não possuem um sentido estritamente econômico, é também fonte de subsistência e de lazer por conta da pesca. E lá que se toma banho, onde se lavam as roupas e as crianças brincam.

Em contraposição, existe um contexto de escassez dessa fonte nas colônias, vide o caso do PA Triunfo, onde não existem cursos de água próximos. Os proprietários das

colônias ao redor da área onde será implantado o assentamento têm dificuldades de escavar poços, devido à escassez de lençóis freáticos. Nos bairros da periferia de Plácido de Castro, a água é disponibilizada pelo sistema de distribuição somente pela manhã, contexto que é observado pelos camponeses e tido como um fator que dificultará o trabalho nas colônias.

Isso que estou falando, se for uma colônia que tenha água, tudo bem. Agora se for um lugar seco, que o carro tá levando água para lá, como é que um cara pode criar uma coisa parecida, levando água de dez em dez dias. Daí eu não quero. Esses dias mesmo, tinha um cara, como o nome Beto, ele vivia para cima, para baixo em riba de uma moto com um galão de água, galão de vinte litros, cinquenta litros parece que é. Todo dia, todo dia. Você não está vendo que isso não tem renda? Você fazer o que sem água? Você vai beber o que? Como é que vai tomar um banho? Não tem como. (...) Só se for para ir e voltar para morar aqui. Cavaram um poço lá, começou a dar água, o poço secou. Deu água, então tem que cavar mais porque a água está lá embaixo. Quatro metros ainda está raso, mas o cara falou que era quinze. Rapaz, daí ficou difícil (Getúlio Rodrigues Araújo, Plácido de Castro, AC.).

A percepção apreendida durante o campo é de que a mata é fria, o descampado da colônia é “[...] um calor danado. Se você anda uns cinco quilômetros da cidade brasileira em direção à colocação já nota uma diferença no clima, começa a esfriar [...]”. Durante a pesquisa, entre os convites recebidos para visitar a colocação, foi dado o alerta de levar cobertor, uma vez que sem ele não é possível dormir.

Entre os depoimentos, foi recursivo o ditame de que “[...] o seringueiro nunca vai se dar no meio da colônia no sol”, ou que o “[...] seringueiro, acostumado com o meio da mata, vai ficar doido lá no meio do sol. Sem rumo, sem saber o que vai fazer, não sabendo o que fazer para tocar uma colônia, sem um plano de ensino, sem ter uma base de saber o que fazer”. Esse entendimento é elucidado por Getúlio Araújo:

[...] roçado do seringueiro é um pedaço pequeno. Vai duas horas, três horas, vai dando uma sombra, na mata, vai baixando, ele trabalha na sombra. Não vai mais para aquela colônia cortar a seringa dele, é na sombra. E assim, ele vai vivendo a vida. Ele bate aqui para pegar o sol o dia e noite, eles não vão, você vai ver. Vão e desistem. Esse é o sofrimento do seringueiro. Esse vai ser o sofrimento, eu digo. Já vi gente dizendo que não vai viver em colônia: “eu não vou mudar para colônia. “Não me dou com colônia”. Eu digo olha, tu não quer sofrimento por causa de um boliviano, por causa de um índio, fazer todo esse sofrimento para um monte de brasileiro, é muita gente, por que não é só aqui em Plácido de Castro, é aqui essa fronteira todinha, subindo para os bandos de Capixaba, descendo no rumo de baixo, vai não sei até aonde isso aí. Esse sofrimento é grande para um cabra.

O depoimento de Ramálio Pereira corrobora com o juízo de Getúlio:

Tem muita gente ai que tá mais enrolado que a gente [...] não tem costume de nada, não sabe o que fazer, chega aqui e vai passar mais fome ainda. A gente ainda está passando apurado, mas tem gente ae que vai passar pior, tem gente que nunca foi numa escola. Que nasceu e se criou lá dentro sem ver uma escola.

Em outras palavras, Getúlio e Ramálio se preocupam, pois o seringueiro não possui um arcabouço instrumental e cultural suficiente para enfrentar uma ordem absolutamente adversa, para a qual não foram feitos e que não fora feita para eles. Nesse sentido, estão inseguros com o seu lugar no mundo, o que pode levar a uma descrença sobre a aptidão com a terra, e subseqüentemente, com uma autoimagem de inabilitados para ser.

Nos termos empregados por Giddens (1991, p. 84), o ser está circunscrito naquilo que alcunhou como segurança ontológica, “uma expressão que se refere à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundante”. A quebra da rotina e da tradição incide na descontinuidade do passado, do presente e do futuro projetado, requerendo outras medidas para se sustentar enquanto ser. Nesse passo, para manter as relações de confiança, é necessário criar outros vínculos, a partir de uma remodelagem do jogo das identidades.

Para os camponeses, a colônia obrigará uma vida exclusiva na pequena agricultura e criação porque não haverá terras com tamanho e com recursos suficientes para fixarem-se como extrativistas. Segundo Pereira, num primeiro momento, foram apalavradas áreas de trinta hectares e que, aos poucos, foram diminuindo a dimensão dessas terras até chegar ao tamanho de dez hectares, e constata: “[...] Com dez hectares, se eu fosse japonês, eu faria um monte de coisas dela, mas além de seu ser brasileiro acriano, eu só sou acostumado a lidar com terra grande”.

Na Bolívia era possível prover renda com a venda da borracha, da castanha e do açaí extraídas na colocação, geralmente voltados ao mercado externo. Na colônia, as possibilidades são reduzidas, pois são poucas as culturas “que agradam a terra”, e quando é época da colheita, existe uma concorrência que não garante lucro suficiente para cobrir os custos da produção. Além disso, o camponês deverá se comprometer com sucessivos financiamentos junto aos bancos, dos quais poderá não se eximir. O risco aumenta caso haja algum tipo de desastre, como chuvas intensas ou secas prolongadas, o que comprometerá a integridade física e moral daquele que acaba de se inserir.

A segurança alimentar é outra perda do traslado da colocação para a colônia. Enquanto a colocação permite uma maior facilidade no plantio direto sobre a terra, e o

complemento da subsistência por meio da caça, da pesca e do extrativismo, a colônia exige a necessidade de maiores alinhos e custeio.

As áreas de quinhentos hectares, média das colocações, permitem que os pais trabalhem juntos com os filhos e filhas nas atividades citadas, mantendo o vínculo familiar.

Uns quebram castanha, outros tiram açaí, outros trabalham com a agricultura, a mulher, as moças, as meninas. O seringal quando dá de manhãzinha cada um toma o seu rumo, um vai pro mato cortar, outro vai pro açaí, e a casa fica só os mais pequenininhos. Quando dá dez, onze horas que vão chegando de novo, uma hora, duas horas vão saindo de novo. Dá cinco horas, cinco e meia estão chegando de novo. Aí a lenda é aquela. Aí todo mundo tem dinheiro. Depois, na base de uma semana, duas semanas vem para cá, cada qual com quinhentos, seiscentos reais no bolso (Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.).

Assim, são apresentadas preocupações com pais e filhos que ficaram do lado de lá, como no caso de Antônio Edmilson da Cunha, um dos agricultores que conseguiu uma área pelo INCRA. Ele diz que a maior tristeza dele é saber que o filho não pode vir com ele, pois a terra para trabalhar e a casa onde ele reside atualmente não comporta os dois núcleos familiares. Desse modo, direciona as orações para que o filho consiga ser contemplado na mesma área de assentamento que ele, no PDS Porto Rico, em Brasília. Também, para aqueles que estão assentados, existe uma incômodo quanto à burocracia na liberação da promoção de atividades, e dos créditos de implantação da colheita.

As relações interpessoais também se apresentam como um fator comum de preocupação. Existe a temeridade de os futuros vizinhos se incomodem com o estilo de vida, e com as criações de animais. Como exprime Francisco Oliveira:

Porque é ruim para a gente se adaptar aqui, porque quem está acostumado com só ser criado num seringal, nasceu e se criou lá, quando chega na cidade estranha muito. Porque não tem conhecimento de ninguém, até se acostumar com as pessoas, leva muito tempo e fica muita gente. É a mesma coisa que eu sair hoje daqui de Plácido de Castro e ir para a sua terra (...) pois é, se eu chegar num lugar lá eu estou perdido né? Porque geralmente não conheço ninguém, daqui eu vou me adaptar com as pessoas. eu vou sofrer um pouco. nem eu vou conhecer o povo, nem eles me conhecem. Foi isso que aconteceu aqui com nós. Hoje não, hoje estamos bem conhecidos aqui.

Nesse sentido, Seu Zeca e Seu Pereira tem receio das novas configurações de vizinhança que as colônias podem inserir:

Me disseram que as casas são todas assim pertinho uma da outra. Eu disse, ah, cabou de estragar! Porque eu vejo os comentários da colônia, a gente mesmo gosta de criar, as vezes tem vizinhos bons, mas tem vizinhos que são chatos, sei não desse negócio não. Chega a dar gastura na gente. Eu logo que eu cheguei aqui, juro por Deus, eu encontrava uma dor na cabeça aqui. Uma dor que eu já estava no primeiro dia

ficando perturbado com aquilo. O cara falava para mim, rapaz, você toma cuidado para não sofrer uma depressão, aí periga de o senhor ficar doente (Getúlio Rodrigues Araújo, Plácido de Castro, AC.).

A maratona aí, não tem cerca de arame, divisão com vizinho, e a gente passa as estradas, de um lado passa a dele, do outro lado passa a minha, essa é a divisão, não essa briga, essa cerca de arame, e nem autoridade para dizer: isso aqui é teu, lá mesmo nós medimos uns com os outros, sem problema nenhum, e assim a gente vai botando a nossa vida lá dentro (Francisco Pereira Sobrinho, Plácido de Castro, AC.).

A relação de vizinhança, antes fundada no princípio de solidariedade e do encontro entre os caminhos da seringa passa a ser normatizada pela cerca de arame. A nova paisagem é encarada como artificial e frágil (Figura 16). Do mesmo modo, outras relações passam a ser artificializadas (normatizadas) por um viés capitalista: a terra deixa de ser contada pelo número de árvores de seringa para ser contada por hectares; para produzir é necessária a captação de recursos por meio de financiamentos bancários; para comer é indispensável comprar, para vender é necessário o domínio das demandas do mercado local.

Figura 16 - A Colocação e a Colônia



Legenda: Comparação das paisagens: pesca em uma colocação na Bolívia e a casa de colônia em Plácido de Castro, AC. Fonte: Francisco Oliveira (esquerda), sem data; e o autor (direita), setembro de 2010.

O conceito de *habitus* empregado por Bourdieu (2003) possibilita ter ideia dos termos de um deslocamento agressivo perante o mundo e aos outros, o que foi imposto ao grupo, cujo resultado imediato é a supressão de sua autoimagem enquanto um camponês ligado à floresta. O *habitus* é uma “categoria mediadora” que transcende a fronteira entre o objetivo e o subjetivo que permite captar o universo em desagregação. Nesse quadro, as conformações políticas (o que vai ser) e espirituais (o que quero ser) estão deslocadas uma da outra, formando, elas próprias, uma mistura variada de tradição enraizada e de imposição ora legalista, ora capitalista. Dessa forma, os camponeses desenraizados tentam se desvencilhar

totalmente do quadro, e se adaptar ao novo meio rural, por ora, fustigado pelo capitalismo do qual sempre fugiram. São assim, encarados como seres bifurcados, desorientados e aculturados pela experiência combinada do exproprio e da dificuldade em se restabelecer em outro lugar.

Dessa forma, é preciso relativizar os benefícios de um eventual processo de reterritorialização dos camponeses nos assentamentos, uma vez que para o camponês, a terra das colônias é entendida como mera produtora de mercadoria, uma terra de negócios, e não como terra de trabalho como nas colocações. Para essa transição, os camponeses ainda não se consideram preparados, pois não possuem qualificação técnica para tratar da nova terra, e tampouco poderão contar com apoio familiar e com a solidariedade dos vizinhos. Diante dessas adversidades, eles não sabem o que vai acontecer. Nesse sentido, as colônias têm o duplo papel: oferecer condições para a reprodução material e autonomia relativa, bem como a de interromper, mesmo que precariamente, a descamponesização em curso (continuar a “ser da terra”).

A resistência da identidade camponesa se dará no enfrentamento às novas ameaças que se apresentam: suportar arar a terra sob o sol escaldante, saber fazer determinadas agriculturas, cujo domínio não consta no seu repertório, capitalizar a terra, não se endividar com os financiamentos e não sucumbir às pressões imobiliárias. Caso contrário, o processo de descamponesização tende a se fechar por completo.

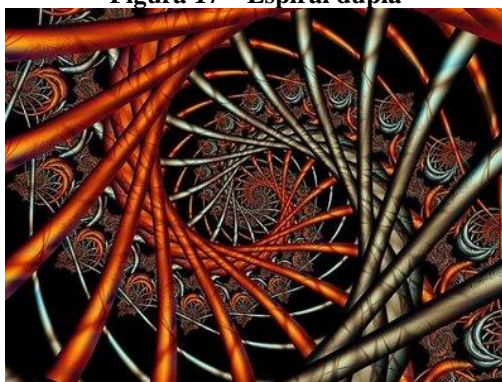
DA ESPIRAL DAS TRAJETÓRIAS: QUANDO O TEMPO, O ESPAÇO E O COTIDIANO SE ENCONTRAM

Geralmente, a espiral é empregada como emblema de progresso e de movimento crescente e contínuo, habitualmente positivo, animador e construtivo. “[...] enquanto plana, a espiral pode ter associado o movimento de evolução e involução. Na sua versão de espiral dupla, traduz o todo, a união dos contrários, o nascimento e a morte” (INFOPÉDIA, 2003, p. 1).

Por outro lado, em virtude das particularidades e dos fenômenos distintos a serem percebidos em diferentes comunidades camponesas, defende-se aqui uma microsociologia que atenda o conclave de ciências como a Antropologia, de não reduzir objetos de pesquisa como fenômenos gerais, porém, que também não despreze as múltiplas maneiras da relação com outros, como “à economia geral, à vida nacional, à vida urbana, à tecnologia moderna [...]” (LEBFEBRE, 1986b, p. 162). Dessa forma, pode-se desvelar a história contida dentro da organização e das consciências dos sujeitos.

A escolha da espiral dupla (Figura 17), como fôrma para dispor os resultados alcançados até aqui, acolhe a tentativa de visualizar os movimentos ascendentes (ou decrescentes) regulares, as intercessões histórico-sociológicas, e as sinuosidades relativamente distintas, porém, que integram e dão sentido.

Figura 17 – Espiral dupla



Legenda: O modelo da espiral dupla permite uma percepção das trajetórias como um entrecruzar de feitos e efeitos dentro de um processo em movimento, qual direção seja. Fonte: Rascunho da Lua⁵⁷.

No jogo das espirais, é proposto a inserção de fenômenos identificados na disposição da Trajetória 1, Trajetória 2 e Trajetória 3 da presente pesquisa. E após, diante

⁵⁷ <http://rascunhosdaluablogspot.com.br/2009/01/colher-antes-de-plantar.html>

desse entrelaçado de *complexidades*, desvelar os regimes que conformaram os quadros de vulnerabilidade sócio-espacial vivenciados pelos camponeses.

4.1 O que está em jogo na memória social

Em todo o processo migratório, estima-se que o sujeito avalie os ganhos e perdas do deslocamento antes de resolver “ir”. Nesse propósito, caso o ganho seja maior do que a perda, ele tende a se submeter à empreitada, caso contrário, não.

Para tomar essa decisão, o sujeito procura resgatar em sua trajetória referências que lhe sirva de guia. Nesse dispositivo, a memória social surge como vínculo ao passado, que serve como lembrança do presente, e conserva ressignificados para o futuro. Assim, a apreciação do sujeito sobre a relação que ele mantém com o território em que vive é sempre vinculado à experiência que teve.

Portanto, quando a decisão de “ir” persiste como um forte infortúnio, identificamos um “ficar” ainda mais precário. Logo, quando o deslocamento é visto como um ato de imposição das circunstâncias, é preciso dar atenção às expectativas da construção social de lugar para o sujeito, e às referências do passado que ele traz.

Com a finalidade de analisar ganhos e perdas nas trajetórias no contexto de fronteira, foram sistematizados na Tabela 5 os principais registros sobre “os agentes de atração” (ou “o que me fez ir para lá”), e “os agentes de expulsão” (ou “o que me faz sair daqui”).

Tabela 5 - Agentes envolvidos com o deslocamento.

	Trajatória 1 Nordeste – Amazônia/Acre	Trajatória 2 Acre - Bolívia	Trajatória 3 Bolívia - Acre
Agentes de atração (o que me fez ir para lá)	<ul style="list-style-type: none"> - redes de contato - aliciamento pelos “gatos” - propaganda governamental 	<ul style="list-style-type: none"> - maior produtividade - autonomia - lugar de continuidade - redes de contato 	<ul style="list-style-type: none"> - fim da contestação por serem brasileiros - apoio governamental brasileiro - manutenção da proximidade com o Brasil (não ruptura com referências nacionais)
Agentes de expulsão (o que me fez sair de cá)	<ul style="list-style-type: none"> - conflitos e concentração agrária - secas (quadro ambiental) - penúria social - crise de produção e desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> - conflitos e concentração agrária - políticas de desenvolvimento e modernização do campo - avanço da agropecuária - insustentabilidade ambiental - situação de ilegalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - conflitos internos - ilegalidade - violência simbólica

Na linha da tabela que engloba os “agentes de atração”, não é identificado um fenômeno que incida sobre todas as trajetórias. A rede de contatos, caracterizada como “propaganda boca a boca” sobre os benefícios do destino dos camponeses, aparece nas Trajetórias 1 e 2, e subsidiou, no inconsciente coletivo e na história oficial, o mito do “ouro negro”, o que potencializou as ações dos aliciadores e da propaganda governamental para a conformação da mão de obra da borracha e, de alguma forma, na dinamização do movimento em direção à Bolívia.

O mito do Pioneiro, e o forjo de uma espécie de novo “bandeirante”, parece acenar para a criação de um desbravador de lugares insalubres com o objetivo de enriquecimento, que resultou na conformação do grande território brasileiro. O desenrolar das trajetórias do grupo de camponeses aqui tratado permite a afirmação do contrário.

O avanço dos camponeses em direção ao Acre, e posteriormente à Bolívia, é fruto de um “empurramento” de uma ponta a outra do território brasileiro até extrapolar os limites do território nacional. Esse fenômeno se caracteriza pela busca de um lugar que permitisse ser “seu”, mas ao encontro de poder “ser”, e não ser mais contestado, permitindo ao mesmo tempo autonomia e segurança para si, e sua família. A distorção desse entendimento tende a eclipsar processos históricos de violência e de desapropriação contra o camponês e, ao mesmo tempo, criar a alusão de que o deslocamento se bastou no sonho de acumulação de capital.

Nesse ponto, quando avistamos o universo do nordestino, devastado pela seca, mortes e penúria, temporalmente coincidente com o apogeu de dois ciclos da borracha distintos, não é difícil equalizar das motivações do afluxo de mais de meio milhão de pessoas aos seringais só num primeiro momento. Por maior que fosse a insalubridade da floresta e por maior que fossem as dúvidas que pairaram na hora da tomada de decisão, resolver não ir poderia simbolizar a perda da própria vida.

Por outro lado, a trajetória do Acre para Pando parece ter sido mais vantajosa, ao menos temporariamente. Primeiro pela garantia da autonomia de trabalho, e de decisões, que até então não estavam consolidadas pela figura do “patrão”. Depois, pela permanência na terra sem ser alvo de contestação mais efusiva, durante algumas dezenas de ano. E, por fim, pela diversificação dos processos produtivos e a construção de uma estratégia de fronteira, absorvendo as melhores possibilidades de cada país.

Para avançar sobre a ideia de ganhos e perdas, a Tabela 6 sistematiza as principais dificuldades “do sair” (o que eu perco), e as principais dificuldades elencadas “no chegar” (o que encontrei).

Tabela 6 – Dificuldades do sair e do chegar

	Trajatória 1 Nordeste – Amazônia/Acre	Trajatória 2 Acre - Bolívia	Trajatória 3 Bolívia - Acre
Dificuldades do sair (o que eu deixo)	- abandono do lar - abandono das origens - abandono da família		- perdas materiais - desfazer dos vínculos com as atividades - precariedade nas alternativas apresentadas
Dificuldades do chegar (o que eu encontro)	- diferenças ambientais - aviltamento do trabalho - protelação ao seringalista - doenças	- sujeição às políticas estranhas	- dificuldades de adaptação ao ambiente urbano - marginalização - dificuldades de adaptação ao sistema de colônias - falta de acesso à água

Observa-se como uma das mais duras rupturas para um camponês, àquela que ele mantinha com os seus familiares. Esse sentimento aparece desde a saída do nordeste, como manifestado em depoimentos e cartas citadas na Trajetória 1, até no receio de desagregação imposto pelo regime da cidade e das colônias.

As perdas materiais também são uma constante, tendo forte presença nas expropriações da Trajetória 3. Esse traço de sucessivas perdas materiais faz aumentar um quadro de vulnerabilidade, como registrado na fala do “Seu Zeca”: “[...] minha mulher é doente, se tiver que ter dinheiro para uma emergência, eu vou fazer o quê, se não tenho mais nada para vender?” [...].

Esse sentimento permanece ainda hoje, ainda mais quando se contrasta a realidade entre os dois lados da fronteira. Como bem percebeu a professora Maria de Moraes⁵⁸, para o camponês, a terra da colônia é terra seca, na colocação, ela é fofa e úmida. Na colocação todo mundo se conhece, apesar das distâncias. Não há cercas nem muros, mas todo mundo sabe qual é a sua parte do outro (a terra de trabalho). Enquanto na colocação se mede pelas estradas de seringa, na colônia se mede em hectares. A terra da colônia é dura por ter sido pisada por cavalos e bois. Para produzir, é necessário ir a um banco, fazer

⁵⁸ Professora Doutora Maria Aparecida de Moraes Silva, no ato da defesa de qualificação dessa dissertação, na discussão sobre os depoimentos apresentados em março de 2011.

financiamento, aprender a arar, recuperar o pasto degradado e produzir em quantidade para vender, portanto, é uma terra de negócio.

Aliás, não é de se estranhar que a possibilidade de se fixar ao Brasil não traga boas lembranças. Seja nas cidades, seja nas colônias, estará selado numa espécie de “novo seringal”. Possivelmente, o camponês terá que contrair dívidas, das quais mantém resistência, seja num banco, seja numa vendinha (a cadernetinha da venda se apresenta como o livro de registro do barracão); não terá privacidade nos seus atos; provavelmente, estará longe da família, entre outros.

Além disso, existe a questão de percepção ambiental. Não há cursos d’água nas colônias, não há um sistema de distribuição de água, que é considerada quando retirada por meio de poços como salobra. A casa é muito quente. Ainda não há árvores para se refrescar, nem para manter uma conversa embaixo de uma, como é de costume. E ali é muito difícil plantar.

Em cada um dos três recortes trabalhados ao longo dos capítulos, encontramos ao menos um fenômeno de desterritorialização, resultante do embate entre grupos com diferentes somas de poder. Quando sistematizados os “agentes de expulsão” que perpetraram tais processos, encontramos presente, em todas as trajetórias, a concentração fundiária como meio impeditivo de ocupar.

A concentração fundiária só é possível pela aliança entre as diferentes elites agrárias com agentes estatais. Como visto na Trajetória 1, historicamente, o acordo entre essas duas partes foi forjado após a libertação dos escravos, com a Lei de Terras de 1850. Após esse movimento, diferentes políticas foram impetradas para manter status fundiário, entre elas, destaca-se o Estatuto da Terra de 1964, que instalou um projeto de modernização forçada no campo e desmontou boa parte da luta pelo direito à terra pelo camponês. É importante lembrar que, apesar de não estar considerada na Tabela 5, a concentração agrária interfere negativamente na reinserção dos camponeses no Acre, como evidenciado na Trajetória 3, visto a indisponibilidade de áreas disponíveis do lado brasileiro. Nesse meio tempo, observa-se a letargia em medidas de reforma agrária, limitadas pelo excesso de burocracia e pela legislação obsoleta.

O aparato legal também facilitou outras mobilidades. A falta de documentação que firmasse a propriedade de áreas ocupadas, seja no Nordeste ou no Norte, bastou para o uso da força do aparato jurídico, e das forças policiais do Estado no exproprio da terra. No

processo envolvendo o governo boliviano, incidiu uma dupla ilegalidade, a falta dos documentos de propriedade, e o enlace constituído como ocupação clandestina do estrangeiro.

Diante desse quadro, é possível perceber que a dificuldade do exercício da espacialidade do camponês não incide pela inexistência das instituições do Estado, mas sim pela natureza da formulação dessas, ou seja, não se trata de um acidente, e sim de uma incompletude planejada do aparato de proteção. Nessa questão, ressalta-se a avaliação de Santos (2006, p. 66): “não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante”.

Porém, isso não significa que o camponês tenha ficado alheio ao sabor das conveniências. Tramou meios de resistir, como nos casos da transição do brabo para o manso, onde teimava o servilismo, na venda de látex no descontrole do patrão, na ida à Bolívia, no enfrentamento do boliviano, reuniões com sindicatos e formação de grupos, entre outros.

Nota-se que, em todas as trajetórias, o discurso nacionalista teve consequências contra o camponês, tais como: promessas não cumpridas após a participação na linha de frente da Revolução Acreana; separações familiares e o aviltamento do trabalho dos soldados da borracha; expropriações após a implantação de políticas de ocupação da Amazônia, tomada como necessária para a garantia da segurança do país; fora o mote para expulsão da Bolívia por conta da restrição por nacionalidade. Entre os casos positivos na relação com a nacionalidade, estão a possibilidade de uso de serviços públicos brasileiros, sobretudo o de saúde, e a manifestação de apoio do governo brasileiro, e de outros atores quando da deflagração do processo na fronteira boliviana, que procuram minimizar os efeitos da desterritorialização empreendida.

Nesse passo, não se podem menosprezar as redes tecidas pelos camponeses diante do processo de expulsão. Verificaram-se articulações entre os próprios, juntamente com os sindicatos rurais acreanos, as representações diplomáticas e políticas, os órgãos governamentais de assentamento e a mídia local, no intuito de negociar meios para prolongar ao máximo o prazo de cumprimento da lei, e também mitigar alternativas melhores para a reinserção.

Aliás, a nacionalidade brasileira impregnado na identidade do camponês é um dispositivo forte em sua resistência de viver no interior boliviano. Antes mesmo dos conflitos, este procurou manter a cidadania brasileira tanto por se entender brasileiro, como para dispor de alguma segurança que não encontrava no lugar onde estava. Nesse caso, até os nascidos no

país vizinho se consideravam brasileiros. Da mesma forma, a maioria dos camponeses entendia como perigoso estar longe de uma rota de fuga, em caso da exacerbação de um conflito que já existia com os bolivianos. Além disso, os camponeses brasileiros consideraram a proposta precária, seja pela falta de infraestrutura, de garantias de serviços públicos, quanto pela distância dos laços que mantinham no lado brasileiro da fronteira.

Pode-se dizer também que os esforços do campo diplomático, que datam desde o início do século XX, também não fizeram efeito até hoje na resolução dos conflitos na fronteira. Tal litígio pode ser fruto da limitada atuação sobre questões que envolvem legalidade e limites territoriais, e não das territorialidades e subjetividades circunscritas na região de fronteira.

Nesse meio tempo, a letargia das políticas de reassentamento no Brasil e a ameaça de expatrio forçado do território boliviano provocam o deslocamento, mesmo que precário, em busca de refúgio nas periferias das cidades fronteiriças do Acre. Aos olhos dos cidadinhos que os recebem, os migrantes que chegam são agentes que tencionam ainda mais os problemas urbanos relacionados à moradia, ao desemprego, ao acesso aos serviços públicos, ao uso de drogas, à prostituição e a mendicância. À medida que os sujeitos são responsabilizados pelos seus próprios atos, sejam exitosos ou fracassados, engendra-se um sentimento de autorresponsabilização individual para aqueles que sofreram com a desfortuna.

Em meio à opinião pública que os afasta, e ao aparato governamental que os deslegitima, os camponeses em exproprio estão fadados a serem estigmatizados como fracassados. Tal olhar conforma um ato de destituição dos últimos resquícios de cidadania, que nunca foi inteiramente conformada, visto todo o histórico debitado, seja como flagelado, como seringueiro preso, ou agora, como um marginalizado na cidade. Como analisa Pacheco⁵⁹, dentro das consequências do exproprio pelo racismo ambiental: “Para as mulheres, um epíteto distintivo, são mães de futuros marginais”. Trata-se aqui da construção e permanência de relações de poder que inferiorizam aqueles que não estão inseridos ao modo de vida na cidade, subutilizando-os nos termos de torná-los invisíveis. Nesse momento acende o alerta dado pela memória de migrante: “a cidade nunca foi lugar para nós”

Ao mesmo tempo, o aparato de reassentamento no Brasil emprega de uma autoridade absoluta ao decidir como vai ser o novo lugar dos que chegam: a localização, o terreno, os recursos, o tamanho, o traçado, os vizinhos, a disposição do interior da casa. Dessa

⁵⁹ Em entrevista concedida por Tânia Pacheco ao Instituto IBASE, disponível no link: <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/textos-e-artigostania-pachecotextos-e-artigosportal-do-ibase-entrevista-com-tania-pacheco/>

forma, também impõe ao expatriado o que plantar, o que requerer, como se relacionar, o que deve aprender. Desconhecendo ou querendo desconhecer as regras do mundo tradicional até então vigentes a esses sujeitos, inserindo-os em um quadro de desordem e mal estar pelas iniciativas que promovem.

Os desastres ambientais que ocorrem na região também preocupam. Entre as estradas do sul acriano não se encontram resquícios de florestas, apenas fazendas de gado pouco produtivas. A queimada é ferida que se impõe na região, sobretudo nas estações secas. Durante a visita de campo, era comum acordar e encontrar uma forte neblina de fumaça provocada nas pastagens. Isso não impede apenas a floresta tão cara ao camponês/seringueiro, mas também, deteriora a paisagem, seca os igarapés, aumenta o calor e queima o solo. A degradação da paisagem parece insistir na perseguição desse sujeito.

Afora, o camponês entende o trabalho como função social, um desempenho obrigatório relacionado com a honra diante si e do grupo, relativizando os arranjos que envolvam acumulação de riqueza. Antagonicamente, o trabalho no mundo capitalista tem o foco sobre o rendimento monetário, seguindo à lógica da produtividade e da rentabilidade. O projeto exógeno requer que o camponês assuma uma relação com a terra que lhe é estranha, não só no que se refere às demandas técnicas de plantio ou de relação com o meio, mas também da exigência, sem a expertise, de noções que são consideradas complexas e profundamente estranhas à sua tradição cultural, visto que segue ao sentido de lucro, de distinção entre custos operacionais, entre outros. Além disso, custam relações que são caras ao camponês-extrator, a coesão familiar, a contagem do tempo, a relação de privacidade e solidariedade entre vizinhos, a transmissão de conhecimentos da terra aos filhos, entre outros.

A mediação operada pelo *habitus*, entre as condições objetivas e as disposições subjetivas praticadas pelo agente (“a comunidade tradicional”), guarda uma liberdade que pode ser adaptativa, mas também pode ser de ruptura, quando se tornam incoerentes as condições e as disposições, o que não é difícil de acontecer diante dos diferentes interesses dos territórios em questão. Nesse campo, é evidente uma luta classificatória entre o legítimo e o legal, uma luta política que requer uma tomada de decisão, muitas vezes dolorosas, com muito mais perdas do que ganhos, e produz ressignificados.

Dessa forma, quaisquer que sejam as possibilidades de territorialização, o rural continuará a existir no modo de agir e na forma de pensar dos camponeses, mesmo que sejam obrigados a subjugar suas mãos em outras frentes de trabalho, e conviver em territórios dos quais considera degradado. Ao contrário dos defensores do pós-moderno, que enxergam

rupturas definidas e definitivas, encontramos no terreno do objetivo e do subjetivo uma “inconclusa passagem, um transitório que permanece, uma promessa de bem-estar que não se confirma, uma espécie de agonia sem fim” (MARTINS, 2005, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito a investigação sociológica sobre as trajetórias, e os subsequentes processos de vulnerabilização sócio-espacial, vivenciados pelos camponeses brasileiros que atualmente ocupam áreas na faixa de fronteira boliviana, limítrofe com o Estado do Acre. Com esse intento, foi realizada uma pesquisa sociológica, de base qualitativa, tendo como procedimentos a revisão bibliográfica sobre as políticas de ocupação da Amazônia, estudos em torno dos registros oficiais de órgãos multilaterais e instituições brasileiras envolvidas com a temática, entrevistas semiestruturadas e foto-documentação. Dos resultados obtidos, foram realizados recortes temporais tendo como base três subsequentes movimentos migratórios: do Nordeste brasileiro à Amazônia (Trajetória 1), do Acre para a Bolívia (Trajetória 2), e do retorno dos camponeses ao Brasil (Trajetória 3).

Na Trajetória 1, focamos na história da ocupação da Amazônia, onde foi possível detectar circuitos econômicos em diferentes escalas, que envolvem uma constelação de atores e interesses com diferentes somas de capitais (econômico, cultural, social) e, por isso, capazes de determinar boa parte das decisões sobre este território. Porém, mesmo com as diferentes ordens que se pretenderam dominantes na Amazônia, na margem das quais foi possível, nas últimas décadas, a promoção de um *habitus* relativamente destemporalizado de algumas comunidades tradicionais na faixa da fronteira. Contudo, mesmo nos confins do território brasileiro, alcançou-lhe, novamente, o ritmo frenético da acumulação, na forma da especulação fundiária, disfarçada em atividade pecuária; ou a concentração dos meios de produção cuja demanda, desde sempre priorizada, avilta os direitos dos que ali, no lugar, depositam suas últimas esperanças na conformação de sua cidadania plena. Aos que perderam tal esperança, restou a alternativa temerária de migrar para o lugar do outro, do diferente, adentrando numa outra relação desigual, da qual, inevitavelmente, sairiam perdedores.

Na Trajetória 2, já dentro do contexto fronteiriço, encontramos um constante reinventar da tradição, a tentativa de espantar o relativo isolamento através de estratégias de personificação do Estado, nas quais subjazem forças para manter as figurações de antagonismo entre os grupos sociais que correspondem às respectivas culturas nacionais. Porém, o exercício de estranhamento, em contexto fronteiriço, não é apenas caracterizado pela alteridade, mas pela ideia de inimigo. Se a memória social dos grupos contrapostos permite reportar eventos passados de conflitos, nos quais um deles tenha logrado vantagens territoriais, incrementam-se potencialmente os temores hodiernos de que se replique a

verticalização de direitos de outrora. Daí porque a aplicação da lei contra os interesses do estrangeiro na fronteira seja, ao fim e ao cabo, um recurso de afirmação identitária dos grupos bolivianos na configuração do lugar, que subverte o passado de naturalização da destituição espacial e de inferiorização perante o outro. Na Bolívia, a institucionalização e aplicação da lei em prol da afirmação de sua soberania são aspectos da valorização identitária de seu povo, mas que, para romper com um passado doloroso se vale da crescente legitimação da adoção de práticas de violência contra os brasileiros ali inseridos, os quais, por seu turno, foram tratados como párias em seu país de origem.

O brasileiro acriano adentra ao território vizinho supondo suficiente munir-se de uma narrativa na qual a terra ociosa precisa servir à produção, tal como introjetou do discurso oficial do desenvolvimentismo brasileiro, que o levou ao Acre e dali o expulsou. Supõe, assim, que esteja coadunando sua necessidade de sobrevivência com a terra improdutiva, uma ocupação, daí, justificável frente os ‘indolentes’ bolivianos. Na memória do povo boliviano, entretanto, tais justificativas da parte de brasileiros são velhas conhecidas e as quais se têm aversão, difíceis de serem esquecidas, sobretudo, devido à infinidade de simbologias existentes no lado vizinho, como estátuas e monumentos comemorativos, marcos da consolidação da identidade acriano-brasileira. Para o boliviano, tanto mais o estrangeiro pareça ameaçar novamente a posse do seu território, mais o conflito se acirra e o brasileiro tem precedentes históricos nesse particular. Estranhamentos exacerbam-se e servem de mote para novos conflitos. O temor do isolamento total, e a nacionalidade que fica não permite ao camponês a encarar o interior da Bolívia como seu lugar.

Na “Trajetória 3” identificamos um precário movimento em direção aos municípios fronteiros do Acre, visto como um deslocamento de fuga contra as ameaças ocorridas em Pando. Nesse contexto, encontramos um choque identitário do camponês com as condições ambientais, de convivência, de alimentação e de práticas do urbano. Também dispomos sobre a percepção dos camponeses sobre os ganhos e as perdas do projeto de reassentamento oferecida pelo governo brasileiro. Do quadro apreendido, encontramos nas perdas materiais e subjetivas, e na dificuldade de lidar com o novo lugar, o grande desafio para o exercício de “ser camponês”.

Por fim, numa avaliação equiparada das três trajetórias, percebemos que as trajetórias empreendidas pelos camponeses brasileiros em desterritorialização na fronteira boliviana, formam um relicário com representações de múltiplos lugares, dispersos quanto à identidade dos sujeitos. Ainda é possível afirmar que a composição da identidade foi formada

pela série de deslocamentos, de uma vida em movimento, caracterizada pelos gestos cotidianos do caminhar e pela presença de mobilidades.

Os seguintes processos desenraizadores vivenciados, além de gerarem custos econômicos, suscitaram transtornos identitários que, em geral, construíram um senso da vivência da crise, onde modificações socioambientais percebidas como futuro ocasionam fatores estressantes, e quadros de incertezas. Uma circunstância a qual muitos não irão se adaptar, favorecendo ainda mais a distribuição desigual de poder.

Tais desarranjos obriga um constante “re-fabricar” os mecanismos de coesão social com o intuito de preservação, porém, quando esse processo se constitui continuamente, se findam as motivações e se cria certo receio de novas experiências de resistência, ocasionando uma ruptura com um conjunto de práticas, revelando o drama dos sucessivos processos de desterritorialização do grupo e seus desdobramentos em termos identitários.

Conclui-se que a desterritorialização faz mais que tirar da terra, despoja de uma essência (cultura) que não se refaz, no máximo se cicatriza. A ida à cidade, ou à colônia impõe o desafio de moldar um arcabouço de padrões de comportamento e de pensamento que lhe consintam a adaptação ao novo contexto. Enquanto não estiver conformada e recuperada a posse de si próprio por meio do artesanato de uma cultura coerente às demandas, o camponês vai receber de bom grado a terra do colono, cultivá-la e dela recolher os frutos, porém, tal posicionamento não significa em se sentir legítimo diante dela.

No entanto, os grupos diaspóricos que vivem cotidianamente as restrições do lá e cá não conseguem produzir plenamente um lugar e um conjunto de relações que espelhem a forma como gostariam de se expressar no mundo. O desamparo, enquanto produto de um mundo de incertezas, é companhia permanente. Dentro do emaranhado complexo e da multifacetada sociabilidade entre os grupos autóctones e os tidos como forasteiros, os últimos são portadores de uma identidade e de uma territorialização em constante contestação. Como diferente no território alheio, o migrante camponês, como interpretou Vettorassi (2007, p. 122) “(...) significa muito mais que ser (...) ‘de fora’ significa não possuir lugar algum”.

Dentre as várias perspectivas de trabalhos futuros, algumas parecem bastantes promissoras, dentro as quais:

- Como são tensões dinâmicas, sugerimos a continuidade de pesquisas que torne-se a debruçar sobre as novas e atuais feições das políticas públicas

encampadas, e sobre quais os ganhos e deficiências se apresentaram nos dias de hoje.

- Outro aspecto que pareceu bastante interessante, e não foi possível explorar no trabalho aqui apresentado, foi a respeito das mulheres chefes de família em situação de deslocamento compulsório, numa região de fronteira historicamente tensa. Numa leitura preliminar do tema, o universo de possibilidades de reinserção ao Brasil, dentro desse recorte de gênero, pareceu imbuído de novas possibilidades, sobretudo pela maior facilidade de estabelecer relações sociais estabelecidas com os “outros” na cidade, e pela perspectiva de que os filhos não irão sofrer como eles, já que estarão formados dentro da perspectiva da cidade.
- As redes formadas com o intuito de resistência tecidas nesse movimento de exproprio, também mantém caráter bastante peculiar, sobretudo quando comparadas ao amplamente debatido movimento sindicalista rural acriano.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. Neil. Vulnerability. *Global Environmental Change*. v. 16, p. 268–281, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: As fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleções Preconceitos).
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C.. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, vol.15, n.31, p. 137-166, 2009.
- ALCOREZA, Raul Prada. Análise da Nova Constituição Política do Estado. *Lugar Comum*, nº 25-26, p.73-86, 2008.
- ANDRE, Jacques. Entre angústia e desamparo. *Ágora (Rio J.)*, vol.4, n.2, pp. 95-109, 2009.
- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, p. 82-99, 1994.
- ARON, Raymond. **As etapas do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERTH, Rogério. **Identidades e Territórios**: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access Editora, 2007.
- ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta**: A vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 150-169, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BASSET, Yann. Bolivia em La tormenta: Algunas consideraciones sobre la crisis social. *Oasis*, Bogotá, n. 11, p. 191-212, 2005.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**: Geopolítica na virada do milênio. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAUJO, Tarcisio Patricio de. VIANNA, Salvador Teixeira Werneck.; MACAMBIRA, Júnior (orgs). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- BENATTI, José Heder; ALENCAR, José Maria. Os Crimes contra etnias e grupos étnicos: questão sobre o conceito de etnocídio. In. SANTILLI, Juliana (Coord.). **Os Direitos**

indígenas e a constituição. Porto Alegre: Núcleo de Direitos Indígenas. Fabris Editor, 1998. p. 207-224.

BERGER, Mauricio e ORTEGA, Francisco. Poblaciones expuestas a agrotóxicos: autoorganización ciudadana en la defensa de la vida y la salud, **Physis**, Córdoba, vol.20, n.1, p. 119-143, 2010.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre:** De território a estado – um olhar social. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em História, Universidade de São Paulo, 2006.

BOLIVIA, Congreso Nacional. **Nueva Constitución Política del Estado.** Sucre, 2009.

BOURDIEU, Pierre (a). A ilusão biográfica. In: AMADO, J. FERREIRA, M. M. **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996a. p. 183-191.

_____. (b). **As regras da arte.** São Paulo: Cia das Letras, 1996b.

_____. Esboço da Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (org). **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'água, 2003a.

_____. **O poder simbólico.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2ª Ed. Trad. De Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia Política**, n.26, pp. 41-60, 2006.

BRASIL. Senado Federal. Medida Provisória nº 354, de 2007. Dispõe sobre crédito extraordinário em favor do Ministério das Relações Exteriores no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. In: **Diário do Senado Federal**, abril de 2007, Brasília, DF. p. 10028 – 10057.

BRASIL. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGBE. **Brasileiros no Mundo:** Estimativas. 2ª edição. Brasília: Secretaria de Educação fundamental, 2009.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e do pertencimento; In: **VIII congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais** - a questão do novo milênio, 2004.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Memórias e Migração: as narrativas de Mário Diogo de Melo sobre o fluxo migratório de cearenses para a Amazônia a partir da segunda metade do século XIX. In: **X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política**, 2010, Recife. X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política. Recife, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Invenção e auto-invenção na construção psicossocial da identidade: A experiência constitutiva do/a educador/a ambiental. In: Guimarães, Mauro (org). **Caminhos da educação ambiental**. Campinas, Papirus, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss B. Gerhardt. 3 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CODATO, Adriano ; MORAES, Pedro Bodê de. Apresentação: Pierre Bourdieu e a profissão de sociólogo, na prática. **Revista de Sociologia Política**, n.26, p. 9-12, 2006.

CORREIA, Diego; VALENCIO, Norma. Sociabilidades na Fronteira: Dimensões simbólicas de perdas de brasileiros em desterritorialização na Bolívia. In: CONGRESO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Recife. **Anais do VIII Congresso de La Asociación Latinoamericana de Sociología Rural - ALASRU**, 2010, p. 01 – 19.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. 4ed. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

CUNHA, Maria A. A. O Conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez, 2007.

DIEGUES, A . C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELIAS, Norbert (a). **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

_____(b). **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTADÃO. Dois em cada três brasileiros que vivem fora do Brasil estão em situação irregular. **Estadao.com.br**. 26 de setembro de 2010. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

ESPÍNDOLA, M. S. ; MORAIS, Maria de Jesus . Trajetórias de Famílias Camponesas na Fronteira do Acre com a Bolívia. In: **Anais do XVI Encontro nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

ESTEVES, Benedita. O Seringal e a constituição social do seringueiro. In: NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes, FERREIRA, Paulo Roberto Nunes. Migrations long the border of southwestern Amazonia: A case study of brasivianos and biscateiros. In: **Open meeting of the human dimensions of global environmental change research community**, 2001, Rio de Janeiro, 2001.

FERNANDES, Raimundo & TESSINARI, Eliz. O drama de seis mil famílias brasileiras ameaçadas de expulsão do território boliviano. **Folha do Acre**. 06.jul.2009. Disponível em <http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver_noticia.php?id_noticia=7879&editoria=> Acesso em 01 de junho de 2010.

FOLHAONLINE (com agências internacionais). Evo Morales classifica massacre em Pando de "limpeza étnica". **Folha Online**, 19 de setembro de 2008. Mundo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u446899.shtml>>. Acesso em 01 de junho de 2010.

POWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GALLEGOS, Franklin Ramirez; STEFANONI, Pablo. Potencial social, empate catastrófico y contrahegemonia em Bolívia. In: **Argumentos**, México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005. p. 91-105.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; SCOTT, Lash. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo, Editora UNESP: 1997. p. 73-131.

GONÇALVES (org). Marco Antônio. **Acre: História e Etnologia**. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4^a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Acre: História e Etnologia**. Rio de Janeiro. Gráfica da UFRJ. 1991

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educ. Soc**, vol.29, n.102, 2008, p. 33-54.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre, em 23 de setembro de 2004. Disponível em: <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogério%20HAESBAERT.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2010.

_____. Identidades Territoriais. In ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

IANNI, Otacvio. **A luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

INFOPÉDIA. Espiral (simbologia). In: Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003. Disponível em <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$espiral-\(simbologia\)](http://www.infopedia.pt/$espiral-(simbologia))>. Acesso em 10 de setembro de 2012.

KALUME, Jorge. **Crônicas do Acre Antigo**. Brasília: edição particular, 1990

LANDER, E. Conhecimento para quê? Conhecimento para quem? Reflexões acerca da geopolítica dos saberes hegemônicos. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 45-71.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986a, p 163 – 177.

_____. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986b, p 144 – 162.

LEROY, J.P. Amazônia: território do capital e território dos povos. In: A. Zhouiri; K. Laschefski (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora UFMG, 2010. 92-113.

LINS, Hoyedo Nunes. Estado e embates socioterritoriais na Bolívia no século XXI. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 2 (114), 2009, p. 228-244.

LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. In: **Revista Ponto de Vista** – vol.4, 2001/2002.

LUCENA, Célia Toledo. Trajetórias de família migrante: Memórias, fronteiras e territórios. In: DEL RIO, José M. Valcuende; CARDIA, Laís M., **Territorialização, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil e na Espanha: Territorialización, Medio Ambiente y Desarrollo em Brasil y em España**. Rio Branco: UFAC, 2006.

MACHADO, Altino. Brasileiros prometem “tocar fogo” em propriedades se forem expulsos da Bolívia. **Rondônia Agora**. Disponível em: <<http://www.rondoniagora.com/noticias/brasileiros-prometem-“tocar-fogo”-em-propriedades-se-forem-expulsos-da-bolivia.htm>>. Acesso em 28.out.2009

MAIA, José Sávio da Costa. **Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: A formação de novos modos de vida num espaço de litígios (1970-1995)**. Dissertação/UFP. Recife, 2002.

MAYA, Juliana. Brasileiros que vivem na fronteira da Bolívia devem desocupar área. **Agência Brasil**, 05 de agosto de 2009. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/08/05/materia.2009-08-05.0606235907/view>>. Acesso em 01 de junho de 2010.

MAISONNAVE, Fabiano. Bolívia realoca brasileiros com ajuda do Brasil. **Folhaonline**, 21.ago.2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u612921.shtml>>

MARCHEZINI, Victor. **Desafios da Gestão de Abrigos Temporários**: Uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano das famílias abrigadas. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. São Carlos, 2010.

MARTINS, José de Souza Martins. **A Migração e a crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira Editora, 1973.

_____. **Terra de negócio e terra de trabalho**: Contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**: Terra e poder – o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O Cativo da Terra**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O fuguro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 15, 2001, p.31-36.

_____. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MAZOCANTE, Heloísa. Estado nacional e migração Brasil – Bolívia: categorização e recategorização da população migrante. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, 2008. p. 52 – 70.

MELO, Ray. Posseiros recusam proposta do INCRA e permanecem na fronteira da Bolívia. **AC 24 Horas**. 19. Out.2010. Disponível em: http://www.ac24horas.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13377:posseiros-recusam-proposta-do-incra-e-permanecem-na-fronteira-da-bolivia&catid=35:manchete&Itemid=133>. Acesso em 12 de maio de 2010.

MELO, Zélia Maria de Melo. **Os estigmas**: a deterioração da identidade social. Disponível em - <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf> -. Acesso em 05 de novembro de 2009.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC - ABRASCO, 1999.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, n.17, p. 240-264, 2007.

MORAIS, Maria de Jesus. **Acrenianidade**: invenção e reinvenção da identidade acreana. (tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia, UFF:Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: - <http://www.scribd.com/doc/16590817/MORAIS-Maria-de-Jesus-ACREANIDADE-invencao-e-reinvencao-da-identidade-acreana-TESE-DE-DOCTORADOUFF> - Acesso em 17 de setembro de 2009.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixos Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. V.1. Nead. Brasília: Editora Unesp, 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Informe de actividades de campo y datos crudos**: CENSO de Familias Brasileiras em la Franja de Frontera, departameto de Pando – Bolívia. Programa de Reasentamiento de Familias Brasileiras em el Departamento de Pando – Bolivia, s/l, 2009.

OGLOBO. **Brasileiros revelam novas agressões**. Crise. 04 de janeiro de 2010. Disponível em - <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/01/03/suriname-brasileiros-relatam-novas-agressoes-915449684.asp> - Acesso em 12 de dezembro de 2010.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. Condição camponesa e novas identidades entre remanescentes de quilombros no vale do Ribeira de Iguape. In: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. V.1. Nead. Brasília: Editora Unesp, 2008.

PAULA, Elder Andrada de. **Seringueiros e Sindicatos: Um povo da floresta em busca de liberdade**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Itaguaí:URFRJ. 1991.

_____. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**. Rio Branco: Edufac, 2005.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PORTALMS. **Exército brasileiro ocupa pontes na fronteira após massacre na Bolívia**, s/d. Portal MS. Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/noticias/Exercito-brasileiro-ocupa-pontes-na-fronteira-apos-massacre-na-Bolivia/Mundo/Tragedia/21677.html>>. Acesso em: 28.out.2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília:IBAMA, 2003

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 16ª Ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1973.

RONDONIA AO VIVO. Acre – Evo Morales revolta acreanos e governador responde declarações do boliviano. **Rondônia ao Vivo**. 13 de maio de 2006. Disponível em <<http://rondoniaovivo.com/noticias/acre-evo-morales-revolta-acreanos-e-governador-responde-declaracoes-do-boliviano/16306>> Acesso em: 28.out.2009.

RONDONIA AO VIVO. Brasileiros expulsos por “paramilitares” bolivianos pedem assentamento no Brasil. **Rondônia ao Vivo**. 27.out.2009. Disponível em <<http://www.rondoniaovivo.com.br/news.php?news=56385>>. Acesso em: 28.out.2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos Santos. **Matuchos**: exclusão e luta; do sul para a Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2006

_____. **O lugar e o Cotidiano**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SCHWARTS, Howard; JACOBS, Jerry. **Sociologia qualitativa**: Método para la reconstrucción de la realidad. México: Editorial Trillas, 1994

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos 'espaços vazios' no governo Vargas: do Discurso do Rio Amazonas à saga dos Soldados da Borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 40, 2007, p. 115-135, 2007a.

_____. Fúria epistolar: As cartas das mulheres dos Soldados da Borracha. Uma interpretação da assistência às famílias. **Esboços**. Florianópolis:UFSC. V. 14, p. 177-190, 2007b.

_____. Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônica. **Estudos Históricos**. Uberaba: Fundação Peirópolis, 2007c.

_____. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. **Raizes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 26, 2008, p. 10-20.

SENADO FEDERAL. Medida provisória n. 353 de 2007. Abre o crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para fins que especifica, aprovada pelo Decreto-Lei no 11.483. **Diário Oficial do Senado Federal**. Brasília:Senado Federal, 2007.

SILVA, Ligia Osorio. O Acre em dois tempos: a luta pela terra na Fronteira Ocidental.. In: **52º Congresso Internacional de Americanistas**, 2006, Sevilha, Espanha. www.unicamp.br/nee/e-premissas. Campinas/SP : NEE/Unicamp, 2006. v. 1.

SILVA, Luís Paulo Batista; MACHADO, Lia. Ozório ; RIBEIRO, Leticia Parente. Fronteira Brasil-Bolívia: Interações e características do espaço fronteiriço. In: **12º Encuentro de geógrafos de américa latina**, 2009, Montevideo. Anais do 12º encuentro de geógrafos de América latina, 2009.

SILVA, Maria Aparecida Moraes da. Expropriação da terra, violencia e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: **Anais da 26a Reunião Brasileira de Antropologia** (ABA 2008), Porto Seguro/BA, 2008, v. 1. p. 1-17.

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente: LEUPAG/Rio Branco/UFAC. 2003 (Série Acreditando – 1).

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1992

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis em co-edição com Natação: Fundação José Augusto, 1980.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCANTINS, Leandro. **A formação histórica do Acre**. V. I. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Repertório da Prática Política Brasileira do Direito Internacional Público: Período 1899 – 1918**). Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1986

_____. **Estado do Acre: Geografia, História e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Philobiblion Livros de Arte LTDA. 1984.

VALIM, Ana. **Migrações: Da perda da terra à exclusão social**. 3º ed. São Paulo: Atual Editora, 1996.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.

_____. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VENTURASSI, Andréa. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFCar, 2007.

VILLEGAS, Horácio; NUÑEZ. Discriminación étnica em Bolivia: Examinando diferencias regionales y por nivel de calificación. **Estudios de Economía**, ano/vol. 32, número 002. Santiago:Universidad de Chile, 2005. p. 201-218.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia. Política**, n.26, 2006, p. 13-29.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais da Anpocs**. Caxambu, 1996.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Florestas de Trabalho: os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais. **II Encontro Anppas**, 2004.

_____. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de usos dos seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010. v. 1. 484 p.

WIZIACK, S. R. C. **Educação Ambiental e Projeto Pedagógico na Escola**. 2001. Dissertação de Mestrado em Educação – UFMS, Campo Grande, 2001.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1992.

WOORTMANN, Ellen F., O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Vol. II. Ed. Unesp, 2009.

XAVIER, Glauber Lopes. As incompreensões de um novo sentido da terra: bases de um tratado de sociologia rural segundo Henri Lefebvre. **Raízes**, v. 20. n. 2. Campina Grande: UFCG, 2010. p. 10-20.

Anexo 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- a) De onde você é? Como era o outro lugar? Por que deixou?
- b) Quando chegou a primeira vez? Como veio?
- c) Quais as impressões que teve do lugar? Era muito diferente?
- d) Como seria o lugar dos seus sonhos? Um lugar para onde queria ir
- e) Conseguiu a propriedade da terra?
- f) Como é o seu trabalho aqui?
- g) Quem são seus amigos? De onde são eles? E os vizinhos? Como é o relacionamento com eles?
- h) Nacionalidade dos filhos e da(o) esposa (o)
- i) Onde sonha morar?
- j) Quais as principais diferenças entre lá e cá?
- k) Quando e como recebeu as notificações?
- l) O que amigos e colegas discutiram sobre o assunto? Tinham opiniões contrárias?
- m) Quando tem que atravessar a fronteira? Como faz?
- n) Como se sentiu ao deixar o lugar?